



**Universidade Federal do Pará  
Embrapa Amazônia Oriental  
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares  
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas  
Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável**

**Elly Crystian de Oliveira Pinto**

**Trajetória de Institucionalização da Agroecologia no Nordeste Paraense: As  
Experiências de Irituia e Santa Luzia Do Pará**

**Belém-PA  
2019**

**Elly Crystian De Oliveira Pinto**

**Trajatória de Institucionalização da Agroecologia no Nordeste paraense: As experiências de Irituia e Santa Luzia do Pará**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Orientador: Prof. Dr. Marc Piraux

**Belém - PA  
2019**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com  
ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

- R696i      Pinto, Elly Crystian de Oliveira.  
Trajetória de institucionalização da Agroecologia no Nordeste Paraense: as experiências de Irituia e Santa Luzia do Pará/ Elly Crystian de Oliveira Pinto, . — 2019.  
---- f. : il. color.
- Orientador(a): Prof. Dr. Marc Piraux  
            Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
1. Agroecologia. 2. 3. . 4. . I..

CDD 630.275

---

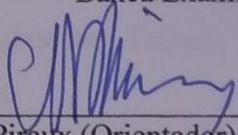
Elly Crystian de Oliveira Pinto

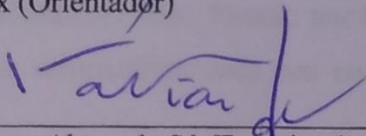
**Trajetória de Institucionalização da Agroecologia no Nordeste Paraense: As experiências de Irituia e Santa Luzia do Pará**

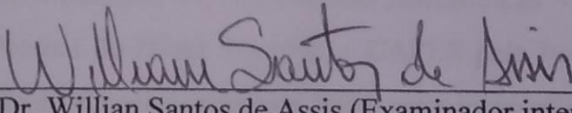
Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.  
Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

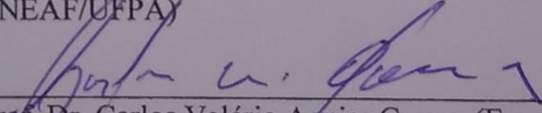
Data de aprovação 13 / 05 / 2019

Banca Examinadora

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Marc Piraux (Orientador)  
(CIRAD/UFPA)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Tatiana Deane Abreu de Sá (Examinador externo)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Willian Santos de Assis (Examinador interno)  
(INEAF/UFPA)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Carlos Valério Aguiar Gomes (Examinador suplente)  
(INEAF/UFPA)

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por me guiar nesta caminhada, por não me deixar desistir e nos momentos mais difíceis iluminar meus pensamentos e acalmar meu coração.

Aos meus amados pais, Maria Goreth de Oliveira Pinto e Sebastião da Silva Pinto, por todo amor, carinho e compreensão nas ausências do dia a dia. Agradeço igualmente à família toda por me ajudarem e incentivarem todos os dias com palavras de conforto em meio às dificuldades.

Aos atores e atrizes, pelas conversas, cafés e frutas recebidas ao longo da jornada, que adoçaram e aqueceram meu coração durante a construção desta pesquisa. Em especial, Ana Alice Nunes Pereira, Elizange Romano, Criselide, Nazaré Reis e Vincente Ghirardi.

Aos meus queridos amigos Henrique Hildebrando, Luana Pena e Valentine por todo apoio emocional e discussões acerca da temática, que sem dúvida foram fundamentais para a construção desta dissertação. E não poderia esquecer da querida Larissa Souza, por todo carinho e momentos de descontração.

À turma do MFDS 2017, em especial Valdir, Jaque, Maria e Layse, que compartilharam todos os momentos desta jornada acadêmica e pessoal, que incentivaram de todas as formas possíveis, seja pelo conhecimento ou amizade incondicional. Agradeço também imensamente a todos os professores do INEAF, especialmente, Tatiana Sá e William Assis pelas contribuições. E a todos os outros funcionários.

Destaco aqui meu agradecimento ao meu orientador, Marc Piraux, por ter acolhido a pesquisa, pelo auxílio na produção da mesma, por compartilhar todo seu conhecimento e experiência ao longo deste processo.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas – PPGAA e à Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – CAPES pela bolsa recebida durante todo o processo de construção da pesquisa, sem esta bolsa seria inviável a construção da pesquisa.

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo explicar o nível atual de Consolidação da Agroecologia em duas experiências no Nordeste Paraense. Para tal, foram analisados e comparados processos de Institucionalização da Agroecologia nos municípios de Irituia e Santa Luzia do Pará. A construção da pesquisa se deu a partir do estudo da trajetória de institucionalização, para descrever o grau de Institucionalização da Agroecologia, comparar trajetórias e identificar fraquezas e potencialidades em ambos os municípios. Para isso, fizemos a análise bibliográfica, análise de documentos, entrevistas não diretivas e oficina de intercâmbio, com a finalidade de verificar a percepção e o discurso dos atores acerca do avanço da transição agroecológica e sua consolidação. Chegou-se à conclusão que a Agroecologia encontra-se consolidada em ambos os municípios, devido ao processo de Institucionalização nas suas diferentes dimensões, devido à articulação de atores como agricultores familiares e suas instituições, a introdução de mulheres e jovens na agroecologia, assim como, o acesso a novos mercados e políticas públicas. Contudo, verificamos que é necessário avançar no diálogo com a gestão local, renovação dos atores e aproximação com movimentos como STTRS, intercâmbios e sistematização das experiências, ação coletiva (fundamental), consolidação das feiras.

**Palavras-chave:** Agroecologia. Trajetória de Institucionalização. Irituia. Santa Luzia do Pará

## **ABSTRACT**

The present research had as objective to explain the current level of consolidation of agroecology in two experiments in northeastern Paraguay. For this purpose, the processes of institutionalization of agroecology in the municipalities of Irituia and Santa Luzia do Pará were analyzed and compared. The construction of the research was based on the methodology of study of the institutionalization trajectory, to describe the degree of institutionalization of agroecology, to compare trajectories and identify weaknesses and potentialities in both municipalities. For this purpose, bibliographical analysis, document analysis, non-directive interviews, and exchange workshop are carried out, in order to capture the actors' perception and discourse about the progress of the agroecological transition. It was concluded that agroecology is consolidated in both municipalities due to the institutionalization process in its different dimensions, due to the articulation of actors such as family farmers and their institutions, the introduction of women and young people in agroecology, access to new markets and public policies. However, they need to move forward in dialogue with local management, stakeholder renewal, and rapprochement with movements such as STTRS. Exchanges and systematization of experiences, collective action (fundamental), consolidation of fairs.

**Keywords:** Agroecology. Trajectory Institutionalization. Irituia. Santa Luzia do Pará

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Mapa Localização dos municípios de Irituia e Santa Luzia do Pará.....	31
Figura 2 – Mapa localização de comunidades visitadas e suas formas de produção .....	38



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Matriz de avaliação.....	35
Quadro 2 – Número de entrevistas .....	39
Quadro 3 – Nível de institucionalização e perspectivas dos atores.....	40
Quadro 4 – Número da população local e número de cadastrados no PAA.....	45
Quadro 5 – Número de associados nas cooperativas registrados pela OCB .....	47
Quadro 6 – Número de estudantes matriculados na escola ECRAMA .....	53
Quadro 7 – Matriz de avaliação agroecologia e sua institucionalização (continua) .....	66
Quadro 8 – Representação das trajetórias de institucionalização da agroecologia em ambos os municípios .....	70
Quadro 9 – Recursos financeiros liberados pelo FNDE para o PNAE (continua) .....	89
Quadro 10 – Representação detalhada da trajetória agroecológica ator A.....	99
Quadro 11 – Representação detalhada da trajetória agroecológica da atriz B .....	103
Quadro 12 – Nível e institucionalização e perspectivas em Irituia .....	115
Quadro 13 – Nível e institucionalização e perspectivas em Santa Luzia do Pará .....	116

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Cooperativa COOMAR .....	48
Imagem 2 – Cooperativa D’Irituia (2018) .....	49
Imagem 3 – Feira da agricultura familiar (março/2018) na UFPA. Agricultores da cooperativa D’Irituia .....	50
Imagem 4 – Oficina de boas práticas realizada na loja Café em Rede .....	56
Imagem 5 – Logo da Rede Bragantina tendo um dos seus pilares de trabalho a Agroecologia .....	85
Imagem 6 – Oficina de mudas realizada pelo IDEFLOR-BIO em abril de 2018 .....	90
Imagem 7 – Área recuperada pelo projeto Tijolo Verde .....	93

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Difusão do termo Agroecologia em Santa Luzia do Pará .....	60
Gráfico 2 – Percepções acerca das ações agroecológicas em Santa Luzia do Pará.....	62
Gráfico 3 – Difusão do termo Agroecologia em Irituia.....	63
Gráfico 4 – Percepções acerca das ações agroecológicas em Irituia.....	64

## **LISTA DE ESQUEMAS**

Esquema 1 – Representação das trajetórias agroecológicas .....	97
Esquema 2 – Representação das trajetórias dos atores A e B .....	102

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMOL	Associação da Mulher Olímpia da Luz
ATAVIDA	Associação Campo Cidade Transformar, Agregar Valores e Vida
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental
CAMTA	Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu
CEDENPA	Centro de Estudo e Defesa do Negro
CIAPO	Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica
CIRAD	Centro Francês de Pesquisa Agrícola para o Desenvolvimento Internacional
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COAPEMI	Cooperativa Agrícola, Pecuária e Extrativista do Município de Irituia
COOMAR	Cooperativa Mista Dos Agricultores Entre Os Rios Caeté E Gurupi
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DP AMAZÔNIA	Dispositivo de Pesquisa na Amazônia
D'IRITUIA	Cooperativa Agropecuária dos Produtores Familiares Irituienses
DLS/PRORENDA	Projeto Desenvolvimento Local Sustentável Pará
RURAL	
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ECRAMA	Escola de Campo para Jovens Agricultores de Comunidades Amazônicas
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
GIZ	Agência Alemã de Cooperação Técnica
GTZ	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit
INEAF	Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPA	Instituto Federal de Educação do Pará
INCUBITEC	Incubadora Tecnológica e Inovação de Cooperativas e Empreendimentos Solidários
IDEFLORBio	Instituto de Desenvolvimento Florestal da Biodiversidade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMNEPA	Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense
NEA	Núcleo de Estudos em Agroecologia
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PPG7	Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil
PROINF	Projeto de Infraestrutura e Serviços
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PROAMBIENTE	Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
RIMERA	Rede de mulheres empreendedoras da Amazônia
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SEMAGRI	Secretaria Municipal de Agricultura
SAF	Sistema Agroflorestal
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEMAS	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SAGRI	Secretaria de Estado de Agricultura
SEDAP	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca
SPM	Secretaria de Políticas Para Mulheres
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFPA	Universidade Federal do Pará
UEPA	Universidade do Estado do Pará

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	20
<b>2.1 A Agroecologia</b> .....	20
<b>2.2 Transição Agroecológica</b> .....	23
<b>2.3 Institucionalizações da Agroecologia</b> .....	26
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	30
<b>3.1 Áreas de Estudo</b> .....	30
<b>3.2 Características do Nordeste Paraense</b> .....	32
<b>3.3 Trajetórias de Institucionalização como metodologia</b> .....	33
<b>3.4 Quadro analítico</b> .....	33
3.4.1 Construção da trajetória de institucionalização .....	33
3.4.2 Trajetórias pessoais .....	34
3.4.3 Matriz de Avaliação .....	35
<b>3.5 Etapas da Pesquisa</b> .....	35
<b>3.6 Textualização para elaboração da Dissertação</b> .....	41
<b>4 CAPÍTULO I – ESTADO ATUAL DA AGROECOLOGIA EM IRITUIA E SANTA LUZIA DO PARÁ</b> .....	42
<b>4.1 Experiências atuais que contribuem para o avanço da Agroecologia</b> .....	43
<b>4.2 Discursos dos atores: Diferentes ideias/perspectivas acerca da agroecologia</b> .....	60
<b>4.3 Avaliação de institucionalização da AE</b> .....	65
<b>5 CAPÍTULO II – TRAJETÓRIA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA</b> .....	69
<b>5.1 Trajetórias individuais: atores e suas diferentes formaS de transição agroecológica</b> .....	98
<b>6 CAPÍTULO III – FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES: expectativas e estratégias para o avanço da agroecologia</b> .....	106
<b>6.1 Ensinamentos do Semiárido para o Nordeste Paraense: o avanço da transição agroecológica</b> .....	106
6.1.1 O que falta para fortalecer essas transições? .....	112
6.1.2 Quais seriam as primeiras ações a desenvolver para o avanço da transição agroecológica (Organizacionais e não organizacionais)? .....	113

<b>6.2</b>	<b>Percepções dos atores sobre o nível de Institucionalização e perspectivas futuras para a agroecologia.....</b>	<b>114</b>
<b>6.3</b>	<b>Fragilidades e potencialidades: proposições para um novo debate .....</b>	<b>117</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>121</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>125</b>
	<b>APÊNDICE .....</b>	<b>134</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A Agroecologia se baseia em um conjunto de conhecimentos e técnicas que se desenvolvem a partir das práticas exercidas por agricultores e seus processos de experimentação, enfatizando a capacidade de comunidades locais de experimentar, avaliar e criar inovações mais horizontais entre os atores (ALTIERI, 2012). A Agroecologia tem direcionado seus esforços para o rearranjo de agroecossistemas, para assim torná-los sustentáveis, baseados em conhecimento tradicional, conservação de recursos, superação de desafios e abastecimento dos mercados locais, possibilitando o encurtamento de circuitos entre produção e consumo (ALTIERI, 2012).

Apesar dos avanços alcançados por movimentos agroecológicos, há fatores que limitam a disseminação de princípios agroecológicos. Para superar estas limitações, se faz necessário realizar reformas no âmbito das políticas, instituições, programas de pesquisa e desenvolvimento (ALTIERI, 2012). Com isso tem-se buscado considerar a multiplicidade de iniciativas que procuram inovação e transição de base ecológica em diferentes realidades. Assim amplia-se as noções de Agroecologia. Para tanto, busca-se compreender a Agroecologia enquanto Ciência, Prática e Movimento Social (WEZEL et al., 2009).

Desse modo, nas últimas décadas a Agroecologia tem sido considerada expressiva, polissêmica, plural e até mesmo controversa. Essas características se fazem presentes devido à multiplicidade de atores e instituições que têm adotado seus princípios e aplicado em diferentes localidades (NORDER et al., 2016).

Adotando a Agroecologia enquanto Ciência avança-se com o manejo dos recursos naturais para a criação de agroecossistemas, ecologicamente sustentáveis, biodiversos, resilientes e socialmente justos. Como Prática, a Agroecologia objetiva promover a ação coletiva, as técnicas e inovações sociais que suportem o manejo ecológico de recursos naturais. E enquanto movimento social, a Agroecologia tem correspondido às aspirações sociais que contestam a intensificação e a padronização dos sistemas de produção e consumo (ANGEON et al., 2014).

Com isso considera-se a necessidade de institucionalizar as diferentes faces da Agroecologia, a partir do processo de institucionalização das relações sociais, apontando a um conjunto de normas que nesse caso passam a regulamentar o processo produtivo e as relações (BRANDENBURG et al., 2013) conforme as ideias e interesses dos grupos, apontando para o processo de transição agroecológico. Com isso se parte do pressuposto de que o processo de

institucionalização é capaz de incentivar e promover a transição agroecológica – como em outros contextos a transição agroecológica é capaz de direcionar as ações coletivas a processos de institucionalização.

A realidade amazônica se difere de outras realidades do país, onde o modelo da revolução verde não foi absorvido por completo, mas estas realidades têm caminhado para processos de institucionalização e transição agroecológica pautada na mudança de arranjos institucionais e em novos processos de institucionalização, voltados a transformar crenças e ações em regras de conduta social de forma diferenciada, de acordo com o contexto no qual estão inseridos a partir de princípios agroecológicos (SCHULTZ, 2007; BENSADON, 2016; AZEVEDO, 2018).

Tendo em vista a necessidade de se compreender os processos de Institucionalização da Agroecologia e como estes caminham juntamente à transição agroecológica, empenha-se em destacar experiências exitosas, dentro do contexto da região amazônica, visto que é necessário a ampliação do quadro de estudo, assim como difundir experiências já realizadas na região.

Neste sentido buscamos compreender as trajetórias de institucionalização da agroecologia em municípios do Nordeste Paraense, Irituia e Santa Luzia do Pará. Estes têm experimentado diferentes formas de participação e organização – o que trataremos como novas institucionalidades, que têm se destacado por adotar princípios agroecológicos, sobretudo no que se refere à diminuição do corte e queima, conservação da biodiversidade e comercialização justa. Com isso, as experiências destes municípios têm implicado de forma direta na consolidação da agroecologia, por isso o interesse em compreender seus distintos processos de Institucionalização.

Definiu-se como o objetivo geral da pesquisa analisar e comparar os processos de Institucionalização da Agroecologia de Irituia e Santa Luzia do Pará. Para alcançá-lo foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: I descrever o Grau de Institucionalização atual da Agroecologia a partir de uma análise das práticas sociais, institucionais e políticas ligadas à agroecologia nos dois municípios; II estabelecer e comparar a trajetória da Institucionalização da Agroecologia nos dois municípios; III identificar as fragilidades e potencialidades de cada experiência para tirar ensinamentos sobre a Consolidação da Agroecologia em Santa Luzia do Pará e Irituia.

Os objetivos apresentados procuram responder a seguinte pergunta de pesquisa: Como explicar o nível atual de Consolidação da Agroecologia em duas experiências no Nordeste Paraense?

Assim, levantamos a hipótese que analisar diferentes territórios permite encontrar diferentes formas de Institucionalização e que a trajetória dos contextos sociais, econômicos, institucionais e políticos locais podem explicar a possibilidade e o nível de Institucionalização da Agroecologia nos territórios.

A presente dissertação está estruturada em: Introdução; Referencial teórico; Metodologia, onde apresento o estudo de trajetória de Institucionalização, área de campo e as etapas da pesquisa; Capítulo I Estado atual da Agroecologia em Irituia e Santa Luzia do Pará; Capítulo II Trajetória de Institucionalização da Agroecologia; e Capítulo III Fragilidades e potencialidades: expectativas e estratégias para o avanço da Agroecologia; Considerações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente referencial teórico retrata os principais autores e conceitos mobilizados para a construção da dissertação. O número de autores e a abordagem apresentada não têm como objetivo esgotar o debate voltado à Institucionalização da Agroecologia, mas auxiliar na construção do mesmo. Para tal, serão destacadas diferentes perspectivas da Agroecologia, transição agroecológica, institucionalização.

### 2.1 A Agroecologia

O termo Agroecologia tem apresentado, nos últimos anos, um caráter polissêmico, perpassando por diferentes áreas do conhecimento, envolvendo uma multiplicidade de atores e instituições, assim possibilitando um amplo debate e uma variedade de conceitos (BRANDENBURG et al., 2013; NORDER et al., 2016). As várias interações na Agroecologia têm garantido um caráter múltiplo, dando notoriedade ao termo como ciência, prática, movimento social e mais recentemente também como ato político (BRANDERBURG et al., 2013; WEZEL et al., 2009).

Diferentemente de outros países, no Brasil as múltiplas reflexões são indissociáveis para a construção do debate acerca da Agroecologia (WEZEL et al., 2009). Com isso, ela surge no cenário brasileiro na década de 1970 por meio da manifestação de diferentes movimentos, baseados primeiramente em práticas agrícolas sustentáveis (WEZEL et al., 2009). Essas práticas estavam baseadas na agricultura alternativa, marcando a Agroecologia como movimento, sob influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e movimentos de produção orgânica que “organizavam suas ações a partir do cotidiano das famílias” (PETERSEN et al., 2017, p. 57).

Os atores ligados a estes movimentos encontravam-se preocupados em buscar práticas alternativas, que logo depois se chamariam práticas agroecológicas, para combater a deterioração ambiental e a exclusão social de agricultores familiares – como forma de resistência aos resultados do modelo de modernização do campo proposto pela revolução verde em 1960 (SAMBUICHI, 2017; WEZEL et al., 2009).

A partir das décadas de 1970 e 1980, a Agroecologia enquanto ciência passa a incorporar um estilo interdisciplinar, por meio da construção do próprio quadro conceitual e de um conjunto de ferramentas metodológicas, a partir do conhecimento adquirido por meio das práticas por agricultores, extrativistas, pastoralistas, povos e comunidades tradicionais em

diferentes contextos socioambientais, objetivando uma agricultura mais sustentável (SAMBUICHI, 2017; GLIESSMAN, 2000; NORDER et al., 2016).

A Agroecologia tem apontado não só para um único conceito, mas para o fornecimento de princípios ecológicos, para o estudo e tratamento de ecossistemas, tanto produtivos quanto preservadores de bens comuns<sup>1</sup>, culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis (ALTIERI, 2012).

Segundo Altieri (2012), a Agroecologia passa a tomar a forma conceitual próxima do que vemos atualmente, como uma ciência que objetiva uma agricultura sustentável, pautada na produtividade agrícola com o mínimo de impactos ambientais e com retornos econômico-financeiros adequados à meta de redução da pobreza – assim atendendo às necessidades sociais das populações rurais.

Na mesma perspectiva, Altieri (2015) aponta que estratégias agroecológicas têm possibilitado a resiliência ecológica de agroecossistemas impossibilitados de alcançarem a sustentabilidade, assim como de grupos ou comunidades que enfrentam impactos sociais, políticos e ambientais, que têm encontrado soluções em métodos agroecológicos para reduzir a vulnerabilidade social através da auto-organização, ação coletiva, extensão e consolidação das relações sociais.

Diante disso, considera-se a definição de Almeida (2002) que apresenta a proposição agroecológica como sendo fundamental para o desenvolvimento local. Entendendo-se que a Agroecologia tem se apoiado no potencial da diversidade social e reconhecimento de sistemas agrícolas tradicionais como camponês e indígena.

Diante das múltiplas reflexões acerca da Agroecologia, esta pesquisa evidencia as experiências ocorridas em Irituia e Santa Luzia do Pará, principalmente enquanto ciência, prática e movimento. Entendendo-se que nas diferentes trajetórias, as três perspectivas da Agroecologia foram levantadas, ainda que de formas diferentes.

Com isso levanta-se a Agroecologia enquanto Ciência que avança diante das fronteiras do conhecimento comum e funda novos paradigmas a fim de gerenciar os recursos naturais, aborda a base para a concepção de realizar ecossistemas ecologicamente, biodiversos, resilientes, sustentáveis e socialmente justos (ALTIERI et al., 1995 apud ANGEON et al., 2014). Diante disso, encarando-se a Agroecologia enquanto ciência nos dois municípios,

---

<sup>1</sup> Em discordância de linhas de pesquisa que trabalham a partir da tecnificação e modernização do campo a partir da revolução verde, como solução para os entraves produtivos e apontam elementos naturais como água, solo, minérios e outros apenas como *recursos naturais*, passíveis de capitalização, logo comercialização, trataremos aqui como bens comuns, entendendo-se que o acesso e dever de preservação desses elementos devem ser comuns a todos.

considerando que ambos têm sido alvos de pesquisas tanto por pesquisadores de universidades quanto de outras instituições.

A Agroecologia como prática mostra-se com o objetivo de guiar as ações coletivas, técnicas, as inovações sociais e qualidades de coordenação que deem suporte e impulsionem o manejo ecológico de recursos (ANGEON et al., 2014). Nessa perspectiva, considero as atividades levantadas nas experiências, diminuição de insumos químicos e qualquer outro tipo de insumo externo, diminuição de corte e queima, armazenamento de sementes, produção de insumos orgânicos e a produção em sistemas agroflorestais que:

Otimiza os efeitos benéficos das interações entre espécies arbóreas, espécies anuais e animais usando os ecossistemas naturais como modelos e aplicando suas características ecológicas aos sistemas produtivos, espera-se que a produtividade seja mantida a longo prazo sem degradar a terra (ALTIERI, 2012, p. 282).

Como movimento, a Agroecologia corresponde às aspirações societárias que contestam a intensificação e a homogeneização dos sistemas de produção e consumo, a partir de valores éticos, e a integração do debate agroecológico entre universidade, agricultores e agentes de tomada de decisão ou sociedade civil com finalidade de gerar desenvolvimento sustentável (ANGEON et al., 2014). Em ambas as experiências – tanto no município de Irituia, quanto no de Santa Luzia – é possível identificar a intensidade da Agroecologia enquanto movimento, entendendo que as ações executadas têm origem devido às demandas dos atores locais e suas formas de articulação entre si e suas instituições.

Recentemente aponta-se o debate para a agroecologia política, contemplando as demandas e iniciativas da sociedade civil, estando intimamente ligado aos movimentos sociais que, de forma organizada e participativa, possibilitaram o avanço do debate agroecológico e a articulação para introdução e institucionalização dessa discussão nas agendas políticas – como foi o caso da construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil (PNAPO) em 2012 (SAMBUICHI, 2017). Dessa forma, tem-se considerado a Agroecologia a partir dos aspectos de movimento, ciência, prática e, mais recentemente, seu aspecto político perpassando por diferentes dimensões (WEZEL et al., 2009).

O conceito de Agroecologia que mais tem se aproximado desta multiplicidade é o proposto por Guzman (2013), apontando-a como a realização do manejo ecológico dos recursos naturais através de ações locais, de natureza socioeconômica, e que busca estabelecer sistemas agroalimentares locais e gerar processos de transformação e sustentabilidade social entre produtores e consumidores.

As ações estabelecidas pela Agroecologia são pautadas nas ações locais e se articulam com movimentos sociais com a finalidade de gerar formas diferenciadas de comercialização e de democratização do conhecimento – e busca incorporar as características socioculturais locais que ainda apresentam pouca visibilidade em plataformas de sustentabilidade, para assim elaborar participativamente processos de transição agroecológica e possibilitar a implantação de políticas públicas (GUZMAN, 2013, p. 10).

O levantamento realizado acerca do conceito de Agroecologia mostra-se vasto e cheio de desafios para seu total entendimento. Na Amazônia esses desafios não se apresentam menores, pelo contrário, a Agroecologia tem enfrentado desafios no âmbito acadêmico e político, mas que avançam principalmente no que se refere a superar a crise atual do manejo tradicional dos agroecossistemas, mas também no entendimento da influência dos arranjos institucionais sobre as ações exercidas por agricultores (AZEVEDO, 2018).

## **2.2 Transição Agroecológica**

Como foi visto anteriormente, a Agroecologia oferece princípios e metodologias para apoiar a transição do atual modelo de desenvolvimento da agricultura convencional, como também para orientar o correto redesenho e o adequado manejo de agroecossistemas na perspectiva da sustentabilidade (ALTIERI, 2012; CAPORAL e COSTABEBER, 2007).

Caporal (2015, p. 285) aponta a transição agroecológica mediante um processo gradual e multilinear de mudanças que ocorrem com o tempo, por meio das formas de manejo de um agroecossistema. Desta forma, a transição objetiva passar do modelo agroquímico para um de base ecológica e refere-se a uma evolução contínua no tempo, porém sem previsão para finalizar, tão pouco se aplicar a todas as realidades, principalmente ao que diz respeito a agroecossistemas tradicionais. No entanto são relevantes para o presente debate.

O conceito de Transição Agroecológica, assim como a própria Agroecologia, passou por modificações, agregando ao conceito de transição as interferências humanas, não se referindo apenas à esfera econômico-produtiva de cada agroecossistema, mas também ao que tange às transformações de atitudes e valores dos atores envolvidos (CAPORAL, 2015). A transição agroecológica acaba por assumir grande complexidade no referente à técnica, à metodologia e à organização para que se atinja a sustentabilidade (CAPORAL, 2015, p. 86).

A conceituação proposta por Gliessman (2000) aponta para três níveis fundamentais no processo de transição para agroecossistemas que se aproximem do equilíbrio. O primeiro nível de transição está relacionado à diminuição do uso de insumos externos aos agroecossistemas,

que possam vir a causar impactos ambientais. O segundo nível da transição refere-se à substituição dos insumos externos por práticas alternativas. Já o terceiro processo é o mais complexo, porque corresponde ao redesenho dos agroecossistemas, possibilitando o funcionamento teste dentro de bases ecológicas.

A transição agroecológica na Amazônia tem se configurado diferente de outras regiões do Brasil, além da busca pela diminuição de *inputs* agroindustriais (insumos químicos), pois muitos agricultores familiares não incorporaram em sua totalidade práticas convencionais, ou seus sistemas já se baseiam no manejo ecológico (GOMEZ e ASSIS, 2013).

Nesse sentido, é necessário considerar os níveis de transição que não são lineares e ajudam a compreender as possibilidades e necessidades de mudanças do agroecossistema para a construção da sustentabilidade (SOUZA, 2017). Com isso, alguns autores têm considerado a transição agroecológica na Amazônia a partir da aplicação das etapas sugeridas por Gliessman (2000) e apoiada por Mattos et al. (2010), entendendo-se que as etapas dependem da mudança de ações, provenientes tanto do meio interno quanto externo ao sistema produtivo.

Mattos et al. (2010) destacam que a transição interna na Amazônia corresponde, principalmente, à eliminação do fogo, à substituição de insumos químicos por insumos orgânicos, o redesenho dos sistemas produtivos e o manejo da biodiversidade. Já ao que diz respeito à transição externa, depende de uma série de condições que são possíveis apenas por meio da sociedade civil e pelo Estado (MATTOS et al., 2010).

Dentre as condições externas necessárias à transição agroecológica na Amazônia, considera-se além da inserção de novas tecnologias, pautando-se principalmente em condições proporcionadas (ou que deveriam ser) pela sociedade civil e o Estado. Com isso destaca-se a necessidade de disseminação de informação e conhecimento para adoção de novas práticas e o reconhecimento de práticas tradicionais. Assim, considerando os princípios agroecológicos, por meio do ensino e extensão, a abertura de novas formas de mercado consumidor, gerando infraestrutura e criando políticas públicas que promovam a Agroecologia (MATTOS et al., 2010).

Além desses fatores externos já citados, as mudanças ocasionadas por fatores climáticos acabam por influenciar drasticamente a dinâmica dos agroecossistemas, apontando para estratégias de adaptação de agricultores tradicionais (ALTIERI e NICHOLLS, 2009).

Todavia, é necessário considerar, no caso da Amazônia, a existência da crise do manejo dos agroecossistemas, onde se vem buscando fortalecimento de mecanismos de recampanização, pois mesmo não aderindo ao modelo da revolução verde, o agroecossistema vem sofrendo implicações devido aos grandes empreendimentos (AZEVEDO, 2018).



Os fatores externos e internos fundamentais à transição agroecológica se apresentam intimamente ligados aos processos de institucionalização, entendendo-se que esses geram transformação tanto no meio externo quanto nas práticas exercidas no sistema produtivo, devido às normas e regras acordadas pelo coletivo.

Dessa forma, Mattos et al. (2010) apontam que a transição interna aos sistemas de produção também não teria sentido sem uma mudança institucional nos padrões de desenvolvimento, como mercados específicos e políticas de crédito adaptadas ao contexto agroecológico (MATTOS et al., 2010, p.18).

Para isso precisa de articulação entre campos de conhecimento diferentes. Esta tem possibilitado amparar processos de transição agroecológica por meio de pesquisa científica, conhecimento local e aprendizado resultante de experiências desenvolvidas e relacionadas à valorização das práticas sociais, que favorecem a relação sociedade/natureza, com a finalidade de identificar, estudar experiências e compartilhar de forma participativa com os grupos sociais envolvidos. Sobretudo, a capacidade dos agricultores familiares em pensar estratégias agroecológicas para se adaptarem às mudanças e superar desafios (MATTOS et al., 2010; SOUZA, 2017). A transição agroecológica precisa então de uma sequência de etapas de construção progressiva e multilinear de sistemas produtivos locais para agriculturas sustentáveis, acompanhada de conhecimentos e de aumento das capacidades de análise dos agricultores sobre as interações entre os agroecossistemas e as práticas socioprodutivas locais (PIRAUX et al., 2012).

Dessa forma, as práticas locais acabam desempenhando um papel fundamental na transição agroecológica, pois esta vem se configurando como uma estratégia em curso na sociedade, em que há necessidade de compreender os jogos de atores e seus setores, envolvendo desde os agricultores, comerciantes, distribuidores e consumidores até pesquisadores, técnicos de extensão rural, professores e alunos de escolas rurais e agrotécnicas (MEDEIROS, 2011).

Nesse sentido é necessário considerar a influência dos arranjos institucionais e a influência exercida sobre as ações coletivas, especialmente na autonomia dos agricultores. Para esses atores, a experiência da transição agroecológica tem impactos na atividade profissional, em práticas produtivas, na relação com comunidades, na orientação metodológica da pesquisa, no beneficiamento da produção, no acesso a mercados e na obtenção de preços justos (MEDEIROS, 2011).

## 2.3 Institucionalizações da Agroecologia

Scott (1987) apresenta as instituições como sistemas simbólicos de ordenação da realidade, que vão definir o que é permitido ou não e o que é legítimo socialmente, sendo um conjunto de hábitos coletivos de ação e pensamento. Já para North (1992, p. 6), a instituição consiste em regras em sociedade, sendo estas regras formais ou informais, originando um quadro normativo capaz de guiar o comportamento humano, que regula a conduta dos atores, de forma individual e coletiva. Apresentado o conceito de instituição, o referido referencial teórico apresentará alguns conceitos derivados, como é o caso de processos de institucionalização, institucionalização e institucionalidades, mobilizados para o presente estudo.

Processos de Institucionalização é conceituado a partir de um conjunto de sistemas cognitivos diferenciados e de ações padronizadas que se repetem em formas de conteúdos variados nas sociedades, um conjunto de regras, crenças, normas que em conjunto regem as interações sociais (SCOTT, 1987; SCHULTZ, 2007).

Desse modo pode-se considerar como processos informais de institucionalização aqueles que podem tratar das crenças e normas que governam as relações entre indivíduos numa sociedade. A institucionalização é inerente à organização dos atores, à formação de grupos, organização de indivíduos que se envolvem com uma mesma intenção e buscam alcançar objetivos semelhantes, de modo que o quadro normativo/institucional possibilita um apanhado de oportunidades e define o tipo de organização (NORTH, 1992, p. 7).

Dentro do contexto institucional também é considerado o conceito de Institucionalidade, que tem como objetivo designar um conjunto de instituições, a partir de regras de funcionamento existentes, sendo essas implícitas ou explícitas; e organizações colegiadas estabelecidas pelo governo e por atores locais com a finalidade de realizar a gestão social, a governança e a definição de projetos e ações públicas estratégicas e de importância política no território<sup>2</sup> (DELGADO e GRISA, 2013).

Delgado e Grisa (2013) apontam que estas institucionalidades, como estruturas organizativas que orientam e permitem as ações dos atores nos territórios, constroem e influenciam ações futuras, em um processo do tipo “dependência de caminho/trajetória”:

---

<sup>2</sup> No decorrer da presente pesquisa, o território fará referência aos municípios estudados, como sendo este palco das relações humanas e sua organização, assim como seus bens comuns como água, solo, minérios e outros elementos.

O termo institucionalidades está sendo utilizado para designar o conjunto de instituições (regras de funcionamento, normas existentes – explícitas e implícitas – e organizações colegiadas) criadas pelo Governo Federal e pelos atores locais para conduzir a gestão social, a governança e a escolha dos projetos estratégicos e das ações públicas relevantes no âmbito da política territorial. Estas institucionalidades, ao mesmo tempo em que orientam e possibilitam as ações dos atores nos territórios, constroem e influenciam a sua atuação futura, em um processo do tipo ‘dependência de caminho/trajetória’ (DELGADO e GRISA, 2013, p. 239).

Dessa maneira, o conceito de Institucionalidade, ou Novas Institucionalidades, possibilita o entendimento das experiências agroecológicas e quanto as mesmas têm possibilitado promover o acesso às políticas públicas, através da articulação de atores locais empenhados em promover o desenvolvimento local de forma sustentável, por meio de novos arranjos institucionais, elaborados para assim gerar a execução de ações públicas de mesma ordem (DELGADO e LEITE, 2011). Também considera-se como processos formais o reconhecimento de novas redes sociais, conhecimento, produção, comercialização e consumo agroecológico, resultado da junção de diferentes arranjos institucionais (DELGADO e GRISA, 2013).

A teoria institucional permite a leitura de fenômenos sociais, da organização dos indivíduos ou grupos perante a Agroecologia (SCHULTZ, 2007). Desse modo, a institucionalização é tida como um processo, pois as instituições se configuram, passam por evoluções, (des)construções e transformações, apresentam controvérsias, enfrentam desafios de poder e conflitos. Na Agroecologia, o meio institucional não é diferente, é suscetível a mudanças, a novos jogadores na arena, há inovação de técnicas e conhecimentos, informações, indivíduos aptos à tomada de decisão que levem em conta os interesses e as partes interessadas (ANGEON et al., 2014).

Os processos de institucionalização mais recentes da Agroecologia têm considerado e levantado regras e espaços formais que acabam por se limitar a colegiados, normas legais, planos e secretarias, assim como tem avançado nas universidades, centros de pesquisas e políticas públicas, que de forma direta ou indireta, têm internalizado princípios agroecológicos e assim caminhando para possíveis estratégias de desenvolvimento.

No Brasil o movimento de Institucionalização da Agroecologia é recente. Esse processo tem passado por diversos avanços e desafios, principalmente ao que se refere à implementação da abordagem agroecológica em instituições nacionais. Os primeiros avanços se deram por conta das lutas nos movimentos sociais que já trabalhavam em suas bases os princípios da Agroecologia. Dentre os avanços na Institucionalização da Agroecologia se destaca a

Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e ainda a incorporação do paradigma agroecológico na pesquisa, ensino e extensão rural (PETERSEN et al., 2012; PETERSEN, 2017).

Esse movimento vem se efetivando desde a década de 1980 por meio de políticas públicas que de alguma forma possibilitaram ações de base agroecológica, como são os casos do “Programa Nacional de Alimentação Escolar” em 1988; da “Política Nacional de Segurança Alimentar” em 1991; da “Campanha Nacional de Combate à Fome” em 1993; do “Programa Fome Zero em 2001”; do “Programa de Aquisição de Alimentos” em 2003; e da “Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção” de 2012. Muitas dessas políticas públicas se tornaram reais devido às ações locais, foram esforços desenvolvidos por agricultores familiares e movimentos sociais apoiados por ONGs que possibilitaram a multiplicação de redes locais regionais ou territoriais de gestão – e assim geraram uma pluralidade de dinâmicas de institucionalização da Agroecologia (SCHMITT, 2016).

O Marco Institucional da Agroecologia é datado em 2003, ano que corresponde à sanção da Política Nacional de Assistência Técnica. Em 2012 tivemos o decreto da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica Instrumentalizada; em 2013 o I Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (I PLANAPO), atualizado e revisado em 2016 (II PLANAPO) – este último pautado em ações para promover segurança alimentar (CANAVESI et al., 2016; SCHMITT, 2016; BRANDERBUG, 2013).

O movimento de institucionalização é pautado na construção de mercados e na ação do estado, juntamente à formatação de um quadro específico de normas e regras de produção. Estas construções só são possíveis devido ao empenho de grupos sociais, que desde o século passado vêm reivindicando políticas públicas para um desenvolvimento rural de base sustentável e o fortalecimento da agricultura familiar (CANAVESI et al., 2016).

Nessa perspectiva, a trajetória de Institucionalização da Agroecologia também se baseia no reconhecimento de “ideias agroecológicas”. Essas ideias se apresentam como um conjunto de conceitos e pressupostos que possam ser experimentados sem mediações, através de um conjunto de instrumentos de políticas públicas. Estas ideias estão ligadas às formas de institucionalizar novos enfoques que levem em consideração características da Agroecologia, em especial as dimensões econômica, ambiental e social, envolvendo um conjunto de obrigações ou realidades e assumem uma condição de regra em pensamento social e ação, a fim de organizar práticas e trocas de conhecimento (SCHMITT, 2016). Com isso considera-se como processo de institucionalização a construção de normas, mediante a confrontação de ideias e interesses (BONNAL, 2013). Estas ideias agroecológicas são o primeiro passo para

incorporação das necessidades da sociedade rural aos instrumentos de política pública voltados à agricultura familiar; e possibilitaram que o enfoque agroecológico adentrasse as arenas públicas, por meio de diferentes mediações, de processos de formulação de políticas para a agricultura familiar (NIEDERLE et al., 2013; DELGADO e GRISA, 2013).

Desse modo, serão destacadas as ações presentes nas experiências agroecológicas no Nordeste Paraense, a partir de gestão social e governança, de forma estratégica por parte dos atores e o protagonismo social que os mesmos exercem, ou não, na implementação das ações nesses espaços públicos diferenciados, que possibilitaram a trajetória de institucionalização (DELGADO e LEITE, 2011).

Branderbug et al. (2013) consideraram três dimensões para o avanço deste processo de institucionalização das agroecologias: 1) a dimensão política, por meio da ação do Estado com apoio e fomento à produção, “medida em que as questões ambientais passam a ter maior relevância na sociedade, os planos de desenvolvimento contemplam a agricultura ecológica em seus propósitos” (BRANDERBUG et al., 2013); 2) a dimensão econômica de mercado e seus processos normativos que orientam a produção, a comercialização e o consumo de produtos ecológicos; 3) dimensão social a partir da ação dos atores em diferentes esferas, que possibilitam os processos de institucionalização. Sobretudo os atores locais que compartilham competências específicas, conhecimento e interesses similares que, do ponto de vista normativo, tendem a valorizar os processos de negociação e as alianças (CAZELLA et al., 2009; BRANDERBUG et al., 2013; NIEDERLE et al., 2013).

Sendo assim, busca-se identificar elementos fundamentais ao processo de construção da trajetória de institucionalização da Agroecologia, destacando marcos institucionais (programação da conduta) e marcos cognitivos orientados por instituições (regras, direitos de propriedade, arranjos institucionais, legislação, etc.) para o manejo de agroecossistemas de forma sustentável (AZEVEDO, 2018, p. 48).

Dessa forma os processos de institucionalização consistem em ações internas ou externas, que ocorrem sequencialmente e passam a condicionar o comportamento de um grupo organizado e sua forma de aprendizagem. Este condicionamento está ligado à implementação de novas normas de convívio, trabalho e organização social em geral.

O referencial teórico apresentado dá suporte às discussões desenvolvidas no decorrer da pesquisa, entendendo-se que os conceitos estão atrelados à construção de processos de institucionalização. Estes são compostos por elementos identificados a partir de instituições, novas institucionalidades e a capacidade de articulação e promoção da transição agroecológica.

### **3 METODOLOGIA**

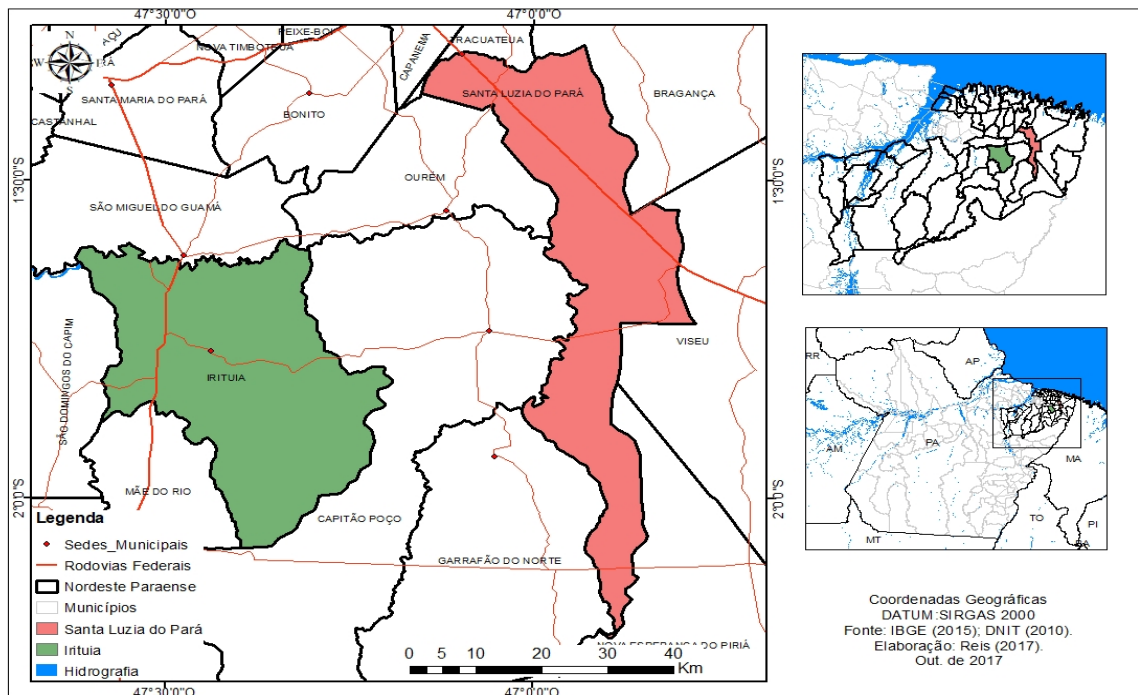
A presente metodologia ilustra os procedimentos utilizados para explicar o nível atual de consolidação da Agroecologia. Para tal, nossa metodologia foi a construção do estudo de trajetórias de institucionalização, que possui como quadro analítico a elaboração da trajetória traduzida em linha do tempo, assim como a construção de uma matriz de avaliação de institucionalização.

#### **3.1 Áreas de Estudo**

O primeiro lócus da pesquisa está localizado no município de Irituia, no Nordeste Paraense, latitude 01°46'16" sul e longitude 47°26'17" oeste, encontra-se em uma altitude de 25 metros. A população estimada é de 31.364 habitantes, a maior parte da população está fixada na zona rural, de acordo com o último censo do IBGE (2010).

A escolha pelo presente lócus se deu devido à sua crescente concentração de experiências que têm impulsionado para a conservação da biodiversidade, novas técnicas produtivas e a própria transição agroecológica, promovida por programas estaduais, federais e localmente a partir da organização dos atores. A prefeitura local com o suporte técnico e os agricultores familiares, que por meio de ações coletivas e projetos têm promovido processos de institucionalização. O município tem se tornado palco de diferentes experiências técnicas através de parcerias entre órgãos públicos e privados, como cooperativas, associações, centros de pesquisa, universidades e empresas de assistência técnica (Figura 1).

**Figura 1** – Mapa Localização dos municípios de Irituia e Santa Luzia do Pará



Fonte: IBGE (2015).

O segundo lócus da pesquisa foi o município de Santa Luzia do Pará, também localizado no Nordeste Paraense. O município possui 1 356,1 km<sup>2</sup>, com as seguintes coordenadas geográficas: latitude: 1°29'52" sul, longitude: 46°55'27" oeste. O município conta com cerca de 19.424 habitantes (IBGE, 2010).

A escolha do campo Santa Luzia do Pará se deu devido à multiplicidade de fatores que acabaram por impulsionar a Agroecologia, como a Rede Bragantina de Economia Solidária Artes & Sabores, a qual tem como foco atingir setores do comércio (economia solidária), educação, cidadania, artesanato, agroindústria, gênero e etnia através de princípios agroecológicos. Com isso, assim como Beaud et al. (2007), considera-se a escolha do campo em questão fundamental e decisiva, tendo em vista que sem uma boa pesquisa exploratória não há um bom objeto e vice-versa.

A rede se originou de uma sequência de necessidades de agricultores familiares e atualmente é constituída por 6 municípios: Cachoeira do Piriá, Viseu, Capitão Poço, Bragança, Augusto Correa e Santa Luzia do Pará. Os municípios se fazem presentes na rede através de cooperativas e associações de agricultores familiares, associação de remanescentes de quilombo, associação e grupos de mulheres e grupos de jovens.

### 3.2 Características do Nordeste Paraense

O Nordeste Paraense se apresenta como a região com mais modificações no estado do Pará, restando apenas 15% de mata primária, tendo como resultado desmatamento, erosão, assoreamento de rios e igarapés e extinção da biodiversidade local (OLIVEIRA et al., 2007).

Esta região abriga o lócus da presente pesquisa. Ela foi a primeira região a ser colonizada no estado – inicialmente a zona Bragantina e posteriormente a zona Guajarina, nos anos de 1940 e 1950. Ainda hoje parte dos agricultores familiares locais são caracterizados como itinerantes, migratórios ou de corte e queima, focalizando sobretudo para o cultivo da mandioca (*Manihot esculenta*) realizado por pequenos produtores por meio da mão de obra familiar (HURTIENNE, 2005; MIRANDA et al., 2013; OLIVEIRA, 2006).

A tradicional prática do corte e queima, que poderia ser considerada sustentável dependendo do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes em agroecossistema (ALTIERI, 1998, p. 23), passou a ter sua sustentabilidade questionada, devido à pressão demográfica exercida ao longo dos anos.

Ainda hoje a prática é utilizada principalmente como substituta de insumos externos, devido às cinzas geradas que garantem a fertilidade do solo e a permanência de um traço cultural da agricultura familiar na Amazônia. No entanto, a prática já foi e continua sendo alvo de críticas, tendo em conta ser um dos principais fatores de desmatamento, queima da vegetação secundária e mudanças climáticas, ignorando o papel dos grandes projetos e a agricultura patronal sobre os impactos que a região vem sofrendo (OLIVEIRA et al., 2007; HURTIENNE, 2005).

Outra prática característica da agricultura local são os sítios, quintais ou sistemas agroflorestais (SAFs) – esses são apresentados como centenários na região, pois sempre foram realizados pela agricultura familiar, sobretudo com a finalidade de garantir a alimentação das famílias dos agricultores. De modo que a atividade tradicional foi tomando novas formas e significados para os agricultores, impulsionando a expansão destes quintais – a prática vem se fortalecendo devido às características que remetem ao manejo agroecológico e contribuem para o desenvolvimento local, principalmente no que tange às novas estratégias criadas e conseqüentemente dos processos de experimentação, de inovações sociotécnicas (OLIVEIRA, 2006; OLIVEIRA et al., 2007; MIRANDA et al., 2013).



### **3.3 Trajetórias de Institucionalização como metodologia**

Foi aplicada a metodologia das trajetórias de institucionalização, desenvolvida para a presente pesquisa. Esta foi inspirada na trajetória de desenvolvimento local que, de acordo com Sabourin et al. (2005), consiste em um instrumento para obtenção de informações seletivas e operacionais, para assim realizar análises comparativas de evolução dos modelos locais. Desse modo, o estudo das trajetórias é construído de forma participativa e tem como base caracterizar as transformações rurais a nível local por meio da identificação e interpretação das mudanças técnicas, econômicas e sociais (SILVA et al., 1997; SABOURIN et al., 2005). O estudo se apoia no conceito de trajetória de desenvolvimento definido como a evolução e a reorganização dos recursos produtivos – mão de obra, matérias-primas, terra, equipamentos, etc. – no tempo e no espaço por um grupo de atores sociais em um delimitado território, com o objetivo de manter, reproduzir ou melhorar suas condições de vida com relação à institucionalização da Agroecologia. Essas condições são determinadas, em parte, pela influência de fatores e de atores do ambiente externo (SILVA et al., 1997; SABOURIN et al., 2005).

### **3.4 Quadro analítico**

O quadro analítico apresenta as ferramentas usadas para a construção da trajetória de institucionalização local. Essas ferramentas de análise são capazes de demonstrar os elementos fundamentais para composição das trajetórias, a matriz de avaliação da institucionalização, com finalidade de verificar os elementos que compõem o atual cenário da Agroecologia em ambos os municípios.

#### **3.4.1 Construção da trajetória de institucionalização**

A etapa em questão correspondeu à construção da trajetória, que possibilitou identificar e analisar os diferentes processos de institucionalização da Agroecologia nos diferentes municípios. Para tal foram usados os roteiros de pesquisa que guiaram as entrevistas.

As trajetórias se formalizam como uma linha de tempo da trajetória de institucionalização apontando o evento e as localidades.

A construção da trajetória permitiu formalizar uma linha do tempo. E, além de compreender e identificar os momentos fundamentais para o processo de institucionalização, juntamente às entrevistas, foi possível identificar em qual conjuntura as ações se tornaram

possíveis, sendo através das relações de poder, alianças, políticas públicas e o próprio contexto de desenvolvimento local.

Assim levamos em consideração os espaços de debates e produção de ideias como as assembleias propostas por sindicatos, cooperativas, organizações não governamentais (fóruns de criação de ideias) propostos por Grisa e Schneider (2014) e que se referem aos espaços mais ou menos institucionalizados e especializados, regidos por regras e dinâmicas específicas. Espaços onde ideias são produzidas a partir de diferentes perspectivas e representações, que variam de acordo com identidade, interesses, relações de poder e instituições.

### 3.4.2 Trajetórias pessoais

A escolha de duas trajetórias individuais permite demonstrar que os acontecimentos locais e as ações externas, que possibilitaram as trajetórias de institucionalização, convergem e interferem diretamente nas trajetórias dos atores locais, mudando sua forma de organização, novas formas de aprendizagem e construção de normas coletivas.

Assim como a trajetória local dos municípios se mostrou fundamental para a compreensão das mudanças organizativas e produtivas, a ação dos atores locais e sua tomada de decisão foram fundamentais para o avanço e consolidação da Agroecologia. Desse modo buscou-se evidenciar as trajetórias de 2 atores, um de cada município estudado, demonstrando que a participação de ambos foi fundamental para o atual estado da Agroecologia em seu respectivo município. Ator A que ilustra a trajetória de um agricultor de Irituia, e a Atriz B a trajetória de uma agricultora de Santa Luzia do Pará.

Durante as entrevistas para obtenção das trajetórias foram visitadas comunidades, onde foram verificadas propriedades e suas práticas produtivas que fazem parte do universo estudado. Em Irituia foram identificadas comunidades onde os sistemas agrofloretais são predominantes, resultados de programas federais e estaduais, igualmente como processos de experimentação de atores locais.

Já em Santa Luzia do Pará foi possível verificar comunidades, principalmente comunidades quilombolas, que têm como foco de produção unicamente o roçado e outras com roçado e extrativismo focado no murumuru (*Astrocaryum murumuru*). Dentro destas comunidades foi possível verificar a presença de áreas coletivas utilizadas para a preservação, onde o uso é regulamentado por acordo comum a todos da comunidade – dessa forma utilizando para extrativismo de frutos, sementes raízes e outros elementos para alimentação e produção de fitoterápicos.

### 3.4.3 Matriz de Avaliação

A matriz de avaliação permite realizar o diagnóstico do nível atual de institucionalização, pois aponta os elementos que possibilitaram o seu processo e as ações exercidas pelas institucionalidades que promoveram a Agroecologia nos municípios citados durante a pesquisa. Os elementos identificados permitiram destacar as dimensões agroecológicas identificadas nos territórios, juntamente aos dados secundários que consistiram nos estatutos que regem as cooperativas e associações, *folders*, cartilhas e materiais correspondentes às políticas públicas acessadas. Afirmando-se a multiplicidade da Agroecologia por meio das informações coletadas durante a pesquisa, tratamos de analisar as instituições presentes nos territórios, as ações que as mesmas exercem de forma ampla, em diferentes aspectos, quais resultados obtidos e que dimensões da Agroecologia foram alcançadas.

**Quadro 1** – Matriz de avaliação

<b>Dimensões</b>	<b>Institucionalidades</b>	<b>Ações exercidas</b>	<b>Resultado obtidos</b>	<b>Aprofundando as dimensões</b>
<b>Econômico</b>				
<b>Ambiental</b>				
<b>Produtivo</b>				
<b>Social</b>				
<b>Política</b>				

Fonte: Elaboração da autora (2018).

### 3.5 Etapas da Pesquisa

Para que fosse possível identificar dados concretos para a construção da trajetória de Institucionalização da Agroecologia e da matriz de avaliação fez-se uso de procedimentos metodológicos, tais como: trabalho de campo, observação participante, entrevista não diretiva, oficinas de intercâmbios e uso de dados secundários.

#### a) Caracterização Geral dos Contextos

Foi priorizada a revisão bibliográfica que possibilitou abarcar, de forma geral, acontecimentos e condições sociais e ambientais que influenciaram a formação das áreas de estudo. Para isso lançou-se mão de dados secundários, “aqueles já existentes, provenientes de diversas fontes: documentos diversos, como obras teóricas ou literárias, estatísticas, arquivos e

relatórios... entre outras” (MANN, 1975; BRUMER et al. 2008). Neste caso, foram utilizados dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e do Caderno Territorial do Nordeste Paraense, do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Como somatória à análise de dados utilizou-se a revisão bibliográfica, pesquisa exploratória para abrir pistas à reflexão e alargar os horizontes da leitura, que se sucederam por todo o desenvolvimento da pesquisa (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998), com a finalidade de compreender a evolução dos sistemas produtivos, a fim de identificar alterações que ocorreram dentro da lógica de Transição Agroecológica.

#### b) Pesquisa Exploratória (pré-campo)

Foi realizada uma pesquisa exploratória (pré-campo) em cada local da pesquisa com a finalidade de fazer contato prévio com os agricultores e lideranças. Esse primeiro contato possibilitou a identificação de atores e pontos (acontecimentos) até então fundamentais para a construção da trajetória.

A primeira etapa da pesquisa exploratória foi realizada no município de Irituia, do dia 10 ao dia 15 de julho de 2017 e nos dias de 23 a 25 do mesmo mês. O primeiro momento da pesquisa exploratória possibilitou um contato prévio com os cooperados durante a sua reunião para pôr em pauta as demandas dos agricultores. No decorrer da pesquisa foi possível dialogar com 14 agricultores familiares ligados à Cooperativa D'Irituia. Desse total foi possível identificar atores chaves e conversar com alguns deles, como o presidente da Cooperativa, os sócios fundadores, o atual e o ex-Secretário de Agricultura do município. Para isso seguiu-se um roteiro para guiar o diálogo que tinha como objetivo previamente identificar pessoas chave como cooperados que participaram da fundação da cooperativa, gestores e possíveis técnicos; foram utilizados: gravador, câmera fotográfica e caderno de campo para anotar informações de destaque.

Na segunda etapa da pesquisa exploratória foi possível participar de uma reunião organizada pelo vice-presidente da Cooperativa com os filhos dos cooperados. A reunião tinha como finalidade demonstrar aos jovens a importância de fazer o acompanhamento das propriedades e a identificação de atividades produtivas como roçado, sistemas agroflorestais e extrativismo.

A pesquisa exploratória realizada no município de Santa Luzia do Pará ocorreu nos dias 20 e 21 de setembro de 2017. O primeiro contato realizado teve como objetivos apresentar a proposta de pesquisa do presente trabalho, identificar o funcionamento da Rede Bragantina e o papel do município na rede, os momentos e os atores fundamentais para a construção da

trajetória agroecológica do município. Em Santa Luzia do Pará foi possível realizar um primeiro contato com dois atores, sendo estes responsáveis pela escola de formação agroecológica da rede, a Escola de Formação Para Jovens Agricultores das Comunidades Rurais Amazônicas - ECRAMA. A escola faz parte da Rede Bragantina de Economia Solidária Artes & Sabores, assim como a Cooperativa Mista e associações, que serão identificadas no decorrer da pesquisa. A escola aponta como objetivo proporcionar educação básica e capacitação multi e interdisciplinar voltada para a formação de agente de desenvolvimento local, com base nos princípios agroecológicos.

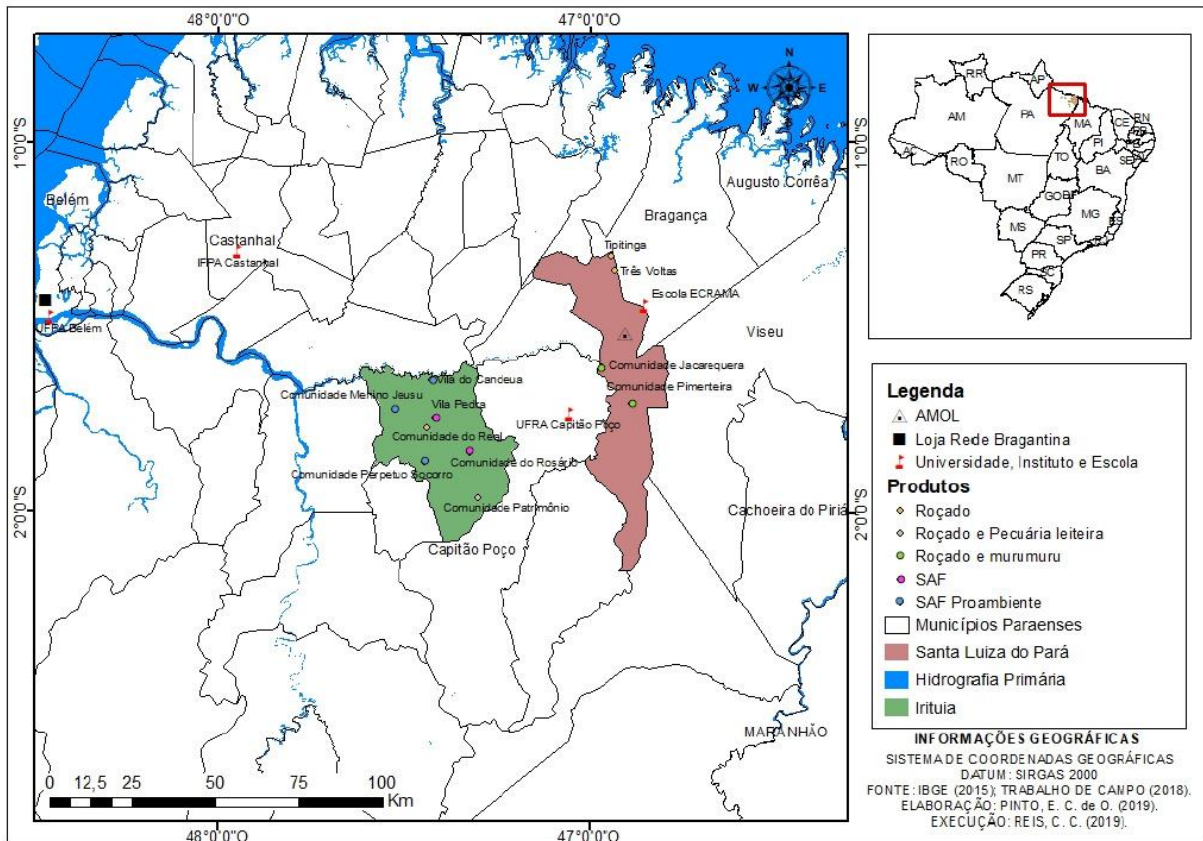
c) Trabalho de Campo e Levantamento de Dados

Juntamente com o trabalho de campo realizou-se a observação participante (BECKER, 1994), tendo em vista mais do que analisar as trajetórias, houve a necessidade de identificar o que se tem feito para a consolidação das experiências. Dessa forma, a observação teve como objetivo contribuir de forma pontual durante as ações desenvolvidas nos dois lócus e fortalecer os laços de confiança entre pesquisador e pesquisados.

Em Irituia a observação participante se deu por meio de atividades realizadas pelas cooperativas, secretaria de agricultura em oficinas, reuniões e feiras realizadas. Já no município de Santa Luzia do Pará a observação participante se deu através da escola ECRAMA, atuando em atividades realizadas durante o curso Agroecologia e Cidadania no ano de 2018 e reuniões da Rede Bragantina.

O mapa a seguir (Figura 2) demonstra algumas comunidades visitadas, assim como suas atividades demonstradas ao longo da pesquisa.

**Figura 2** – Mapa localização de comunidades visitadas e suas formas de produção



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

#### d) Roteiros

Foram realizadas entrevistas apoiadas em roteiros de pesquisa destinados a identificar a trajetória da agroecologia e seu processo de institucionalização, a partir de agricultores familiares e agentes externos que têm estabelecido parcerias, que têm apoiado o avanço das experiências pesquisadas. A utilização de roteiros permitiu a realização de entrevistas não-diretivas<sup>3</sup>, permitindo a máxima expressão do entrevistado sobre determinado ponto, sem que houvesse limitações ou censuras. Assim possibilitando uma ampla coleta de dados para a identificação do nível atual da institucionalização da agroecologia, se os atores conhecem o termo agroecologia, se nos municípios existem ações que contribuam para agroecologia e quais são suas perspectivas futuras, elementos da matriz de avaliação e da construção da linha do

<sup>3</sup> Considera-se que a entrevista não-diretiva tem o objetivo de contornar certos cerceamentos das entrevistas por questionário com perguntas fechadas que representam o polo extremo da diretividade. Assim como permite, melhor do que outros métodos, a emergência deste conteúdo socioafetivo profundo, facilitando ao entrevistado o acesso às informações que não podem ser atingidas diretamente (MICHELAT, 1987).

tempo. Para realizar o registro utilizou-se gravador, câmera fotográfica e caderno de campo para que tomássemos nota de informações indispensáveis.

Durante o campo priorizou-se entrevistas com atores-chave, utilizando o roteiro para guiar as entrevistas. Adotou-se como critério de escolha a participação dos atores em experiências agroecológicas que contribuíram para a consolidação da mesma, e com participação de associações ou cooperativas que se reivindicassem da agroecologia como forma de atuação, no caso de agricultores familiares. Assim como atores ligados aos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA), Secretarias de Meio Ambiente, Secretaria de Agricultura e outras instituições como Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará (IDEFLOR-BIO).

Após a identificação de atores-chave realizou-se as entrevistas que tiveram a finalidade de levantar dados sobre as realidades estudadas, indicar os momentos, atores e ações fundamentais para o processo de institucionalização da agroecologia com maior grau de detalhamento.

Foram realizadas 27 entrevistas no município de Irituia e 25 entrevistas em Santa Luzia do Pará, totalizando 52 entrevistas que possibilitaram a construção da presente pesquisa, como mostra o Quadro 2 a seguir:

**Quadro 2 – Número de entrevistas**

<b>Nº de entrevistados</b>	<b>Ferramentas e finalidade</b>	<b>Atores</b>
<b>52</b>	Entrevistas não estruturadas Trajetória de institucionalização Difusão do termo agroecologia e ações	Agricultores, secretários, técnicos agrícolas, assessores, professores
<b>12</b>	Entrevistas semiestruturadas Nível de institucionalização Perspectivas dos atores	Secretários municipais, técnicos e lideranças locais
<b>2</b>	Entrevistas não estruturadas Construção de trajetórias individuais	Agricultores e lideranças locais

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A partir do total de 52 atores entrevistados, buscou-se identificar o grau de difusão da agroecologia no município. Identificando a porcentagem daqueles que conhecem o termo agroecologia, os que apresentam alguma confusão com termos utilizados ou nunca ouviram falar. Nesse sentido apontou-se a difusão do termo e a polissemia atribuída ao conceito de agroecologia, como uma forma de institucionalizar, ao identificar *se* as instituições e atores locais têm abordado a agroecologia ou não.

Dentro do total de 52 entrevistados também buscou-se identificar, a partir da percepção dos atores, se atualmente existem ou não experiências ou ações que contribuam com a institucionalização da agroecologia, tal como seu fortalecimento em seu município.

Dos 52 entrevistados foram selecionadas 12, de modo que eram 6 de cada município, para identificar a partir da percepção dos atores qual o nível de institucionalização da agroecologia no município e quais são suas perspectivas futuras para o fortalecimento da agroecologia, ilustradas no Quadro 3.

**Quadro 3** – Nível de institucionalização e perspectivas dos atores

<b>Nível</b>	<b>Nº atores</b>	<b>Discurso – Perspectiva</b>
<b>Baixo</b>		
<b>Médio</b>		
<b>Médio-alto</b>		
<b>Alto</b>		

Fonte: Elaborado pela autora. Trabalho de campo (2018).

e) Oficina de intercâmbio Polo da Borborema X Nordeste Paraense

O intercâmbio como ferramenta metodológica consistiu na apresentação de uma terceira experiência com temática e objetivos semelhantes, porém em um contexto diferente e em estado de transição agroecológica avançada. A experiência em questão foi a trajetória de transição agroecológica do Polo da Borborema no estado da Paraíba, que foi apresentada em uma oficina de intercâmbio, onde atores envolvidos na trajetória paraibana apresentaram para atores do Nordeste paraense os elementos que possibilitaram chegar até o estado atual.

Apresentar uma experiência externa ao contexto do Nordeste paraense permitiu, aos atores estudados, principalmente aos agricultores, um olhar distanciado acerca da construção de uma trajetória agroecológica. Este olhar externo proporcionou a construção de um debate onde foram levantados elementos importantes que possibilitaram o seu estado atual do Polo da Borborema, assim como a reflexão das perspectivas futuras e quais os próximos passos para alcançá-las.

O uso da oficina de intercâmbio como ferramenta metodológica oportunizou extrair elementos importantes da experiência do polo, mas que podem ser repensados para avançar nos municípios estudados, Irituia e Santa Luzia do Pará. Neste sentido a ferramenta de intercâmbio se mostrou eficiente, tanto para a coleta de dados quanto para auxiliar na construção do conhecimento entre os participantes da oficina.



A oficina ocorreu nos dias 23 a 25 de outubro de 2018 e foi realizada pelo Centro Francês de Pesquisa Agrícola para o Desenvolvimento Internacional (CIRAD), dentro do projeto Odyssea em parceria com EMBRAPA, INEAF, e o Polo da Borborema da Paraíba juntamente com a Comissão Técnica AS-PTA do Semiárido. A oficina teve como objetivo promover o debate acerca da agroecologia a partir da demonstração da trajetória do Polo da Borborema e como experiências de transição poderiam levantar e trazer novas perspectivas sobre “Como Fortalecer a Transição Agroecológica nos Territórios Amazônicos”<sup>4</sup>.

Durante as oficinas buscou-se levantar os seguintes questionamentos:

- Quais ideias ou elementos vocês tiram de Experiências do Polo da Borborema para apoiar as transições agroecológicas amazônicas locais?
- O que falta para fortalecer essas transições?
- Quais seriam as primeiras ações desenvolvidas (Organizacionais e não organizacionais)?

Estes questionamentos foram levantados com o propósito de identificar o que estes atores consideram como sendo fundamental ao processo de transição agroecológica e também verificar o que se tem feito a respeito e quais são suas expectativas.

#### f) Análise e Comparação das Trajetórias de Institucionalização da Agroecologia

Esta etapa implicou na textualização das informações coletadas e a comparação entre ambas as trajetórias. Diante disso, foram considerados dados coletados e analisados para “eleger” as ações fundamentais para o avanço da agroecologia e quais foram as redes estabelecidas pelas instituições, identificação dos jogos de atores e quais eram seus interesses, permitindo compreender as trajetórias de institucionalização da agroecologia no âmbito local (SILVA et al., 1997; SABOURIN et al., 2005).

### 3.6 Textualização para elaboração da Dissertação

A última etapa teve como objetivo alcançar a escrita científica, sistematizando todos os dados analisados nas etapas anteriores. Para isso, a dissertação foi estruturada em 3 capítulos, cada um deles correspondendo a um objetivo específico, contudo intimamente interligados.

---

<sup>4</sup> Título dado à oficina.

#### **4 CAPÍTULO I – ESTADO ATUAL DA AGROECOLOGIA EM IRITUIA E SANTA LUZIA DO PARÁ**

O processo de Institucionalização da Agroecologia nos lócus da presente pesquisa tem reunido esforços significativos a favor da transição de um modelo organizacional e produtivo para outro<sup>5</sup>, valorizando a biodiversidade local e os saberes de comunidades tradicionais, sobretudo, ao considerar o conjunto de ações desenvolvidas por movimentos sociais e sindicais, agricultores, pesquisadores, professores e outros atores ligados aos diferentes setores da sociedade civil.

Deste modo se faz necessário considerar o conjunto de atores ligados a estes processos, sejam estes processos mais amplos como por exemplo a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO)<sup>6</sup> em 2012, ou processos locais como é o caso de ações estabelecidas nos municípios de Irituia e Santa Luzia do Pará.

A partir de uma perspectiva social e política, a Agroecologia tem se dedicado a processos de cooperação social que impulsionam discussões, redes de produção, distribuição e consumo de forma equitativa e sustentável, sendo estes resultados de lutas sociais, redes de apoio, intercâmbios estimulados pela realidade vivenciada, com a finalidade de gerar soluções para possíveis conflitos (COLLADO et al., 2013).

A Agroecologia tem caminhado para a consolidação de sua institucionalização que neste trabalho considera-se a incorporação das ideias, aplicação ou materialização de ações por parte dos atores e instituições nos quais estão inseridos. Isto é, em espaços consolidados nas dimensões reais e cotidianas da vida de agricultores e de atores correlatos, não se limitando apenas a colegiados, normas legais, planos e secretarias locais.

O presente capítulo tem como objetivo descrever o grau de institucionalização atual da Agroecologia a partir de uma análise das práticas sociais, institucionais e políticas ligadas aos dois municípios. Para tal, busca-se apresentar as experiências de cunho agroecológico, assim como as instituições e os atores que as possibilitam; identificar as ações que direta e indiretamente contribuem para a consolidação da agroecologia e também o discurso dos atores envolvidos e suas concepções acerca da agroecologia.

---

<sup>5</sup> Entendendo que esta transição não refere-se apenas aos grandes monocultivos como de soja e dendê na Amazônia, mas também aos roçados de mandioca, que vem perdendo sua diversidade para dar lugar ao aumento de produção.

<sup>6</sup> Agroecologia encontra-se normatizada no âmbito nacional desde 2012, com a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica instrumentalizada, por sua vez, em 2013 com o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e atualizada três anos depois.

#### **4.1 Experiências atuais que contribuem para o avanço da Agroecologia**

No Nordeste paraense, os atores locais como agricultores, agentes de desenvolvimento local, secretários de agricultura, professores, sindicalistas e vários outros têm buscado adotar estratégias de desenvolvimento sustentável a partir de princípios agroecológicos. As experiências a serem apresentadas têm como finalidade fortalecer a agricultura local e valorizar os saberes de populações tradicionais e quilombolas.

Diferentes experiências contribuíram para o atual estado de institucionalização da agroecologia nos municípios de Irituia e Santa Luzia do Pará. Estas experiências têm se baseado em novas formas de organizações sociais, de comercialização, na valorização da agricultura familiar e de gênero, no resgate de saberes tradicionais, inovações nas práticas produtivas e no acesso às políticas públicas.

##### **a) Rede Bragantina de Economia Solidárias Artes e Sabores**

A Rede Bragantina de Economia Solidária Artes e Sabores, com sede no município de Santa Luzia do Pará, é responsável por agrupar e articular atualmente 15 empreendimentos. Estes estão distribuídos entre sete municípios, Santa Luzia do Pará, Bragança, Augusto Correa, Cachoeira do Piriá, Viseu, Capitão Poço e a capital Belém.

Parte dos produtos comercializados são produzidos por associações e comunidades de remanescentes de quilombo como: Associação Quilombola dos Agricultores Familiares da Pimenteira (AQUAFAP) em Santa Luzia do Pará, a Associação Quilombola Vila Mariana (AQUIMARI) localizada no município de Viseu, Associação Da Comunidade Remanescente De Quilombo De Narcisa (ACORQUIN) no município de Capitão Poço, Associação Comunitária dos Mines e Pequenos Produtores Rurais de Carrapatinho (ACOPEC) localizadas no município de Capitão Poço, Comunidade Remanescente de Quilombo Camiranga (CCCAM) em Cachoeira no Piriá.

As atividades desenvolvidas pelas associações têm dado destaque para o trabalho e autonomia de mulheres do campo e da cidade como é o caso da Associação da Mulher Olímpia da Luz (AMOL) e a Associação Campo Cidade Transformar, Agregar Valores e Vida (ATAVIDA), além da escola ECRAMA entre Santa Luzia do Pará e Bragança.

A Rede Bragantina tem garantido a participação destas associações em eventos e feiras, tanto localmente quanto em feiras intermunicipais, intercâmbios, cursos e outras formas de articulação de cunho agroecológico no município.

A rede ocupa um papel crucial no avanço da agroecologia, onde se tem procurado superar fatores relacionados à sua autogestão, a autonomia dos atores, sobretudo, a tomada de decisões e a delegação de funções, entendendo-se que muitas das ações e decisões acabam por sobrecarregar alguns atores, por esse motivo a busca por parcerias e difusão da agroecologia no município.

#### b) O PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos passou a ser acessado no município de Irituia entre os anos de 2009 e 2010. Acredita-se que o acesso imediato ao programa se comparado à outra localidade ocorreu devido à gestão local da época. A figura do secretário de agricultura entre 2009 e 2013, se deu por um agricultor que possuía formação acadêmica com foco na agricultura familiar.

Já em Santa Luzia do Pará, o acesso ao PAA ocorreu em 2012, acesso ao programa como para maioria dos municípios do Nordeste paraense, devido à mobilização dos representantes da Rede Bragantina<sup>7</sup>, facilitando o cadastro de agricultores locais no programa. A inserção dos agricultores no mercado institucional possibilitou um maior entendimento e reconhecimento da importância da venda institucional, onde os agricultores passaram a receber um preço justo pelos produtos ofertados. O acesso ao programa fez com que a agricultura familiar local plantasse novas perspectivas e colhesse frutos até hoje.

Até o ano de 2018 o recurso recebido para as compras pelo programa era no valor de R\$6.500,00 (MDS, 2018) por agricultor familiar, durante o ano, onde se tinha possibilidade de dividir esse valor entre as entregas ao longo do ano ou até em seis meses. Este valor recebido pelos agricultores passou a impactar positivamente as famílias, não apenas pelo valor bruto, mas sim pela forma como as famílias passaram a gerenciar o valor – o que também fez com que secretarias locais e organizações ligadas à agricultura passassem a direcionar esforços para instruir os agricultores acerca de uma educação financeira, mesmo que de forma básica.

Atualmente a gestão de ambos os municípios, através da Secretaria Especial de Estado de Promoção Social (SEPROS), de agricultura, saúde e meio ambiente, passou a orientar os agricultores de forma conjunta, demonstrando a importância do programa para gerar renda, preços justos, desenvolvimento local e segurança alimentar e nutricional, não somente para quem produz, mas para aqueles que recebem os produtos como é o caso das pastorais, igrejas evangélicas e associações pertencentes às comunidades tradicionais e quilombolas.

---

<sup>7</sup> Além de potencializar processos de comercialização local e intermunicipal, oriundos de produção agroecológica a Rede Bragantina tem funcionado como difusora de informações.

Tanto em Santa Luzia do Pará quanto em Irituia o programa incentiva o aproveitamento das produções existentes nos quintais produtivos, a diversificação e a expansão das produções<sup>8</sup>. O recurso gerenciado pelas famílias se tornou em muitos casos investimentos nas produções e nas formas de beneficiamento, casas de despolar, frízeres, geladeiras, batedeiras de frutas, lacradoras, reformas dos retiros<sup>9</sup> e moradias das famílias.

**Quadro 4** – Número da população local e número de cadastrados no PAA

Município	Acesso ao PAA (2017-2018)	%	População Rural	População total
Irituia	51	0,2	24.873	31.364
Santa Luzia do Pará	52	0,48	10.731	19.422

Fonte: SEPROS (2018); IBGE (2010).

Agricultores como Dona D. de Santa Luzia do Pará apontam que, mesmo apresentando um número reduzido de agricultores cadastrados, o programa representa uma grande importância para as famílias de comunidades tradicionais e quilombolas. Estas apontam seu círculo familiar prolongado, envolvendo relações de compadrio, o que permite um número maior de pessoas beneficiadas. Entende-se que as ações são construídas a partir de relações de reciprocidade<sup>10</sup>, não restringindo apenas a uma única unidade familiar, se utilizam do que é produzido na unidade familiar dos pais e dos filhos para a comercialização.

Dona D. da Comunidade da Pimenteira em Santa Luzia do Pará aponta o processo de comercialização:

A venda era muito difícil. Nós não éramos acostumados a vender farinha, não saberíamos dar o preço... enfim temo o acesso ao PAA desde 2016. No começo tiveram as dificuldades para ter acesso... A assessora junto com a rede que ajudou. Sendo três pessoas (imã e a nora) da comunidade. Mas hoje a forma como é fornecido o produto ainda é precária, pois ainda falta um local para um melhor processamento, uma das dificuldades é não ter uma lacroradora, ainda amarramos os saquinhos e entregamos... Mas uma vantagem o programa compra quase tudo que produzimos, macaxeira, milho, paçoca tudo (Agricultura e artesã, idade não revelada, 25 de abril de 2018).

<sup>8</sup> Que passou a ocorrer com o incentivo da criação de viveiros de mudas pelo Ideflor-Bio e a implantação de Safs.

<sup>9</sup> Nome dado ao local onde é realizado o processamento da mandioca, contendo tanque para lavagem, torragem até sua transformação em farinha de mandioca.

<sup>10</sup> Sabourin (2011) aponta a produção e reprodução econômica e social nas sociedades rurais contemporâneas baseadas nas relações de reciprocidade podendo esta ser binária. A reciprocidade binária apresenta duas principais estruturas, o “cara a cara” e o “compartilhamento”. Onde a relação “cara a cara” se refere à ajuda mútua entre as famílias e os agricultores, podendo se prolongar mediante alianças mais duradoras como o compadrio ou o casamento dos filhos. A estrutura de compartilhamento é particularmente verificada no caso do manejo dos bens em propriedade comum: gestão de recursos naturais ou de equipamentos coletivos ou máquinas agrícolas (2011, p. 24-25).

Além da entrega da produção ser obrigatoriamente de forma individual, os agricultores têm organizado seus grupos familiares para que mais indivíduos de uma mesma família possam ser beneficiados, ao realizarem o cultivo em único lote ou em lotes distintos, mas que possam ter a possibilidade de comercializar e ainda manter um padrão de qualidade.

Este padrão produtivo se dá devido os agricultores passarem a realizar a seleção e o beneficiamento dos produtos de forma conjunta, tendo em vista que, por ser uma comunidade quilombola, todos apresentam um grau de parentesco.

Apesar do programa servir de grande incentivo, os agricultores enfrentam dificuldades de acesso aos programas como o PAA, principalmente ao que se refere à informação, preenchimento de dados, acesso à internet. Dessa forma o diálogo com algumas instituições<sup>11</sup> ou grupos do qual fazem parte acabam por auxiliar nesse processo de cadastro.

Os atores ligados à gestão local têm se mostrado cada vez mais sensíveis às questões ligadas à agricultura familiar. Um dos elementos que demonstram isso é a aceitação de uma maior variedade dos produtos agrícolas, chegando a conter mais de 70 itens na lista do programa, e a inclusão de produtos que fazem parte na cultura alimentar local como por exemplo o jambu (*Acmella oleracea*), a paçoca de gergelim, doces, cará (*Dioscorea*) e outros, entendendo-se que existe toda uma lógica produtiva que não foi levada em consideração ao construir a listagem de itens.

No ano de 2018 houve cortes de verba e conseqüentemente a quase anulação das compras institucionais pelo PAA, o que acabou por representar a perda de um canal de comercialização, fazendo com que os agricultores sejam forçados a comercializar por outros canais como feiras, entre conhecidos e cooperativas.

#### c) O PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) também tem se mostrado fundamental para produção e reprodução econômica e social dos agricultores tanto em Irituia quanto em Santa Luzia do Pará. De acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação<sup>12</sup>, no ano de 2018 os valores liberados para as prefeituras foram de R\$491.077,00 para Santa Luzia do Pará e R\$820.894,40 para o Município de Irituia.

---

<sup>11</sup> As instituições se apresentam como elementos fundamentais em ambos os territórios, se estas estruturadas por diferentes atores, acabam por institucionalizar a agroecologia de diferentes formas. Assim como Ribeiro (2008, p. 2) pode-se definir como instituições diferentes tipos de organizações governamentais, organizações não-governamentais, igrejas, sindicatos, agências multilaterais, entidades industriais e corporações financeiras.

<sup>12</sup>[https://www.fnnde.gov.br/pls/simad/internet\\_fnnde.LIBERACOES\\_01\\_PC?p\\_ano=2018&p\\_programa=C7&p\\_uf=PA&p\\_municipio=150350](https://www.fnnde.gov.br/pls/simad/internet_fnnde.LIBERACOES_01_PC?p_ano=2018&p_programa=C7&p_uf=PA&p_municipio=150350)

No município de Irituia o processo de comercialização tem se dado por meio das cooperativas responsáveis pelo abastecimento de pelo menos 30% <sup>13</sup> dos produtos comercializados para a merenda escolar: Cooperativa Agrícola, Pecuária e Extrativista do Município de Irituia (D'Irituia) e a Cooperativa Agrícola, Pecuária e Extrativista do Município de Irituia (COAPEMI)<sup>14</sup>. Em ambos os municípios o máximo que a agricultura familiar conseguiu acessar foi 35% das compras institucionais.

Em ambos os municípios os agricultores têm buscado se inserir no mercado institucional apontando para uma maior valorização da produção local. Adotando um preço justo, diferente do preço pago por atravessadores ou em feiras convencionais. Dessa forma, a inserção de agricultores nas cooperativas também se apresenta por conta da abertura de novos mercados como é o caso do PNAE.

#### d) Cooperativas

As cooperativas existentes apresentam um quadro pequeno de associados, se comparado ao número da população rural nos municípios. Os agricultores que acabam por se tornar cooperados, na maioria dos casos, se articulam de forma diferenciada, na organização social, comercial e por meio de práticas agrícolas, a partir do uso de princípios agroecológicos, quando não deixam explícitos em seus regimentos, demonstram por meio das práticas produtivas.

**Quadro 5** – Número de associados nas cooperativas registrados pela OCB

Município	Cooperativas	Número de cooperados – OCB	Número de cooperados atuantes ou integrando	Agroecologia como modo de produção
Irituia	Coapemi	36	36	Não
	D'irituia	56	36	Sim
Santa Luzia do Pará	COOMAR	56	72	Sim

Fonte: OCB (2018)<sup>15</sup>.

O quadro do número de sócios tem passado por quedas crescentes, tanto na COOMAR quanto na D'Irituia, ocorrendo devido a diferentes fatores, entre eles: o envelhecimento, perda de saúde de sócios, diminuição de terras agricultáveis, além da evasão de jovens do trabalho no campo.

<sup>13</sup> Número apontado pela técnica nutricional do DAE e assessoria da Rede Bragantina.

<sup>14</sup> A cooperativa COAPEMI foi reativada como estratégia de manter o PNAE dentro do município de Irituia, concorrendo juntamente a cooperativa D'Irituia para que gerasse recurso localmente.

<sup>15</sup> O número de cooperados foi verificado tanto no site da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e entrevistas de campo.

Em Santa Luzia do Pará a cooperativa COOMAR conta com uma infraestrutura significativa, permitindo que haja a comercialização e armazenamento dos produtos de seus cooperados em local fixo, assim como preço acessível para outros produtos de necessidade básica, os quais os agricultores ainda não conseguem produzir em suas propriedades como por exemplo, produtos de limpeza.

A cooperativa ainda produz estratégia de lucro participativo ao que é comercializado durante o ano na cantina. Além do fundo rotativo para beneficiar, plantios e outras necessidades que o cooperado possa vir a ter na cantina (Imagem 1).

**Imagem 1** – Cooperativa COOMAR



Fonte: Campo (2018).

A COOMAR por intermédio da Rede Bragantina durante sua trajetória tem adotado princípios agroecológicos como forma de produção sustentável, novas tecnologias sociais e produtivas acessíveis aos agricultores, considerando seus saberes como a seleção de sementes e trocas entre os grupos, diversificação de atividades como a construção de farmácias naturais, viveiros coletivos, transformação do extrativismo em possibilidade de renda como no caso murumuru em Santa Luzia do Pará, comercializado com a empresa de cosméticos Natura Cosméticos SA e a empresa Beraca Ingredientes Naturais SA<sup>16</sup>.

Mesmo considerando a relação entre agricultores-extrativistas e empresas que compram produtos da biodiversidade, precária e desigual; levando em consideração os baixos valores oferecidos e a penosidade da mão de obra, este canal apresenta-se como uma alternativa em momentos de crise e desestruturação política. Pois, a comercialização direta com a indústria cosmética apresenta-se como uma possibilidade de estratégia, para manter canais de

<sup>16</sup> Empresa especializada na compra e beneficiamento de produtos derivados da biodiversidade amazônica, sobretudo oleaginosas para extração de óleos e manteigas para indústria de cosméticos e fármacos.



comercialização, tendo em vista a perda de investimentos diretos na agricultura, a quase anulação de recursos para compra institucional e dificuldades em comercializar dentro dos próprios municípios.

Em Irituia, a cooperativa D'Irituia apresenta um espaço físico limitado. No entanto, é a cooperativa que tem agregado princípios agroecológicos, além do incentivo à produção em sistemas agroflorestais<sup>17</sup>, extrativismo de espécies nativas antes não utilizadas como é o caso do tucumã (*Astrocaryum aculeatum*), patauá (*Oenocarpus bataua*) e mururu (*Oenocarpus bataua*) para indústria cosmética, produção orgânica e a diminuição de corte e queima. Os cooperados têm experimentado em suas residências (o chamado por eles) o “Turismo Acadêmico”<sup>18</sup>, recebendo turmas de graduação e pesquisadores com a finalidade de dar visibilidade ao seu trabalho e socializar conhecimentos.

**Imagem 2** – Cooperativa D'Irituia (2018)



Fonte: Campo (2018).

Hoje a Cooperativa D'Irituia comercializa a produção de seus cooperados por meio da venda, ou circuitos curtos<sup>19</sup>, direta por meio do Cadastro de Organizações de Controle Social (OCS), que garante a qualidade de orgânico dos produtos da agricultura familiar. No entanto, a comercialização deve ocorrer apenas de forma direta em feiras, espaços pertencentes ao grupo e ao mercado institucional. Tendo em vista outras formas de comercialização e

<sup>17</sup> “Sistemas agroflorestais é o nome genérico que se utiliza para descrever sistemas tradicionais de uso da terra amplamente utilizados, nos quais as árvores são associadas no espaço ou no tempo com espécies anuais e animais. Combina-se, na mesma área, elementos agrícolas com elementos florestais em sistemas de produção sustentável” (ALTIERI, 2012, p. 281).

<sup>18</sup> Termo utilizado pela comunidade acadêmica e por agricultores que viabilizam a execução da atividade no município.

<sup>19</sup> Os circuitos curtos (CC) de comercialização correspondem a feiras do produtor, entrega de cestas, pequenas lojas de produtores, venda na propriedade ligada ao agroturismo, venda institucional para alimentação escolar, entre outras formas de venda direta (DAROLT et al., 2016).

regularização de outras já existentes, como venda interestadual e possível acesso a redes de supermercados.

**Imagem 3** – Feira da agricultura familiar (março/2018) na UFPA. Agricultores da cooperativa D'Irituia



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Na Cooperativa D'Irituia, neste sentido, os atores buscam ampliar os mecanismos de comercialização através da obtenção de um selo que garanta a produção orgânica por meio da criação de um Organismo Participativo de Avaliação da Qualidade Orgânica (OPAC). Juntamente com a sua comissão de avaliação e comissão de recursos que avaliarão a conformidade de produção orgânica, para garantir a obtenção do selo de orgânicos via o Sistema Participativo de Garantia (SPG<sup>20</sup>).

Os agricultores têm buscado novas formas de comercialização através do mercado institucional como também vendas corporativas, para venda de produtos para rede de restaurantes e lanchonetes – como por exemplo, D'Irituia com a Aprazível<sup>21</sup> e a Rede Bragantina para sua lanchonete Café em Rede, localizada na cidade de Belém. Ainda assim percebe-se as feiras locais e intermunicipais como elementos indispensáveis para o fortalecimento da agroecologia.

<sup>20</sup> Esse processo será composto pelos membros, sendo estes fornecedores, agricultores, transportadores, compradores e colaboradores e pela OPAC.

<sup>21</sup> Rede de restaurantes do estado do Rio de Janeiro, tem apoiado a cooperativa com a compra de produtos agroecológicos.

e) SAFS

A difusão dos sistemas agroflorestais em Irituia tem garantido o título de município agroecológico. Denominação dada por pesquisadores e até mesmo agricultores locais. Os sistemas agroflorestais<sup>22</sup> são apresentados no município como o aprimoramento dos quintais ou sítios, tradicionalmente manejados por agricultores familiares do município, mas também resultado de programas como Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente), Projeto Tipitamba e Projeto Tijolo Verde que serão vistos no próximo capítulo. Outro fator que tem impulsionado a ampliação dos SAFs localmente é a estreita relação estabelecida entre instituições de ensino e pesquisa com o município, como é o caso da EMBRAPA e universidades como Instituto Federal de Educação do Pará (IFPA), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA).

Apesar de ser uma prática comum entre os agricultores locais, os sistemas agroflorestais se tornam práticas extremamente particulares e individuais. Cada agricultor apresenta uma forma peculiar de iniciar e manejar seus sistemas, um modelo ideal, que melhor funciona para suas propriedades e objetivos. Sendo assim os SAFs em Irituia são resultados de experimentos realizados pelos atores locais.

O nível de difusão da técnica tem se dado sobretudo pela rentabilidade a longo prazo, como aumento da produtividade e benefícios socioeconômicos, mas também por seus benefícios ambientais, como recuperação de áreas, ampliação e conservação da biodiversidade local.

Em Santa Luzia do Pará os SAFs ainda aparecem como uma prática pouco desenvolvida entre os agricultores, diferente de Irituia que apresenta o sistema agroflorestal como base da produção agroecológica. Hoje em Santa Luzia do Pará, espécies frutíferas e madeireiras são manejadas em pequenos quintais, quando não em grandes áreas coletivas, esta última principalmente em áreas quilombolas.

Recentemente em 2018 o município de Santa Luzia recebeu o projeto Fomento Agroflorestal (PROSAF<sup>23</sup>), em ação conjunta entre EMATER, Secretaria de Meio Ambiente e IDEFLOR-BIO. O PROSAF tem como objetivo a recuperação de áreas e a introdução de espécies comerciais. O projeto visa atender pelo menos 15 comunidades do município. A

---

<sup>22</sup> Foi verificado, por entrevistas e visitas nas propriedades de agricultores entrevistados e utilizando-se da classificação de sistemas agroflorestais sugerida por Altieri (2012), que o município tem apresentado variações de sistemas agroflorestais: Sistemas agrossilviculturais, silvipastoris, agrossilvipastoris e sistemas de produção florestal de múltiplo uso.

<sup>23</sup> Informações coletadas em diálogo com técnico do IDEFLOR-BIO e verificadas no site da prefeitura: <https://www.santaluziadopara.pa.gov.br/informa.php?id=49>.

atuação da Rede Bragantina também tem caminhado para incentivo à prática dos SAFs, principalmente com o objetivo de garantir a soberania alimentar de agricultores e agricultoras.

f) Feiras

As feiras são fundamentais para o avanço e o incentivo da Agroecologia. A participação da Cooperativa D'Irituia e da Rede Bragantina de Economia Solidária Artes e Sabores garante a expansão dos canais de comercialização, assim como a difusão de práticas agroecológicas em feiras agroecológicas e feiras da agricultura familiar. O aumento das feiras aponta o engajamento e aumento da capacidade de articulação dos atores envolvidos, pela busca de novos canais de comercialização.

Ambos os grupos têm representado seus respectivos municípios em diferentes localidades, estabelecendo participação fixa em feiras focadas na comercialização de produtos da agricultura familiar, orgânicos, eventos acadêmicos, gastronômicos, turísticos e feiras em universidades como UFPA, Parque Estadual do Utinga, Museu Emilio Goeldi em Belém, UFRA em Capitão Poço e IFPA em Castanhal.

As feiras têm garantido a valorização de produtos, trocas de experiências, novos canais de comercialização, fortalecimento de laços entre consumidor e agricultor, contato com agricultores de outras localidades estabelecendo trocas de informações e elementos como sementes, raízes e saberes, além da comunicação com a comunidade acadêmica – esta última tem gerado possibilidades de projetos que podem ser desenvolvidos futuramente.

Durante o processo de coleta de dados entre os anos de 2017 e 2018 foi perceptível o aumento da participação da Cooperativa D'Irituia e da Rede Bragantina em feiras realizadas na cidade de Belém. Contudo, ainda existem limitações que devem ser sanadas como questões de logística que garanta a chegada e integridade dos produtos, questões internas das organizações, que permitam participação de um maior número de agricultores possíveis, ou seja não beneficiando apenas uma parcela de agricultores, e também ao que se refere à gestão local dos municípios, pois é perceptível que o número reduzido de feiras realizadas dentro dos municípios está relacionado à falta de articulação entre as organizações e o poder local.

g) Integração dos jovens

Verificando o estado atual da Agroecologia, tanto em Irituia e Santa Luzia do Pará, quanto em outras realidades do meio rural, os municípios têm esbarrado na necessidade de renovar lideranças e absorver novas ideias, sendo entre agricultores, atores do Sindicato dos

Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Neste sentido busca-se parcerias e novas metodologias com a finalidade de promover esta renovação no campo.

No caso de Santa Luzia do Pará houve a necessidade de encontrar formas de manter o jovem no campo. E, dentro do processo atual de institucionalização, há o curso de cidadania e agroecologia na Escola de Formação para Jovens Agricultores de Comunidades Rurais Amazônicas (ECARAM).

Nos três últimos anos a escola tem ofertado o curso “Agroecologia e Cidadania” promovido pela escola em parceria com a diocese de Bragança, Rede Bragantina de Economia Solidária, EMBRAPA, CÁRITAS, Servizio Volontariato Internazionale (SVI), IFPA - Campus Castanhal e Bragança e Centro de Estudo e Valorização do Negro no Pará (CEDEPAN) e Centro Francês de Pesquisa Agrícola para o Desenvolvimento Internacional (CIRAD).

O curso tem apresentado um maior desempenho ao considerar o envolvimento de jovens na ampliação do debate acerca da Agroecologia e a difusão de práticas sustentáveis entre as idades de 17 a 31 anos.

**Quadro 6 – Número de estudantes matriculados na escola ECRAMA**

<b>CURSO DE AGROECOLOGIA E CIDADANIA</b>			
<b>ANO</b>	<b>Nº de alunos matriculados</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
2016	33	24	9
2017	36	17	19
2018	31	21	8

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Alunos remanescentes do curso Cidadania e Agroecologia têm se mostrado fundamental para renovação do pensamento acerca da Agroecologia. Durante os três anos ofertados, a escola tem recebido sempre o número a mais do que o proposto nos editais que são sempre de 30 vagas ofertadas, contudo a indicação realizada por lideranças locais tem atraído cada vez mais inscritos.

Fala do aluno egresso do curso de cidadania e agroecologia:

Pra mim é fundamental para se manter a soberania alimentar de forma saudável, esses transgênicos por exemplo que a gente compra industrializado é tudo cheio de agrotóxico de veneno, porque prejudica a saúde; só depois que eu participei da escola que eu fui perceber que era totalmente diferente do que eu tava imaginando; eu já trabalhava com agricultura, mas não de forma correta, daí eu vim trabalhar de forma orgânica; eu até montei uma hortazinha ali orgânica, ta parada, mas eu já dei processo minimizar o inorgânico e não fazer uso do agrotóxico, nunca usei agora que não vou usar, a gente não sabe

o mal que ele causa, tem como adubar (Agricultor e universitário, 21 anos, 13 de maio de 2018).

A escola enquanto instituição exerce um papel de multiplicador, não se detendo apenas ao território da Zona Bragantina, mas a outras diferentes localidades do Nordeste do estado do Pará, chegando a atender até mesmo jovens agricultores do estado do Maranhão.

O curso tem seus módulos estruturados a partir das demandas apresentadas pelo coletivo, totalizando 5 módulos. Conta-se com metodologias participativas, envolvendo os alunos, a fim de identificar suas necessidades dentro do campo da agricultura familiar, como: atividades produtivas, questões ambientais, organizações coletivas, comercialização, suas potencialidades e suas fraquezas. A partir desses elementos o curso visa a utilização de princípios agroecológicos a fim de solucionar problemáticas e gerar desenvolvimento local consciente. E ainda permite cultivar “ideias” agroecológicas a serem implementadas nas unidades familiares, associações e comunidades.

O curso aponta para o incentivo da organização política dos jovens e seus respectivos territórios, sobretudo nos territórios quilombolas, com o apoio do Centro de Estudo e Defesa do Negro (CEDENPA), trabalhando a autoestima e valorização do jovem negro. A ECRAMA se apresenta como centro de formação e conscientização política, entendendo-se que “sem agroecologia não há cidadania e sem cidadania não há agroecologia” (fala de um dos idealizadores do projeto).

Um fator importante a ser considerado é o de admissão do aluno, não partindo apenas do seu interesse, mas também da indicação de alguma liderança dentro da comunidade em que reside, membro da igreja local, STTRs ou outras instituições ou organizações. Esse pré-requisito vem reforçar o convívio coletivo do jovem.

Em Irituia também se caminha para a integração do jovem à agroecologia e à institucionalização por meio de processos educativos na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio do Itabocal, com o Projeto Recuperação Florestal Por Agricultores Familiares na Amazônia Oriental (REFLORAMAZ) através do CIRAD e EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). O projeto identifica e compreende como os agricultores adultos escolhem a disposição e a diversidade de espécies para estruturar seu sistema agroflorestal; e compreende como os jovens com idades entre 15 e 20 anos pensam, incentivando-os a continuarem exercendo suas funções na Zona rural.

#### h) Mulheres na consolidação da Agroecologia

Outro aspecto fundamental a ser considerado na consolidação da Agroecologia nos municípios é a discussão de gênero<sup>24</sup>, considerando a valorização e o empoderamento da mulher na agricultura familiar. Em ambos os locais de pesquisa (Irituia e Santa Luzia do Pará) as mulheres têm se mostrado presentes nas atividades agrícolas, cada vez mais se organizando entre si, deixando de rotular seu trabalho como simples ajuda<sup>25</sup> e demonstrando que suas funções exercidas sejam domésticas, agrícolas e fora da unidade familiar são de extrema importância para garantir renda e melhores condições de vida para suas famílias.

No município de Irituia as mulheres têm buscado sua independência financeira, assim como estratégia para driblar a pressão de grandes fazendeiros. Dessa forma as mulheres têm procurado a estruturação da Cooperativa Unidas Venceremos que é composta por 34 mulheres, que desde 2015 trabalham a partir do beneficiamento de diferentes produtos, tanto de áreas coletivas quanto em unidades familiares. A cooperativa de mulheres fica localizada na comunidade São Pedro do Patrimônio que tem por característica a pecuária leiteira.

As mulheres da Cooperativa Unidas Venceremos no município de Irituia têm focado seus esforços em diferentes práticas produtivas. Sendo algumas: horticultura, fabricação de laticínios, panificações, polpas e geleias. Devido à forte pressão de grandes fazendeiros e à falta de incentivos, muitas famílias foram vendendo parte de suas propriedades. Dessa forma o grupo de mulheres têm procurado formas de gerar emprego, renda e alimentação por meio de seus quintais produtivos e de sua área coletiva, onde tem se iniciado o debate acerca da agroecologia e o papel da mulher para a criação de condições de trabalho justo no campo.

Já no município de Santa Luzia do Pará as mulheres têm abraçado a Agroecologia por meio da integração das associações que compõem a Rede Bragantina de Economia Solidária Artes e Sabores, como forma de reivindicar seus direitos, valorizar a cultura local e o trabalho coletivo. A AMOL é composta por 25 mulheres da zona urbana e rural e tem se destacado pela confecção de vestimentas e artesanato comercializados diretamente para prefeitura local, feiras e eventos.

A Associação Campo Cidade Transformar e Agregar Valores e Vida (ATAVIDA) em Santa Luzia do Pará tem funcionado com uma mini agroindústria, em que as mulheres de diferentes comunidades (quilombolas e tradicionais) têm se ocupado de beneficiar diferentes

---

<sup>24</sup> Segundo Simone de Bevoair (1949) “não se nasce mulher, tornar-se mulher”. A partir desta perspectiva nota-se a diferença entre sexualidade e gênero. Gênero se remete à identidade do indivíduo, ao que se revela perante à sociedade.

<sup>25</sup> Ajuda é o termo usado para designar o papel da mulher nas atividades agrícolas, considerando apenas como trabalho penoso o exercido pelo homem da família.

produtos que vêm das demais associações, como mel, café, sementes do cacau, urucum e vários outros. Além do beneficiamento dos produtos para a venda em feiras e na própria loja da rede e na agroindústria da associação. A agroindústria é responsável por processar grande parte dos produtos que é entregue pelos programas institucionais PAA e PNAE, para que os produtos saiam dentro das normas sanitárias.

**Imagem 4** – Oficina de boas práticas realizada na loja Café em Rede



Fonte: Acervo da Rede Bragantina (2019).

O Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA) também tem se mostrado fundamental para ampliação de práticas agroecológicas em ambos os municípios, agregando mulheres líderes de associações e comunidades. Segundo a coordenadora do MMNEPA, as experiências do movimento estão diretamente ligadas à Agroecologia e como esta possibilita o empoderamento da mulher, a visibilidade da sua produção agrícola, conservação e recuperação ambiental, saúde, renda e a valorização da mulher como pilar da família e sociedade.

Apresenta-se como ferramenta de destaque a Caderneta Agroecológica<sup>26</sup>, dando visibilidade ao trabalho e renda dos quintais produtivos gerada pelas mulheres. De acordo com a coordenação do movimento considera-se que pelo menos 50 mulheres, distribuídas em pelo menos em 12 comunidades do município de Irituia, façam parte do MMNEPA, onde estas passam a exercer papel fundamental em suas comunidades, a exemplo das atividades exercidas nas comunidades quilombolas como é o caso da comunidade São Tomé e da São José de

<sup>26</sup> Ferramenta político-pedagógica que visibiliza trabalho e renda gerado pela mulher.



Açaiteua com áreas de implantação de açaí por meio de mutirões e a estruturação de mandalas sustentáveis para produção de hortaliças.

Dona T., agricultora ligada ao MMNEPA, aponta experiências recentes que têm incentivado o trabalho das mulheres.

Com a caderneta nós podemos ver o que doou o que trocou e no final a gente viu que tem muita renda. Vende a galinha, vende o beiju, vende a farinha de tapioca, agora tem muito. R. que é da RIMERA - Rede de mulheres empreendedoras da Amazônia, aí ela trouxe a cartilha. Nós também temos uma parceria, um acompanhamento da CESI lá de Salvador que nós passamos duas semanas discutindo e trouxe as cartilhas e fomos fazer a avaliação, o diagnóstico das cartilhas e a gente viu que foi bom pra nós... Mas também é da região Norte. Tem Pará, tem Roraima, todos os estados da região Norte. E aí, depois alguém da revista VOUGUE viu lá em Manaus as nossas cartilhas agroecológicas, ficou achando tudo muito bonito e marcou uma ida lá na comunidade do Açaiteua quilombola... a gente marcou e as meninas da revista foram lá, fotografou e conversaram com a gente, fizeram entrevista, foi bacana. Então, mas na agroecologia, sabe a gente já vem trabalhando há muito tempo, agroecologia é tudo o que a gente extrai da terra, da mata, os nossos produtos agroecológicos e orgânicos, pois a gente tem pavor de trabalhar com o veneno, o nome já está dizendo tudo, mas a gente sabe que o governo brasileiro liberou aqueles agrotóxicos tudo, que a gente sabe que mata tudo e a terra também. A gente vem nesse trabalho, nessa luta e a gente sabe que é um trabalho muito pouco de início que tem que avançar muito, cada atividade que a gente participa já é uma nova esperança que nasce (Agricultora, apiculora, extrativista, idade não divulgada, 25 de outubro de 2018).

Os diferentes grupos de mulheres citados têm buscado superar diferentes problemáticas sociais, produtivas e comerciais por meio do diálogo sobre igualdade de gênero, o papel da mulher no campo, inovações sociais por meio de ferramentas como a caderneta agroecológica, organização de grupos de trabalho, aprimoramento de práticas produtivas como o caso dos sítios ou quintais produtivos, e o próprio avanço da importância da agroecológica durante os processos de consolidação das ações desenvolvidas por mulheres, e ampliação do debate nos territórios.

i) Sistemas agroalimentares e conexões

A trajetória da Agroecologia em ambos os municípios permitiu a construção de um sistema agroalimentar consolidado no que diz respeito às relações estabelecidas entre atores, instituições, meios de produção e canais de comercialização de forma justa e sustentável. A relação entre atores locais e diferentes instituições externas e internas aos seus municípios permite uma maior fluidez de informações, comunicação entre os atores permitindo uma melhor

articulação entre eles, troca de experiências, saberes e tecnologias. Assim como permite a criação e a consolidação de circuitos curtos de comercialização.

Como já citado anteriormente neste capítulo, os municípios atualmente estabelecem diferentes relações entre diversos municípios do Nordeste paraense e a própria capital Belém. O município de Irituia tem estabelecido conexão entre os municípios de Capitão Poço, Castanhal e Belém; com Capitão Poço devido à realização de feiras da agricultura familiar realizadas na Universidade Rural da Amazônia-Campus Capitão Poço e às relações estabelecidas com o corpo acadêmico e o próprio Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) situado na universidade. Castanhal, assim como em Capitão Poço, representa um papel significativo na consolidação atual do sistema agroalimentar no qual Irituia está embutido, pois o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Castanhal, frequentemente tem realizado feiras voltadas para agricultura familiar e eventos que contam com a participação de cooperados da Cooperativa D'Irituia e a presença de Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica no campus.

Belém, entre todos os municípios citados, tem estabelecido uma maior conexão com Irituia. Esta relação tem se dado devido à participação de agricultores em eventos e feiras da UFPA, como também pelas relações estabelecidas com programas de pós-graduação, exemplo o Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável (MAFDS), este tem viabilizado pesquisas realizadas no município por professores e alunos do programa, principalmente sobre sistemas agroflorestais. O papel do MAFDS também se mostra no auxílio em ações como a obtenção do Sistema Participativo de Garantia. Estas relações têm se estendido até a Embrapa Amazônia Oriental e CIRAD, contribuindo para o avanço de pesquisas.

O sistema agroalimentar formado a partir das conexões de Santa Luzia do Pará é possível devido o gerenciamento das associações, cooperativa e escola que compõem a Rede Bragantina – fato como já citado anteriormente, a rede estabelece relação com os municípios de Capitão Poço, Viseu, Bragança, Capanema, Cachoeira do Piriá, Augusto Corrêa e Belém.

A rede tem mobilizado produções de base agroecológica e comercializado em feiras e a loja Café em Rede em Belém. A relação com Belém também se apresenta como institucional, como entre a rede CEDENPA, auxiliando no desenvolvimento de atividades juntamente às associações de quilombolas. O CIRAD e o Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica NEA Puxirum na EMBRAPA tem estabelecido relação com a rede a partir da escola ECRAMA e atividades voltadas para o conhecimento agroecológico. O IFPA, Campus

Bragança, também tem se relacionado, visitando a escola ECRAMA com alunos e ações voltadas para educação.

Pode-se considerar que as relações estabelecidas pela Rede Bragantina apontam para um extenso sistema agroalimentar, onde o município de Santa Luzia do Pará centraliza todas as ações e influencia outros municípios no Nordeste paraense, que podem estar caminhando por processos de transição agroecológica, assim como processos de institucionalização da agroecologia que necessitam ser aprofundados por outras pesquisas.

Já os municípios de Irituia e Santa Luzia do Pará têm expandido seus sistemas agroalimentares não somente a partir da participação em feiras, mas também por meio da articulação de suas instituições e instituições externas. Estas relações estão sendo desenvolvidas devido a particularidades de ambos os municípios, devido a seus SAFs, no caso de Irituia, e da forma de organização de grupos, participação de mulheres e Educação alternativa desenvolvida pela Rede Bragantina em Santa Luzia do Pará.

#### j) Políticas Públicas

O cenário de políticas públicas tanto a nível nacional quanto estadual influenciam diretamente nas ações estabelecidas nos territórios locais. Diferentes entraves são evidenciados no setor da agricultura familiar, o que pode contribuir para um retrocesso ao que se refere ao apoio a políticas públicas que apoiem direta ou indiretamente a Agroecologia. Desde 2016, frente ao golpe referido a até então presidenta Dilma Rousseff, recursos destinados à agricultura familiar têm sofrido cortes. Outro exemplo de retrocesso recente é o Projeto de Lei 6299/02 de junho de 2018. A PL em questão visa atualizar a lista de agrotóxicos utilizados no país, aumentando a lista de agrotóxicos permitidos, facilitando sua compra. Esse tipo de medida implica diretamente nas ações realizadas no campo, acarretando impactos tanto ambientais quanto na saúde de agricultores familiares e de consumidores. Mais recentemente (ainda no início de 2019) é prevista redução de recursos liberados para agricultura familiar, extensão rural e desenvolvimento de assentamentos rurais, e há incerteza sobre a integridade e destino do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O cenário atual das políticas públicas tem caminhado para uma centralização de poderes, retrocessos e perda de direitos adquiridos ao longo dos anos.

#### 4.2 Discursos dos atores: Diferentes ideias/perspectivas acerca da agroecologia

Por si só os territórios carregam uma trajetória única. Contudo, verificou-se nos territórios uma dualidade, uma polissemia atrelada à Agroecologia, distintos discursos entre diferentes atores e instituições. Norder et al. (2015) afirmam que a Agroecologia caminha para a pluralidade, um novo conjunto de questões, onde há a necessidade de uma ampliação do debate interpretativo sobre os seus sentidos na contemporaneidade (2015, p. 2).

Há diferentes perspectivas acerca da Agroecologia que impedem a uniformização do debate, devido às relações que se estabelecem nos territórios, desde articulações institucionais e seus interesses, trajetórias dos atores envolvidos, seu nível de formação acadêmica, profissional e político. Nesse sentido, buscou-se identificar e agrupar por meio das entrevistas o grau de difusão do termo Agroecologia em seus territórios, como demonstram os gráficos abaixo.

Município de Santa Luzia do Pará:

**Gráfico 1** – Difusão do termo Agroecologia em Santa Luzia do Pará



Fonte: Dados da pesquisa.

Dos entrevistados, 4% destes atuantes nas secretarias locais, como a Secretaria de Agricultura, nunca ouviram o termo “Agroecologia”. Conseqüentemente não conseguem identificar existência de práticas agroecológicas no município. Já 16%, sendo estes agricultores e envolvidos com movimentos sindicais, afirmam que já ouviram falar do termo. No entanto, os entrevistados apontaram conflitos sobre o real entendimento acerca do termo e o real papel

da Agroecologia, apontando a mesma como ecologia ou produção orgânica. Já 80% conhecem o termo e acreditam que ele tem sido apresentado à sociedade civil, mas há necessidade de superar limitações como o diálogo entre os atores de diferentes instituições.

No decorrer da trajetória da Agroecologia, os sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais foram fundamentais para o avanço de melhorias no campo, e um dos primeiros grupos organizados a incorporar a agroecologia a partir de sua organização social e incentivo às práticas sustentáveis. Porém, hoje os atores apontam que o termo ainda se apresenta como um termo a ser apropriado com mais segurança, um projeto/ideia de desenvolvimento a ser melhor definido, como é retratado pela presidente do STTR de Santa Luzia do Pará, a mesma tem buscado se inserir nas atividades promovidas pela Rede Bragantina, assim como se tornado cooperada da COOMAR.

Dona S ao ser questionada sobre a agroecologia aponta que “se tu planta um pé de árvore, tu tá ajudando a construir um projeto da agroecologia... ouviu agroecologia na palestra, na em uma reunião da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG. A diversidade de espécies plantadas tem contribui, não tem que destruir tem que plantar pra evoluir (sindicalista e agricultora, Santa Luzia do Pará, 25 de março de 2018).

Além de incorporar os princípios referentes às práticas em sua fala, à semelhança de outros atores, a agricultora e sindicalista aponta insegurança ao uso do termo, percebendo que ainda há distorções acerca do termo e seu real sentido, como a própria demonstra:

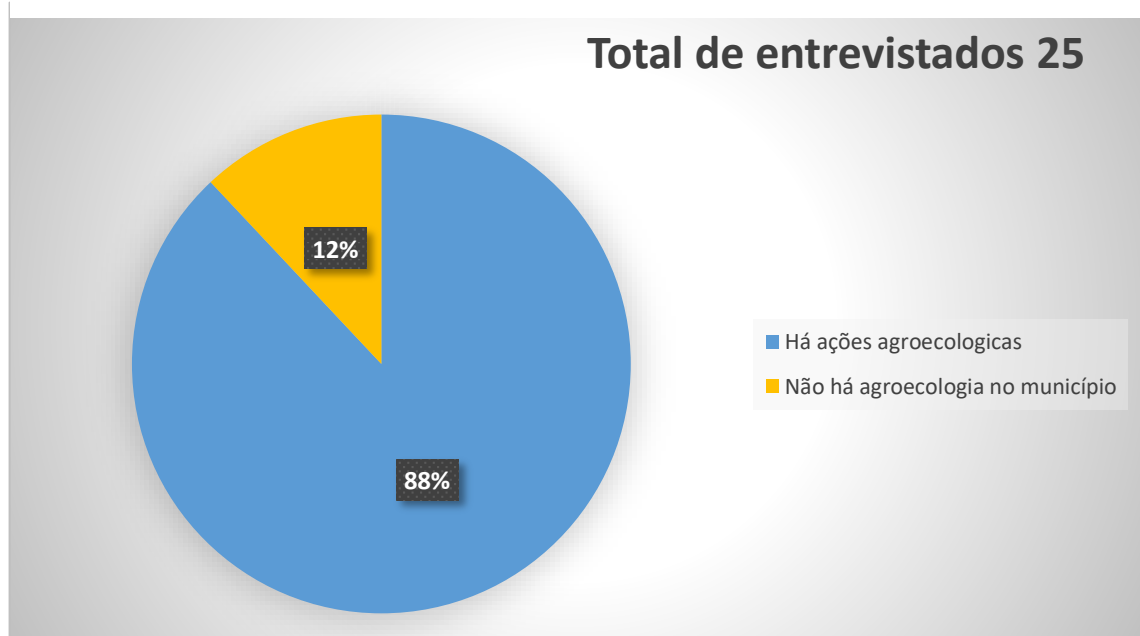
Agroecologia é o mesmo que tu falar de globalização, o pessoal falava tanto em globalização, pra gente era uma palavra bonita. E o que é mesmo globalização? hoje todo mundo sente na pele o que é globalização, uns com mais... não acha um pé de árvore pra se esconder de baixo, no igapó, já tem um de olho pra derrubar... Por que a globalização é ruim pra gente pois é um conjunto de maldades que veio pro nosso meio pra destruir... depois começamos a ver o que é essa a globalização que a gente queria? Hoje a agroecologia mais um nome bonito, como a globalização mas que a gente não sabe bem as consequências. Mas pra mim é a gente refazer e começar a plantar uma coisa que eu vou precisar futuramente. Tudo o que tu preserva e não destrói, o meio ambiente faz parte. Se planta pra evoluir, refazer o que foi destruído. Plantar porque vou precisar futuramente madeira pra manutenção e construção de casas, frutas de qualidades e outras necessidades (Agricultora, sindicalista, 54 anos, 25 de abril de 2018).

O discurso da presidenta do sindicato demonstra o quanto já se tem pensado e feito acerca da conservação e recuperação do meio ambiente localmente, pensado sobretudo na produção e reprodução da família e como suas experiências partem de princípios

agroecológicos. No entanto, o uso do termo é recente, aos poucos vem sendo esclarecido por diferentes atores em assembleias dos movimentos sociais, oficinas e outros.

Buscou-se identificar se os atores locais consideram que há agroecologia desenvolvida no território ou não. Automaticamente os atores que dizem nunca ter ouvido falar de agroecologia indicam que ela não está consolidada no município e que suas instituições não têm contribuído para tal.

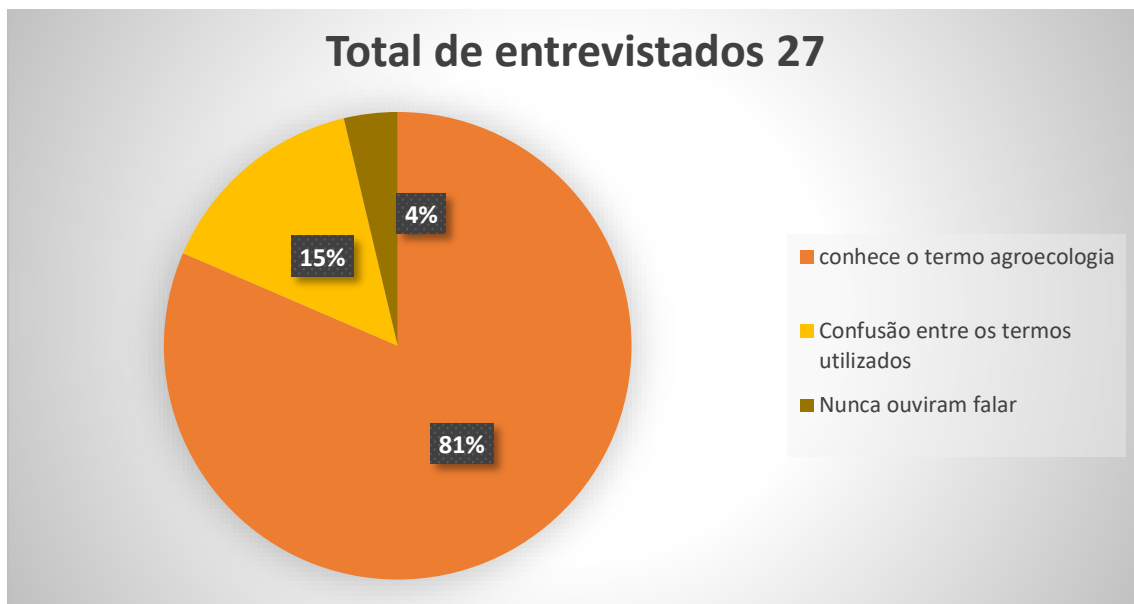
**Gráfico 2** – Percepções acerca das ações agroecológicas em Santa Luzia do Pará



Fonte: Elaborado pela autora.

Dos entrevistados, 12% consideram que não há Agroecologia sendo realizada no município e tão pouco ações que contribuam para o fortalecimento da mesma. Já 88% – sendo estes assessores da Rede Bragantina, representantes da secretaria municipal do meio ambiente, participantes de movimentos sociais, como o Movimento Camponês Popular (MCP), MNEPA, agricultores, ex-alunos da ECRAMA – consideram que estão sendo realizadas ações que contribuem para o fortalecimento da Agroecologia no município devido a esforços de diversas Organizações Não Governamentais (ONGs), parcerias, instituições locais e principalmente pelos esforços dos agricultores familiares.

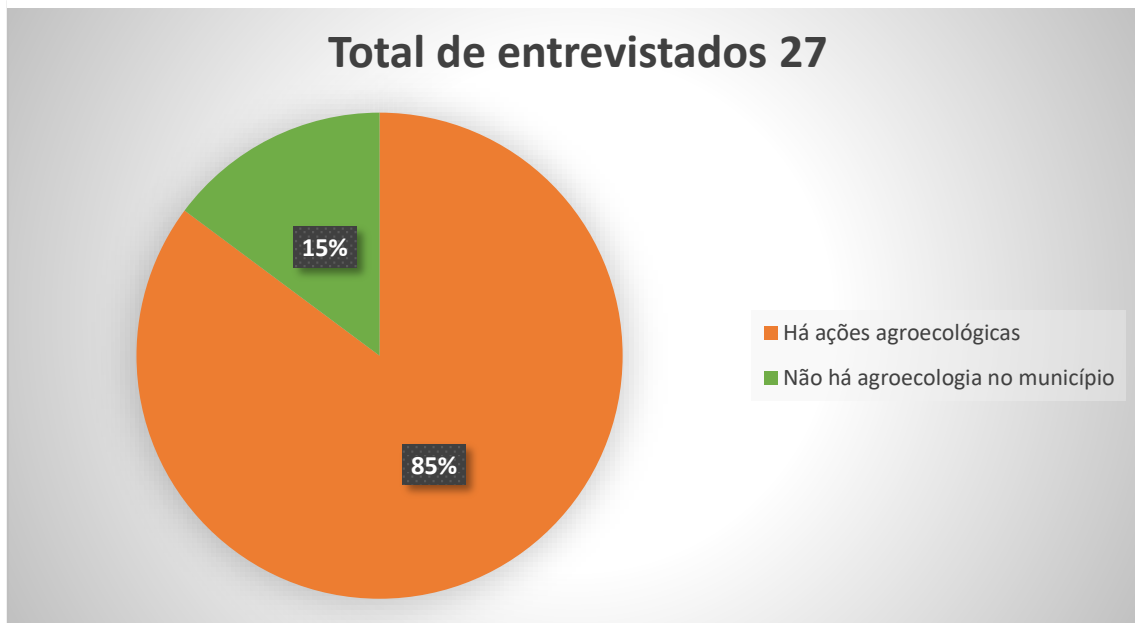
O município de Irituia apresenta uma diversidade de atores envolvidos em atividades com base em princípios agroecológicos, no entanto percebe-se que a total compreensão do conceito e do real papel da Agroecologia ainda parece conflituoso como demonstra o Gráfico 3.

**Gráfico 3 – Difusão do termo Agroecologia em Irituia**

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Dos entrevistados, 15% – sendo estes todos agricultores – têm associado Agroecologia à agricultura orgânica e à Ecologia, sugerindo dificuldades em empregar e diferenciar o uso dos termos, além de dificuldades em identificar as ações voltadas para a agroecologia realizadas em seus territórios. Agricultores e representantes de instituições que atuam no município, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), somando 4%, apontam nunca terem ouvido falar de Agroecologia. Somando 81% – sendo estes em sua maioria agricultores, agricultores professores, secretários, técnicos de ATER, técnicos da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ), atores pertencentes a movimentos sociais como MMNEPA, e sindicais – consideram que compreendem o uso do termo e que o mesmo tem sido difundido localmente, no entanto nem sempre suas respectivas instituições têm contribuído para tal.

Os atores apresentam percepções diferenciadas sobre a Agroecologia, ocasionando percepções diferentes também sobre o grau de institucionalização diferenciado nas realidades e instituições que as compõem. No entanto, percebe-se que a Agroecologia está institucionalizada devido a esforços de atores específicos, em sua maioria de agricultores familiares ligados a cooperativas, movimentos sociais e à própria gestão local, por meio das Secretarias de Meio Ambiente e de Agricultura que apoiam experiências que contribuem para o fortalecimento da agroecologia como mostra o gráfico seguinte.

**Gráfico 4** – Percepções acerca das ações agroecológicas em Irituia

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Dos entrevistados, 85% – sendo estes representantes de secretarias locais e agricultores – consideram que há ações agroecológicas que têm contribuído para o fortalecimento da Agroecologia e que suas respectivas instituições têm contribuído para tal. A sua consolidação está ocorrendo através de ações de conscientização para diversificação da produção, diminuição de insumos externos, além da realização de práticas realizadas coletivamente, mutirões e intercâmbios, apontando que não se faz Agroecologia de forma isolada e a partir de um único fator. Já 15% – sendo estes técnicos de ATER e representantes das secretarias locais – consideram que não há Agroecologia e ações que contribuam para tal e que suas respectivas instituições não conseguem contribuir para tal.

Em ambas as realidades, o afastamento e incompreensão por parte da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) local, em relação às necessidades dos agricultores e apoio às suas práticas de experimentação de agroecologia, tem sido apontado como um dos grandes entraves para o fortalecimento da Agroecologia no município, além de considerar que ainda hoje a EMATER demanda recursos fora do alcance do agricultor familiar, como aponta um dos técnicos extencionistas de Irituia quando perguntado qual sua concepção de agroecologia:

É muito bom praticar agroecologia, quem tem dinheiro no bolso, aqui ainda tem muita dificuldade de incentivo governamental... já teve no tempo do Zezinho em 2009, mas ainda é pouco no geral. A queima é menos por conta da mecanização de forma individual que ainda é degradante... É muito bom



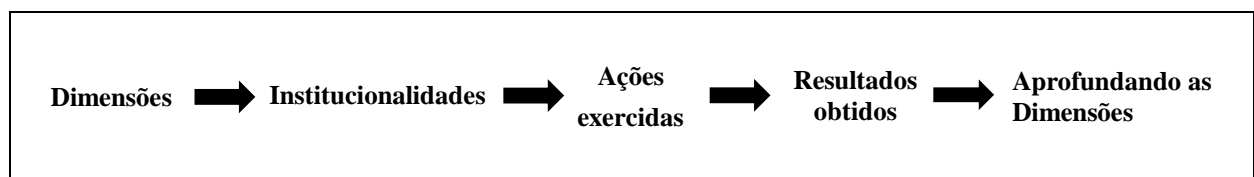
praticar quando se tem recurso, quem quer ter lucro não se pode esperar. O processo agroecológico é demorado e por muitas vezes não dá certo (Técnico EMATER, Irituia, 21 de maio de 2018).

O discurso ainda se faz muito preso à questão financeira, mas ao ser perguntado de que forma a EMATER-PA pode contribuir para agroecologia tem se apresentado o acesso ao PRONAF Floresta, mas que pouco tem-se falado município, assim como o manejo do açaí em áreas quilombolas.

Dentro do processo de institucionalização da Agroecologia, a Agência de Defesa Agropecuária do Estado Pará (ADEPARÁ) tem atuado nos territórios como órgão fiscalizador de determinadas produções como citrus, cacau (*Theobroma cacao*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), fiscalização do gado, assim como a fiscalização sanitária do local onde são preparados produtos como polpa e farinha. Tanto as casas de despolpar quanto os retiros onde estão localizados os fornos de farinha enfrentam um burocrático e custoso processo para se enquadrar nas normas exigidas, apresentando como maior queixa dos agricultores a falta de orientação para construção e a pausa na realização das atividades, o que acaba por abalar financeiramente as famílias.

### 4.3 Avaliação de institucionalização da AE

A Institucionalização da Agroecologia está intimamente relacionada às ações estabelecidas ao longo das trajetórias agroecológicas dos municípios; estas possibilitaram o alcance das dimensões da agroecologia e por conseguinte a transição agroecológica dos agroecossistemas. Desta forma a exposição da matriz de avaliação demonstra de forma ampla os elementos fundamentais para consolidação da agroecologia no município, que ainda hoje se fazem pertinentes:



**Quadro 7 – Matriz de avaliação agroecologia e sua institucionalização (continua)**

<b>Dimensões</b>	<b>Instituições responsáveis pela integração</b>	<b>Ações exercidas</b>	<b>Resultados obtidos</b>	<b>Aprofundando as Dimensões</b>
<b>Econômico</b>	Cooperativas e associações, redes locais, universidades, prefeitura, Beraca/Natura, Rede Bragantina	Feiras intermunicipais, feira/festivais (CC), feiras locais com foco na agricultura familiar e produção orgânica, mercado institucional, sementes oleaginosas	Valorização dos produtos, qualificação/especialização dos produtos, confiabilidade entre agricultor e consumidores, geração de renda, construção de redes de economia solidária, novas normas, preços diferenciados	Dimensão econômica, identificando que a mesma conduz seus realizadores a uma equidade social, por meio de uma comercialização justa, produção sustentável e uso consciente dos elementos naturais como água e solo, não visando apenas o lucro, mas sim a economia e utilização dos recursos a longo prazo
<b>Ambiental</b>	SEMA, SEMAGRI, Ministério do Meio Ambiente, IDEFLOR-BIO, redes Bragantina	Fomento à educação ambiental, PROAMBIENTE, Tijolo verde	Abastecimento de água, controle de queimadas no verão, redução do corte e queima, mudas de espécies nativas, reflorestamento da mata ciliar, novas regras de apropriação e uso de energia e matéria, conservação e restauração da biodiversidade	Dimensão ambiental/ecológica está diretamente relacionada aos processos produtivos, assim como a forma de utilização dos recursos endógenos e exógenos da propriedade, que meios são utilizados para a conservação e recuperação destes, assim como relação econômica e social estabelecida
<b>Produtivo</b>	EMATER, SEMAGRI, IDEFLOR, D'Irituia, associações, Rede Bragantina, prefeitura Irituia	ATER, realização de projetos para acesso a crédito, oficinas, cursos e intercâmbios	Construção de projetos para o acesso ao Pronaf, cursos e oficinas, articulação de mutirão, assistência técnica, emissão de DAP e CAR, experimentação e compartilhamento de novas técnicas produtivas, turismo ecológico (dia de campo), redução de insumos, banco de sementes, redução do corte e queima, uso consciente de matéria e energia	Dimensão técnico produtiva avança para o resgate de técnicas sustentáveis, a partir do uso de energia e matéria dos agroecossistemas, a partir da gestão planejada e inovações que partem dos próprios atores locais

<b>Política</b>	Movimentos sociais, STTRS, grupo de mulheres, Rede Bragantina, ECRAMA, Conselho Municipal, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), IDEFLOR-BIO, prefeitura local	Assembleias, reivindicação de direitos, troca de informações, busca por benefícios coletivos e individuais por meio de políticas públicas Ações da prefeitura, políticas públicas, PROAMBIENTE, Tijolo verde, PAA, PNAE comércio institucional	Articulação coletiva, conscientização política, legitimidade política autonomia na tomada de decisão. Valorização e expansão dos sítios, implantação de SAFs, acordos entre gestão local e agricultores, qualificação da produção, incentivo a boas práticas, melhoramento no processamento da produção	Dimensão Política principalmente como ferramenta, organização social, auto representação nos territórios, na busca por melhorias social. Assim como o acesso a políticas públicas sobretudo originadas a partir de demandas locais, havendo um fluxo contínuo entre a escala macro e o realizado localmente
<b>Social</b>	Igreja católica, ONGs, associações, cooperativas, sindicatos, redes, Ministério do Meio Ambiente	Reuniões, mutirões, intercâmbios, troca de mudas e sementes, expansão das áreas de SAFs, contribuição para recuperação de áreas, conservação de áreas coletivas, políticas públicas	Organização social, mutirões, intercâmbios, motivação dos atores, segurança alimentar e nutricional das famílias envolvidas, troca de conhecimentos, bem-estar coletivo	Dimensão social tem se baseado nas estratégias usadas pelos atores, com a finalidade de gerar melhor qualidade de vida no campo, inclusão de diferentes atores pela luta de classe, organização política, busca por produção e comercialização de alimento de forma segura e justa. A complexidade da dimensão social só é atingida após ultrapassar diferentes escalas de todas a outras dimensões

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A construção da matriz possibilitou visualizar de forma ampla os aspectos comuns, as realidades, ações realizadas por diferentes atores da sociedade civil e por instituições públicas que acabaram por influenciar de forma direta e indireta nos processos de consolidação da Agroecologia e da transição agroecológica. Mesmo instituições que apontam não atuar com princípios agroecológicos influenciaram nos resultados obtidos e foram fundamentais para alcançar as dimensões apresentadas na matriz acima.

A transição para a agroecologia é um processo essencialmente mental dos atores envolvidos, que implica em mudanças de paradigmas que envolvem todas as dimensões da agroecologia (ambiental, energética, econômica, social, política, técnica, administrativa, cultural e ética). Sem convicção, advinda do conhecimento teórico-científico e fortalecida pela prática, não é possível qualquer mudança duradoura e bem-sucedida (MACHADO FILHO et al., p.1, 2010).

Ações desenvolvidas atualmente e a própria percepção dos atores determinam o estado atual da institucionalização da Agroecologia. Compreendendo que ações como SAFs, feiras, número de agricultores que acessam programas como PAA e PNAE, organização em rede de associações e cooperativas, criação de cursos específicos como o Agroecologia e Cidadania na escola ECRAMA, participação de mulheres na agroecologia, têm sido fundamental para a difusão do termo Agroecologia – e mais que isso, o entendimento da importância da agroecologia enquanto fator de mudança. Atuação das mulheres dentro das diferentes organizações sociais e em Santa Luzia do Pará tem se mostrado fundamental para o estado atual da agroecologia. Agricultoras e artesãs têm cada vez mais tomado a frente das atividades exercidas e buscado parcerias entre redes de economia solidária e de mulheres. E em Irituia o nível atual de consolidação e valorização tem se dado devido à visibilidade dos SAFs.

## **5 CAPÍTULO II – TRAJETÓRIA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA**

Este capítulo tem como objetivo ilustrar as trajetórias de institucionalização da agroecologia dos municípios de Irituia e Santa Luzia do Pará e como elas possibilitaram a consolidação da Agroecologia e sua institucionalização. As experiências a serem descritas estão inteiramente relacionadas às práticas agrícolas, sociais, institucionais e políticas públicas que possibilitaram o atual estado da Agroecologia nos municípios, assim como a trajetória de formação dos territórios estudados.

As trajetórias demonstram o caminho tomado até o atual estado da Agroecologia, as continuidades e as narrativas dos atores que foram envolvidos pela dinâmica de institucionalização, visto que as experiências nasceram de atores que não representam agricultores familiares, como é caso da Igreja Católica, atores ligados a organizações internacionais e pesquisadores. Dessa maneira, as trajetórias conduzem a levantar determinadas reflexões e conclusões a partir da apresentação da linha do tempo (Quadro 08).

Dessa forma, as trajetórias são representadas por ciclos não lineares e que se sobrepõem, um sobre os outros, demonstrando as principais experiências ocorridas em cada um dos seguintes ciclos:

**Quadro 8** – Representação das trajetórias de institucionalização da agroecologia em ambos os municípios

 <b>TRAJETÓRIA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO</b>						
<b>Ciclo</b>	<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>	<b>IV</b>	<b>V</b>	<b>IV</b>
<b>Irituia</b>	<b>Abertura de Estradas</b> BR-316 BR-310 Impacto no processo de ocupação	CEBs Comunidades católicas Processos organizativos Trabalho coletivo Formação de lideranças Agricultores no Movimento sindical	Cooperação internacional Cooperativismo Alternativo Grito do Campo e Amazônia (1991) COAPEMI (1993) PRORENDA (1995) Abertura de ramais (1994)	PROAMBIENTE-SAFs (2004-2007) Parcerias (2006) Intercâmbio (2006) TIPITAMPA (2007-2010) Gestão local (2009-2012) Fest Feira (2008) Ampliação da rede elétrica (2007-2010) Feiras intermunicipais PAA (2009) Natura, Beraca (2009)	Cooperativa D'Irituia (2011) Comércio interestadual (2015) Intercâmbios PNAE (2012) TIJOLO VERDE (2012) Participação de Eventos COAPEM	Eventos; Paralisação do PAA Corte de verba PNAE Certificação em curso REFLORAMAZ/ CIRAD/INEAF (2018)
<b>Período</b>	<b>1970</b>	<b>1970-1985</b>	<b>1991-2000</b>	<b>2001-2009</b>	<b>2010-2016</b>	<b>2017-2018</b>
<b>Santa Luzia do Pará</b>	<b>Abertura de Estradas</b> BR-316 BR-310 Paralisação da EFB Impacto no processo de ocupação Realocação de comunidades tradicionais	CEBs Processos organizativos Comunidades católicas Trabalho Coletivo Associações Pastorais Diocese de Bragança	Cooperação Internacional Cooperativismo Alternativo Fundação COOMAR (1996) ECRAMA (2001) Abertura de ramais (1994)	Parcerias (2006) Feira de produtos orgânicos em Belém (2006) Parcerias (2006) Ampliação da rede elétrica (2007-2010)	Decaimento da COOMAR (2010) PAA e PNAE (2013) Loja em Belém (2013) Intercâmbio entre grupos de comercialização solidária Eventos Curso Agroecologia & Cidadania	Eventos Paralisação do PAA Cortes de Verba PNAE

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O Ciclo I representa o processo de ocupação do Nordeste paraense, assim como a abertura de estradas e ramais até as décadas de 1960 e 1970. O Ciclo II refere-se às CEBs que representam o primeiro passo para a organização social dos atores locais, estando entre as décadas de 1970 e 1985. O Ciclo III entre 1991 e 2000 representa o avanço das mudanças voltadas para a comercialização de produtos da agricultura familiar, por meio do cooperativismo alternativo apoiado em uma economia solidária, promovendo diferentes formas de organização e apoio de ONGs internacionais, bem como o envolvimento dos atores locais em movimentos sociais e sindicais e acesso a políticas públicas. O Ciclo IV é onde as trajetórias passam a se diferenciar devido à gestão local em Irituia, programas de incentivo à agricultura e fortalecimento de parcerias, sobretudo entre os anos de 2003 a 2009, já em Santa Luzia do Pará a autonomia dos atores para a criação da rede. O Ciclo V, 2010 a 2016 é marcado pelas cooperativas e acesso ao mercado institucional. O Ciclo VI, de 2017-2018, mais recente e ligado a parcerias, eventos ganhos e perdas em diferentes setores ao longo da trajetória da Agroecologia nos municípios.

Como forma de explicitar as trajetórias agroecológicas dos municípios, serão apresentadas trajetórias individuais do agricultor A e agricultora B que vivenciaram ciclos fundamentais para o atual estado da Agroecologia.

a) Ciclo I: processo de ocupação do Nordeste paraense até 1970

A colonização do Nordeste paraense se deu no fim do século XVIII, sendo subdividida em três zonas: Guajarina, Salgado e Bragantina. Deste modo, destaco o contexto da mesorregião do Nordeste do estado, que envolve eventos essenciais à região como um todo, mas também as especificidades presentes em duas Zonas: a Guajarina onde se localiza o município de Irituia e a Bragantina com Santa Luzia do Pará, sendo o segundo lócus da pesquisa.

O surgimento de núcleos populacionais ao longo das margens dos rios no Nordeste paraense, sobretudo na região Guajarina, acaba por intensificar a exploração e a perda de diversidade florística, mas de forma contraditória possibilitaram a formação de uma “agricultura camponesa diversa” (SOUSA e MACEDO, 2011), das roças e a formação dos quintais produtivos como foi o caso do município de Irituia<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> Tradicionalmente as roças contidas no Nordeste paraense não se apresentavam apenas como monocultivo de mandioca para a farinha, mas sim como roçados diversificados onde eram incluídos elementos hoje empregados na horta como o jerimum, quiabo, maxixe e outros cultivos. Assim como a presença dos sítios ou quintais produtivos apresentados por Miranda: “As famílias trabalham além da cultura da mandioca, outros sistemas mais

O processo de ocupação da região acompanhou as mudanças de paisagem e consequentemente mudanças produtivas, passando a explorar de forma intensiva os recursos da floresta, sobretudo as chamadas especiarias/drogas do sertão, do mesmo modo que a madeira nobre da região. Outra justificativa para o avanço dessas áreas de colonização se deu devido à necessidade de assegurar que as terras não fossem ocupadas por colônias não portuguesas. Consequentemente as ações de colonização resultaram no surgimento de pequenas vilas às margens dos rios que viriam a se tornar municípios, entre eles os objetos de estudo, Irituia e Santa Luzia do Pará (CASTRO, 2003; REBELLO e HOMA, 2017).

No século XIX a cidade de Belém já se configurava como capital e demandava por um elevado abastecimento de alimentos, sendo necessário discutir um plano de colonização para atrair mão de obra estrangeira e posteriormente nordestina, e assim ocupando a região do Nordeste paraense, principalmente após início das obras da Estrada de Ferro de Bragança (REBELLO e HOMA, 2017).

A expansão da fronteira agrícola no Nordeste do Pará, tal qual em boa parte da Amazônia, passou a se intensificar a partir da década de 1960, implementando novos ciclos agrícolas baseados em monocultivos de borracha (*Ficus elástica*), cacau (*Theobroma cacao*), tabaco (*Nicotiana tabacum*), malva (*Malva sylvestris*) além da criação de gado (PARÁ, 1927; REBELLO e HOMMA, 2017).

De forma estratégica para atender uma lógica de mercado internacional, grandes projetos foram instalados na região, como a expansão da malha ferroviária, em especial na região Bragantina. Apesar de todos os investimentos para o redesenho da região, não se pensou no real papel da agricultura familiar na região.

A construção da linha férrea de Bragança foi um marco na ocupação do território, tornando-se uma estratégia para além do abastecimento de alimentos da capital, que era feito exclusivamente através da navegação dos rios, se contrapondo à ideia de uma agricultura somente de subsistência. Esse processo passou a refletir nas práticas agrícolas realizadas na região, como foi o caso de Santa Luzia do Pará, havendo uma intensificação do uso do corte e queima e abertura de novas áreas para implantação do roçado e em seguida implantação de gado.

Autores com Rebello e Homma (2017) apontam que após o fechamento da EFB em 1965, atividades agrícolas que movimentavam a economia local passaram a ser reduzidas, tanto pela falta de circulação de pessoas e serviços, quanto pela baixa de políticas públicas

---

diversificados, como os quintais agroflorestais. Neste caso, os quintais agroflorestais estão sendo utilizados como uma alternativa para contribuir com uma alimentação saudável (MIRANDA et al., 2013).



direcionadas à localidade. Mas essa redução de cultivos também está atrelada à falta de terras agricultáveis e devido à inexistência de técnicas adequadas para trabalhar o solo empobrecido da região.

Agricultores mais antigos da região destacam o surgimento do povoado KM47 entre as décadas de 1960 e 1970, mesmo período em que se iniciava a abertura de estradas que cortam o Nordeste paraense, sobretudo a BR-316 e a BR-010. As novas vias de acesso consistiam em integrar a região Amazônica ao restante do país e redistribuir o contingente e que daria origem ao município de Santa Luzia do Pará, somente em 1991, atraindo população do Maranhão, Bragança, Ourém e Viseu.

A configuração espacial ocorrida na região resultou no deslocamento de comunidades, que antes se posicionavam às margens dos rios e passaram a se situar às margens das estradas, formando pequenos conglomerados urbanos, contribuindo para o desmatamento indiscriminado na região, seja pelos novos atores que passaram a ocupar a terra para implantação das roças, como para atender à demanda das olarias situadas na BR-010 criando grandes áreas de degradação ao que se refere a Irituia.

#### b) Ciclo II: Novas formas de organização social: introdução à agroecologia 1970-1985

Na década de 1960 as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) começaram a se estabelecer no Brasil e em toda América Latina e Caribe. O movimento da Igreja partiu da Teologia da Libertação (BOFF, 1995). Mais do que atrair fiéis na zona urbana e rural, catequisando e oficializando a formação de comunidades católicas, as CEBs impulsionaram movimentos sociais, ações sindicais, consciência política e ecológica, sobretudo no meio rural.

A partir das décadas seguintes a Igreja Católica influenciou a movimentação de agricultores familiares para a reivindicação de direitos no campo, percebendo que importantes conquistas vieram deste período como melhorias referentes à infraestrutura, lutas por equidade de gênero, sindicalização das mulheres, acesso a crédito no meio rural, possibilidades de comercialização e aposentadoria.

No Nordeste paraense, entre as décadas de 1970-1985, é datada a oficialização de centenas de comunidades católicas através das CEBs. O mesmo período foi de grande importância para as populações rurais, pois possibilitou formação de lideranças locais por incentivo da Igreja, sobretudo, a Diocese de Bragança do Pará.

Dentro do contexto das CEBs, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e articulação dos movimentos, estima-se que a conceituação de Agroecologia na região tenha sido realizada a partir da década de 1970 por meio da "Companhia da Fraternidade". Com o

intuito de tornar os atores locais espiritualmente e politicamente conscientes, daí a necessidade de organização coletiva, uma parte intrínseca da Agroecologia.

### Irituia

As CEBs em Irituia tiveram um papel de destaque na trajetória dos municípios, mas em especial na organização social dos atores. A forte presença da Igreja Católica impulsionou as populações a assumirem o importante papel de liderança do campo, passando a integrar pastorais, adentrar o sindicato dos trabalhadores rurais local entre outras ações.

Neste momento, a ausência de melhorias no campo e a falta de apoio governamental impulsionou as articulações estabelecidas através das CEBs e sindicatos, que antes eram dirigidos por comerciantes, grandes pecuaristas e governantes locais<sup>28</sup>. É neste momento que as ações locais passam a se alinhar com os acontecimentos nacionais, onde a Igreja passa a exercer não só um papel religioso mas também político.

Em 1989, em Irituia, as comunidades juntamente ao sindicato passaram a se mobilizar, sobretudo, para abertura de estradas, tendo em vista a necessidade de acessar melhorias como a escola, postos de saúde e novos meios de comercialização, pois era forte a figura do atravessador nessa região, além da prática do escambo<sup>29</sup> devido à grande dificuldade no deslocamento de recursos, antes possibilitada somente pelo rio.

O papel das CEBs foi fundamental para se iniciar o processo organizativo dos atores locais, onde os agricultores rurais passaram a integrar os movimentos sindicais<sup>30</sup> e efetuar ações coletivas por meio de mutirões, debates e outras atividades que impulsionaram as ações organizadas na região. Além da reivindicação por direitos, todo o processo de luta fortaleceu as ações organizativas das comunidades rurais que já vinham sendo incentivadas pelas CEBs e ONGs.

### Santa Luzia do Pará

---

<sup>28</sup> Informação coletada em campo, durante a realização de entrevistas não estruturadas. Os atores destacaram a importância do período de consolidação das comunidades católicas tanto em Irituia quanto em Santa Luzia do Pará, sendo este período fundamental para compreender novas formas organizativas, como também a conquista dos espaços de representatividade para os agricultores.

<sup>29</sup> Ainda hoje as práticas de escambo parecem presentes na vida dos agricultores, estes têm fortalecido cada vez mais a prática, mas não ao que se refere a gêneros alimentícios, mas sim a troca de sementes entre si.

<sup>30</sup> A partir da análise do material coletado em campo e a própria vivência com os atores envolvidos nos processos de institucionalização, nos dois municípios do Nordeste paraense, se percebe que os que mais incorporaram princípios agroecológicos não só o discurso, mas como um modo de vida, foram sobretudo agricultores mais antigos, que passaram por diferentes processos de formação e militância.

Assim como em toda região Bragantina, estima-se que as CEBS neste período tenham sido fundamentais para a formação e consolidação das comunidades católicas ao longo do KM-47, em Santa Luzia do Pará. Os agricultores familiares da região passaram a se organizar com apoio de entidades religiosas da Igreja Católica integrando pastorais, STTRs e organizações não governamentais.

Esta formação religiosa persiste até os dias atuais. Identificando que as mesmas lideranças ainda se fazem presentes, não só nas comunidades católicas, mas também dentro da Rede Bragantina de Economia Solidária Artes e Sabores, representando suas respectivas associações.

### c) Ciclo III: Movimentos sociais e luta política 1991-2000

Além do envolvimento dos agricultores familiares com a Igreja Católica no período das CEBS, os agricultores passaram a se aliar ao movimento sindical local, organizações como Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado Pará (Fetagri), Movimento de Educação de Base (MEB), e Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), devido à necessidade de se mobilizar como em boa parte do Brasil. Dentre as lutas travadas no campo, em 1989, a demanda pelo acesso ao crédito se tornou uma das mais árduas e de maior visibilidade, buscando facilitar o acesso ao Fundo Constitucional do Norte (FNO), onde os pequenos agricultores não acessavam.

No início da década de 1990, as populações rurais junto aos sindicatos dos trabalhadores rurais passam a se mobilizar para a realização de diferentes manifestações. A primeira ficou conhecida como I Grito do Campo e após o II Grito do Campo, que aconteceram ambos em 1991<sup>31</sup>. Em 1992 aconteceu o III Grito do Campo que sensibilizou e contou com a presença de agricultores não somente do Pará, mas de outros estados (GRISA, 2012). A organização da população rural gerou manifestações e ocupações de locais públicos para que tivessem suas pautas ouvidas, formando uma rede de atores e instituições com os mesmos interesses, levar dignidade ao povo do campo.

Na Região Norte as ações tomaram proporções maiores, aumentando o nível de organização dos agricultores e organizações apoiadoras. Em 1993 houve a realização do Grito da Amazônia reivindicando melhorias no campo, unificando as pautas, redemocratizando os espaços de debate, demonstrando as necessidades comuns à maioria dos atores oriundos do

---

<sup>31</sup> Entende-se que é de extrema relevância apontar eventos de manifesto e reivindicação social devido à participação dos atores entrevistados, pois estes eventos possibilitaram o alcance de direitos sociais antes não alcançados como saúde, educação, previdência social e outros elementos intrínsecos à vida do campo.

campo na região Norte, sendo estes quilombolas, comunidades tradicionais, extrativistas, pescadores, coletores (GRISA, 2012).

As populações do campo fizeram desses momentos não só a oportunidade de demonstrar sua insatisfação ao acesso a melhorias nas condições de infraestrutura, mas também traçar estratégias que demonstrassem a capacidade produtiva e de recuperação ambiental e suas novas formas de organização social.

No mesmo período o país iniciou um processo de descentralização de poder, passando a integrar/hibridar as ações entre as escalas a nível nacional e local, seja através do estado ou através de ações em toda extensão nacional. No Sul do país o movimento sindical dos trabalhadores rurais ligados à CONTAG e à central única dos trabalhadores (CUT) direcionavam suas pautas para obtenção de condições de acesso ao crédito, compatíveis com o agricultor familiar, que os diferenciasse do grande produtor, luta pela terra e resgatar formas produtivas que pudessem superar a crise do final da década de 1970 e início dos anos 1980 como descrevem Picolotto e Brandenburg (2013), Aquino e Schneider (2015).

Neste cenário, as manifestações ocorridas na região proporcionaram uma maior visibilidade internacional, ganhando apoio de ONGs<sup>32</sup> que já vinham estabelecendo ferrenhas críticas ao modo de produção e modernização agrícola no Brasil desde a década de 1960 (PICOLOTTO e BRANDENBURG, 2013). Diferentes ONGs promoveram esforços para auxiliar grupos para avançar na valorização do trabalho no campo, criação e acesso a políticas públicas, e da mesma maneira criar formas de amenizar a violência no campo. Eventos como a Rio-92 igualmente possibilitaram o reconhecimento e a ampliação do debate acerca de desenvolvimento sustentável e as ações e responsabilidades a serem tomadas pelo Brasil e por outros países.

Devido à visibilidade da luta no campo, ONGs<sup>33</sup> internacionais passaram a incentivar o desenvolvimento da agricultura familiar e cooperativismo alternativo no Brasil, que possibilitaram a organização de empreendimentos na região como associações e cooperativas agrícolas. Dentro destes projetos agrícolas tem-se a percepção que mesmo não se apontando diretamente a Agroecologia como foco, ela passou a ser construída no Nordeste paraense

---

<sup>32</sup>Origens destas ONGs remontam à conjuntura política do regime militar nos anos 70. Elas sugeriram do encontro entre ativistas de esquerda e agentes religiosos que, animados pelo ideário da Teologia da Libertação, foram a campo para fortalecer as organizações populares, combater a miséria, a pobreza e o regime político autoritário que, entendiam, legitimava ambas. Deste encontro e do apoio de organizações internacionais interessadas em financiar ações que conduzissem à democratização da sociedade surgiu apoio as primeiras atividades voltadas a conservação ambiental, atividades sociais e agrícolas de interesse econômico como cooperativas voltadas a agricultura familiar (DIAS, 2004, p. 4).

<sup>33</sup> Exemplos disso foram as ONGs italianas Servizio Volontario Internazionale (SVI) e “Projeto Sviluppo-CGIL”.

contando com o incentivo de coordenadores e técnicos agrícolas cedidos pelas organizações, iniciando as primeiras experiências com o cooperativismo alternativos, sobretudo baseados na economia solidária.

### Irituia

No município de Irituia surgiu a Cooperativa Agrícola, Pecuária e Extrativista do Município de Irituia (COAPEMI), com pelo menos 60 agricultores, como um dos exemplos de cooperativismo alternativo, apoiado por organizações internacionais<sup>34</sup> e pela Igreja Católica local em 1993. Dentre as ações propostas, estavam: organização dos agricultores, realização de mutirões, construção do viveiro de mudas, coletivização de terrenos<sup>35</sup> para a realização de experimentações agrícolas, implementação de açazais, além do fornecimento de estruturas físicas como a construção do galpão para armazenar produção, escritório, caminhão, trator e outras ferramentas.

Além desta primeira experiência não ter se prolongado, comparada a outras subsidiadas por capital estrangeiro na região, como foi o caso do SVI, ela se tornou uma das primeiras experiências capaz de institucionalizar as atividades dos agricultores, impulsionar processos produtivos e incentivar a organização dos agricultores. Nesse sentido a COAPEMI foi um marco<sup>36</sup> na trajetória do município, sendo a primeira experiência dos agricultores com cooperativismo alternativo. A organização teve suas experiências paralisadas precocemente por volta de 1996, retornando anos depois como estratégia local, para adentrar o mercado institucional entre os anos de 2012-2013.

Dentro de uma lógica de interesse global, na década de 1995, a Amazônia passou a receber diferentes investimentos de projetos ambientais, como no caso do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, que buscou envolver ações do estado, ações locais e colaboração internacional como foi o caso da Agência Alemã de Cooperação GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit) (PRESSLER, 2010). A antiga GTZ<sup>37</sup>, Agência Alemã para Cooperação Técnica juntamente ao estado, as ações de cooperação internacional, incentivos à conservação e restauração ambiental, iniciaram uma sequência de experiências que

---

<sup>34</sup> Os entrevistados não recordam o nome da organização que possibilitou a criação da cooperativa, no entanto os relatos apontam grande semelhanças à atuação do SVI em Santa Luzia do Pará.

<sup>35</sup> Coletivização do terreno da cooperativa é um conceito guarda-chuva, que comporta uma série de modalidades ou experiências, tais como: momentos de sociabilidade, experiências agrícolas, intercâmbio com atores externos, roças realizadas em mutirão para atender demandas específicas do grupo.

<sup>36</sup> Apesar do considerável investimento para a estruturação da COAPEMI, a mesma paralisou suas atividades pouco tempo após a fundação, devido a problemas de gestão.

<sup>37</sup> A antiga GTZ Agência Alemã para Cooperação Técnica atualmente conhecida como GIZ.

passaram a impulsionar a expansão dos quintais produtivos – SAFs. Estes arranjos institucionais da época se apresentavam como caminhos para acordos políticos, ambientais e sobretudo comerciais internacionais, sugerindo uma agricultura para além da subsistência pensada anteriormente. As relações internacionais sobrepostas à Amazônia com projetos de recuperação florestal, combate a mudanças climáticas no final da década de 1995 e início dos anos 2000, contribuíram para outras ações a partir de arranjos institucionais que consideram as ações locais. O Programa Piloto teve ações no Nordeste paraense em municípios como São Domingos do Capim e Irituia, que recebeu diferentes projetos com o objetivo de impulsionar práticas agrícolas e desenvolvimento local sustentável, como foi o caso da GTZ através da implantação de Sistemas Agroflorestais.

Nessa convergência e divergência de interesses foi estruturado o trabalho da consultoria técnica alemã com objetivos de implementar projetos ambientais sustentáveis na Amazônia. Alguns países, por meios das suas agências bilaterais, como é o caso da Alemanha com a organização GTZ – que atuava em projetos sociais na Amazônia desde 1987 (PRORENDA<sup>38</sup> 1987-2003) vai ampliar sua atuação na Amazônia... a partir do início da implementação do PPG7 (PRESSLER, 2010, p.117).

As ações realizadas durante a implantação do Projeto de Desenvolvimento Local Sustentável - Pará (DLS-PA), do PRORENDA RURAL, PRORENDA, proporcionaram cursos<sup>39</sup> e oficinas que apresentavam inovações de base agroecológica. As ações desenvolvidas no município de Irituia apontaram premissas para a ampliação<sup>40</sup> de sistemas agroflorestais no município; as ações desenvolvidas pela agência não se faziam de forma solitária e autônoma, mas sim a partir da união de diferentes organizações governamentais, STTRs e a própria Igreja, em contato direto com as comunidades; muitos dos atores que participaram do projeto em questão foram incluídos em programas que o sucederam como o PROAMBIENTE.

Nesse contexto de diferentes arranjos institucionais, percebe-se uma transição entre os Ciclos III e IV, que apontam diferentes formas de mobilização e organização das populações do campo, implementação de diferentes programas federais e gestão participativa que, segundo

---

<sup>38</sup> O PRORENDA foi um projeto do Governo do estado do Pará, coordenado pela Secretaria de Agricultura (SAGRI) com a cooperação técnica do Governo da República Federal da Alemanha, através da GFA/GTZ, e estava vinculado ao Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (PPG7). O PRORENDA tinha por objetivo a melhoria da qualidade de vida dos agricultores do Nordeste paraense por meio da implantação de sistemas de produção sustentáveis em longo prazo (NASCIMENTO, 2009, p. 63).

<sup>39</sup> Um dos cursos realizados tinha como tema específico a implantação de agroflorestas, tendo como instrutor o pesquisador Ernst Götsch.

<sup>40</sup> Considerando que muitas famílias já tinham seus tradicionais sítios para auxiliar na alimentação.

os atores locais, se passou a falar de fato de Agroecologia, principalmente ao que se refere às práticas produtivas no município de Irituia.

Dentro deste contexto, a Conferência RIO-92 destacou-se como um evento estratégico que gerou possibilidade de institucionalizar o desenvolvimento sustentável, incluindo as preocupações recorrentes nas agendas políticas, estruturação e implantação de políticas públicas de forma participativa com a contribuição dos agricultores familiares, apontando suas reais demandas e possibilidades para o avanço do desenvolvimento local e valorização de suas atividades agrícolas.

#### Santa Luzia do Pará

Neste período, os agricultores familiares da região se organizavam com apoio de entidades religiosas da Igreja Católica representada pelas pastorais, Comissão Pastoral da Terra-CPT, STTRs, organizações não governamentais como a Federação de Órgãos Para Assistência Social e Educacional-FASE, Servizio Volontariato Internazionale (SVI), Mãos Estendidas- MANITESE, que passaram a acompanhar os atores locais por meio de projetos voltados para a economia popular e educação (REIS, 2005).

Ações desenvolvidas no campo e parcerias firmadas por diferentes movimentos sociais e ONGs, como a italiana de SVI no Nordeste paraense, possibilitaram a construção de projetos agrícolas com foco na produção, comercialização e educação no campo. Nesta conjuntura surge a cooperativa COOMAR em 1996, com 36 associados fundadores, como boa parte das cooperativas no Nordeste paraense com o intuito de diminuir a presença do atravessador (COOMAR, 2006).

A cooperativa começa a se estruturar a partir de projetos de cooperativismo alternativo, por meio de ações conjuntas, os mutirões, prática já conhecida dos agricultores nas comunidades tradicionais. Nesse sentido, mutirão foi fundamental para fundação da cooperativa, pois foi o mesmo que custeou parte dos gastos iniciais, onde o cultivo de uma roça de feijão realizado pelos sócios gerou capital para que os atores locais pudessem contribuir com a estruturação da cooperativa, não dependendo apenas do recurso cedido pela SVI.

O projeto da cooperativa apresentava uma cantina popular nomeada pelos agricultores de cantina “Solidariedade pela vida”, que durante sua consolidação serviu como estabilizador do mercado local, que passava por uma intensa variação de preço, devido à elevada inflação na década de 1990. Dessa forma, a cantina solidária que dava a possibilidade do agricultor familiar ter acesso a produtos de necessidade básica, os quais não conseguia produzir em sua propriedade e nem adquirir no mercado convencional da região.

Dessa forma, a cooperativa passou a agrupar agricultores não só do município de Santa Luzia do Pará, como outros próximos geograficamente. De acordo com Reis (2005), os agricultores passaram a ingressar na cooperativa como uma das poucas possibilidades de acesso à assistência técnica realizada por colaboradores do SVI, crédito devido ao fundo pertencente a cooperativa e a venda de produto.

A cooperativa em questão surge com o papel de incentivo à agricultura familiar, articulando os agricultores locais, incentivando o uso de práticas agrícolas alternativas com relação ao convencional, na época visto a dificuldade de pequenos agricultores acessarem a insumos industrializados e alta tecnologia, criando possibilidades dos agricultores se reinventarem através de práticas capazes de gerar desenvolvimento sustentável. Destaque também para atividades participativas por meio da união dos indivíduos, apoiando-se em técnicas de animação “mística” religiosa com o apoio na Igreja por meio da Diocese de Bragança, dentro das diversificadas ações buscando ser socialmente justas e geradoras de renda. Mais do que mudanças técnico-produtivas, novas formas organizativas e novos canais de comercialização, o agricultor ainda tinha e continua apresentando um grande impasse, o êxodo rural de jovens, deixando a unidade familiar.

Tendo em vista a problemática do êxodo rural dos jovens em 2001, surgiu a Escola de Formação para Jovens Agricultores de Comunidades Rurais Amazônicas (ECRAMA). O primeiro passo para a construção da escola se deu por meio de cursos e oficinas ofertados pela Universidade Federal do Pará entre 2000 e 2001, onde buscou-se atender filhos de cooperados. O curso teve duração de três meses, tendo como proposta a escola de alternância, 15 dias na escola e 15 dias na comunidade. No mesmo período a escola apoiada pela Cáritas proporciona uma das primeiras experiências de intercâmbio, enviando alunos para vivências em uma Casa Familiar Rural no Rio Grande do Sul, que buscava dar aulas de forma integrada a jovens do campo.

A construção dessas experiências foram delineando a formalização da escola ECRAMA, que se deu a partir da cooperação de diferentes instituições preocupadas em manter a mão de obra no campo, mas também priorizar melhores condições de aprendizado e desenvolvimento destes jovens. Em um primeiro momento a escola funcionou como escola de ensino fundamental, aliando conhecimentos da educação básica e conhecimentos voltados para agricultura familiar. Neste período, além de contar com colaboradores e agricultores familiares, a escola tinha como base orçamentária e indicação de professores por meio da contribuição da Secretaria de Educação do Estado do Pará, além da transmissão das aulas pelo sistema radiofônico de Bragança.



Tempos depois a escola deixou de ofertar ensino básico, fato ocorrido pela diminuição de recursos e dificuldades em conciliar as atividades ofertadas a distância. A ECRAMA passou a focar sua atenção na contribuição e importância do jovem para a vida no campo, os inúmeros esforços têm se materializado através de ações executadas pelos alunos, como foi o caso da busca por consolidação da feira de agricultores familiares no município entre os anos de 2005 e 2006. Visto a problemática que os agricultores encontram até hoje, ocupar o espaço destinado à feira, pois este é ocupado na maioria das vezes por agricultores de municípios vizinhos.

A escola tem contribuído de forma significativa para os processos de institucionalização da agroecologia e tem apresentado os princípios da agroecologia como forma de construção de uma agricultura sustentável e de base ecológica viável para o Nordeste paraense, assim como tem realizado a introdução dos jovens na economia solidária.

#### d) Ciclo IV: Gestão municipal, autonomia dos atores e mercado institucional 2001-2009

O ciclo IV aponta para a importância da articulação entre atores locais como agricultores e gestão local, autonomia dos atores, implementação de programas para o fortalecimento da agricultura familiar, como a abertura para novas parcerias institucionais. Este ciclo representa um impacto relevante, onde as prefeituras e a formação de redes passam a exercer sobre os municípios diferentes formas de institucionalização, por meio de diferentes ações alcançando dimensões da agroecologia.

Dessa maneira a presença de uma gestão municipal voltada para o desenvolvimento da agricultura familiar local e a articulação dos atores influenciam nas ações desenvolvidas no território, bem como sua ausência gera impacto e impulsiona atores locais como agricultores, entidades religiosas e outros a se organizarem para determinados fins, sejam políticas públicas ou processos de comercialização local.

#### Irituia

Dentro deste ciclo destacou-se a implementação de políticas públicas que impulsionaram a produção agrícola em Irituia, sobretudo o caso do Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (PROAMBIENTE<sup>41</sup>). O

---

<sup>41</sup> PROAMBIENTE foi um programa do Governo Federal executado pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com a sociedade. Ele surgiu em 2000 de uma articulação entre movimentos sociais rurais da Amazônia Legal (FETAGs, MONAPE, COIAB, CNS e GTA) e as organizações não-governamentais IPAM e FASE. Em 2004, com o Plano PluriAnual 2004/2007, tornou-se uma política pública federal. O programa é resultado de um conjunto de conhecimentos construídos no decorrer dos últimos anos, a partir da implementação de diversos projetos realizados em diferentes localidades da Amazônia, especialmente a do Projeto Reça, localizado na divisa

programa atuou no Polo Rio Capim nos municípios de Irituia, Mãe do Rio, São Domingos do Capim e Concórdia do Pará, o programa atendeu cerca de 417 famílias.

Diferente de outras localidades onde o programa foi implementado, o Polo Rio Capim possibilitou reaproveitar o conhecimento de agricultores anteriormente capacitados, por meio do DSL/PRORENDA na década de 1995, além de participação de experiências desenvolvidas pela EMBRAPA como o TIPITAMBA<sup>42</sup>, projeto focado na roça sem queima que contribuiu para implantação de sistemas agroflorestais. Agricultores e antigos agentes comunitários do programa apontam que foi a partir desse processo de transição entre os programas PRORENDA e o PROAMBIENTE que se começou a tratar as práticas produtivas, sítios e logo em seguida os SAFs como práticas agroecológicas.

No município de Irituia o programa chegou a atender as comunidades Candeuva, Araraquara, Brasileira, Menino Jesus. Cada comunidade contava com um agente local e abrangeu cerca de 104 famílias cadastradas<sup>43</sup>. Além das famílias cadastradas o programa conseguiu ter uma zona de influência considerável. Entendendo-se que por meio das atividades desenvolvidas, o programa chamava atenção de outros agricultores que buscavam participar de alguma forma e buscar informação com vizinhos.

Dentro das ações estabelecidas no programa, os agricultores e suas respectivas comunidades reagiram de formas diferenciadas, conseguindo ou não dar continuidade às atividades práticas, aplicar os conhecimentos adquiridos, ou ampliar seus sistemas e conseguir manter os mesmos. Considerando que as comunidades estavam localizadas em zonas diferentes no município, viabilizou ou dificultou a comunicação entre os demais grupos e influência das instituições locais, pois três das quatro comunidades atendidas estão localizadas mais próximas a municípios vizinhos do que a própria sede do município de Irituia.

Atualmente pouco se fala dos programas PRORENDA e PROAMBIENTE, contudo foi verificado em campo que os programas renderam resultados positivos, que refletem no estado atual de sistemas agroflorestais já estruturados. A participação dos programas também influenciou na busca pelo aperfeiçoamento dos agricultores participantes, visto o incentivo à

---

dos estados de Rondônia e Acre, Projeto da Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional/ Casa Familiar Rural – 25 de Julho (Ourém-PA) (VASCONCELOS et al., 2015, p. 2).

<sup>42</sup> O projeto inicial foi resultado de parcerias entre universidades alemãs e EMBRAPA. O projeto TIPITAMBA corresponde ao Programa Nacional de Sistemas de Produção Florestal e Agroflorestal da EMBRAPA (SAMPAIO et al., 2008).

<sup>43</sup> No município de Irituia o PROAMBIENTE acabou por agregar agricultores que haviam participado das atividades do PRORENDA, pois se entendia a necessidade de manter aqueles que haviam participado de processos formativos anteriores, assim facilitando o entrosamento e propagação de conhecimento entre os demais envolvidos. Essa e outras semelhanças metodológicas fazem com que os agricultores se confundam quando de fato iniciou o Proambiente na região.

construção do conhecimento e difusão do mesmo, sobretudo na comunidade Candeuca em Irituia. Atualmente agricultores participantes destes programas continuam contribuindo com seus serviços ambientais, além de contribuir constantemente na construção de pesquisas voltadas para agricultura familiar no município, como é o caso de um dos entrevistados, o agricultor João Moura.

Os processos de ampliação de produção, diversificação e especialização de culturas possibilitou aos agricultores a chance de buscar novas formas de comercialização e de dar visibilidade para o que vinha se desenvolvendo nos agroecossistemas locais. Uma das formas de dar visibilidade foram as primeiras feiras intituladas “Feste Feira” entre os anos de 2007 e 2008, bem como o fortalecimento de parcerias institucionais voltadas para pesquisa como EMBRAPA e o MAFDS, por intermédio de pesquisadores e alunos de pós-graduação.

Estima-se que até anos de 2006-2007 o projeto TIPITAMBA, focado na roça sem queima, a partir da trituração da capoeira, tenha contribuído para a diminuição de corte e queima, abertura de novas áreas, fogo acidental, como também a diminuição de insumos externos. O projeto em questão foi possibilitado pela EMBRAPA – implementando áreas demonstrativas em propriedades de agricultores familiares, estas experiências desenvolvidas serviram de modelos adaptáveis entre os agricultores em Irituia.

A implementação e avanço de diferentes projetos e aumento de parcerias institucionais se intensificaram a partir de 2006, como resultado de pesquisa mestrado<sup>44</sup> de um ator local e o seu orientador, que esteve anteriormente ligado ao projeto TIPITAMBA. Ele é conhecido como Zezinho e foi responsável por aproximar a universidade dos agricultores familiares locais. Focado na ampliação dos SAFs, devido aos programas citados anteriormente e nos tradicionais quintais florestais/sítios, a influência do ator local citado desencadeou um período de maior posicionamento e articulação. O período correspondeu a um ciclo de forte impacto da gestão local, pois, três anos depois, ele se tornou secretário de agricultura do município.

Entre os anos de 2009 e 2012 através da SEMAGRI, o secretário assumiu o papel de mediador entre as ações desenvolvidas e a comunidade local, mas também foi capaz de mobilizar outros atores para sua participação. Exemplo de destaque foi o acesso ao mercado institucional. O município obteve acesso ao PNAE logo em 2009, diferente de outras localidades do Nordeste paraense que só acessaram a partir de 2012. Apesar de ser um recurso

---

<sup>44</sup> OLIVEIRA, de J.S.R. **Uso do Território, Experiências Inovadoras e Sustentabilidade:** um estudo em Unidades de Produção Familiares de agricultores na área de abrangência do Programa PROAMBIENTE, Nordeste Paraense. 2006. 110 p. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) - Universidade Federal do Pará, 2006.

federal, esse acesso foi viabilizado devido a condições condicionadas pela gestão local, proporcionando informação e orientação para o acesso.

A relação comercial estabelecida entre agricultores-extrativistas e empresas cosméticas, como empresa Natura e Beraca, ainda se apresenta como distorcida e pouco justa, ao refletir sobre os baixos valores oferecidos por oleaginosas como pataua (*Oenocarpus bataua*) e murumuru (*Astrocaryum murumuru*). Contudo, mercados como estes não eram acessados, tão pouco se tinha valor econômico agregado a espécies nativas pouco exploradas, que em muitos casos eram retiradas para dar lugar a outros tipos de cultivo.

Outro elemento fundamental para o fortalecimento das práticas agroecológicas no município de Irituia foi, no mesmo período de gestão local, o incentivo aos intercâmbios intermunicipais, que foram movimentos organizados através da prefeitura por meio da Secretaria de Agricultura, para visitas aos sistemas agroflorestais no município de Tome-Açu<sup>45</sup>, também localizado no Nordeste paraense, com a finalidade de conhecer novas formas de manejar seus agroecossistemas.

Assim como os intercâmbios fora do município, para conhecer e fortalecer a ideia dos sistemas agroflorestais durante o ciclo em questão, se fortaleceu a importância dos intercâmbios ou dias de campo organizados entre os agricultores de uma mesma organização, gerando um efeito dominó, onde agricultores passaram a visualizar suas ações como práticas positivas e viáveis economicamente.

Pode-se afirmar que este ciclo foi o que mais impulsionou o avanço da Agroecologia no município, ao fortalecer práticas produtivas, organizacionais e o próprio debate agroecológico. A sequência de experiências implementadas em Irituia durante a transição dos ciclos III, IV e início do ciclo V ocorreu devido a condições favoráveis, ligadas ao momento político pelo qual o país passava, correspondendo ao período do governo Lula entre os anos de 2003 a 2011. E também o alinhamento com o governo estadual de Ana Julia Carepa entre 2007-2011, alinhando investimentos federais destinados à agricultura familiar e melhorias de infraestrutura, por parte do governo estadual como acesso à energia e melhorias de estradas.

## Santa Luzia Pará

---

<sup>45</sup> Com investimentos para a imigração japonesa e as novas tecnologias, a região passa a se destacar na produção de pimenta do reino, sobretudo no município de Tome-Açu, na Zona Guajarina, parte da metade do século os plantios passam a apresentar fusarium nas plantações, passando a adotar modelos de sistemas agroflorestais simplificados com pouco mais de duas espécies, no entanto com valor econômico e que impedissem o alastramento da doença. Posteriormente a implantação do safs utilizados no município influenciaria toda a região.

No caso de Santa Luzia do Pará, considero que princípios agroecológicos estiveram embutidos durante a trajetória das ações desenvolvidas no território por grupos organizados e suas instituições como associações, cooperativas e a própria Igreja. Mas estima-se que apenas em 2005<sup>46</sup> o termo agroecologia foi adotado durante o processo de organização das ideias para o surgimento da Rede Bragantina de Economia Solidária Artes e Sabores em 2006.

**Imagem 5** – Logo da Rede Bragantina tendo um dos seus pilares de trabalho a Agroecologia



Fonte: Acervo digital da Rede Bragantina de Economia Solidária Artes e Sabores

A articulação da rede passou a dar visibilidade às ações exercidas por homens e mulheres formadores de grupo rurais e urbanos a nível local, sendo estes: agricultores, pescadores, catadores, artesões, além da escola ECRAMA. As ações estabelecidas acabaram por priorizar a educação, agroecologia, comercialização, artesanato, cidadania, agroindústria, gênero e etnia. O coordenador da rede aponta que: “Nós já trabalhávamos agroecologia mesmo que não soubesse o que era ou não usasse esse conceito. Na época que a gente estava fazendo o que se chamava de cooperativismo alternativo”<sup>47</sup>.

No mesmo período de formalização da Rede Bragantina como difusora da agroecologia, em paralelo a cooperativa COOMAR passou por períodos que permitiram a consolidação das

<sup>46</sup> A Rede Bragantina começa a se estruturar em 2005 “na região Bragantina, uma das principais áreas agrícolas do Pará. Foi originada dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) conduzidos pela FASE, Cáritas Brasileira, Diocese de Bragança e SVI – Serviço Voluntário Internacional, ONG italiana” (INSTITUTO MARISTA DE SOLIDARIEDADE, 2012, p. 46).

<sup>47</sup> Fala coletada durante a entrevista em trabalho de campo, maio de 2018.

ideias e princípios agroecológicos. Entre os anos de 2005-2008 o debate acerca da agroecologia passa a ser mais efetivo e a demonstrar possibilidades de mudanças, tanto no âmbito técnico como também no social. Essa relação se fez possível graças a parcerias institucionais como o Instituto Federal do Pará, EMBRAPA e outras que possibilitavam a troca de saberes entre agricultores, processos de experimentação em áreas escolhidas, intercâmbios com experiências consolidadas, além da incorporação de técnicas e a não utilização de insumos externos à propriedade e não prejudiciais à saúde do agricultor e ao funcionamento de seu agroecossistema. Em 2010, a Rede Bragantina, 27 associações, entre elas 2 cooperativas, 3 grupos de mulheres e 9 comunidades quilombolas (INSTITUTO MARISTA DE SOLIDARIEDADE, 2012).

Em 2009 as atividades da escola ECRAMA caminham juntamente às outras ações realizadas pela Rede Bragantina, participando de feiras e eventos como foi o caso do Fórum Social Mundial que ocorreu na cidade de Belém, contando com a presença de alunos e colaboradores.

Durante a trajetória da Agroecologia nos municípios, as cooperativas foram fundamentais para a consolidação o avanço da agricultura familiar e conseqüentemente da agroecologia. Contudo, a trajetória não se apresenta de forma contínua, apenas com avanços. Exemplo disso, no ano de 2010, cooperados da Cooperativa COOMAR apontaram o decaimento do número de cooperados e acesso a mercados, devido a questões de conflitos de ideias e interesses dos atores. Muitos dos conflitos existentes refletiam o interesse de sócios pelo uso de fertilizantes e defensivos químicos, que fogem dos princípios da agroecologia, desarticulação entre a cooperativa e ONG SVI, assim como as estratégias tomadas para estabelecer a dimensão econômica dentro da cooperativa.

No mesmo momento em que se percebe a saída de sócios da cooperativa e aproximação dos agricultores ao uso de técnicas não agroecológicas, é constatado um caminho inverso à transição agroecológica. Entendendo-se que alguns se afastam do modo de produção orgânico e extrativista, que é tradicional das comunidades quilombolas do município e se aproximam de uma agricultura geradora de prejuízos ambientais e prejuízos para a saúde humana.

e) Ciclo V: Mercado institucional: possibilidade de fortalecimento das cooperativas 2010-2016

O Ciclo V dá continuidade às ações desenvolvidas pela gestão local, organização dos atores locais e avanço do cooperativismo, incentivo a processos de experimentação, intercâmbios, participação de eventos para obtenção de novos saberes, tal como o acesso e o

fortalecimento de políticas públicas como PAA e PNAE na região e o fortalecimento de sistemas agroflorestais.

### Irituia

Em abril de 2011 surge a Cooperativa Agropecuária dos Produtores Familiares Irituienses (D'IRITUIA), a mesma tem se apresentado como estratégia de desenvolvimento pelos agricultores que a compõem. A produção agroecológica, ao fazer uso dos sistemas agroflorestais como a tradicional roça de mandioca, sem o uso de insumos químicos, permite adentrar o crescente mercado destinado a produtos orgânicos.

A cooperativa tem se tornado fundamental na trajetória do município para o processo de institucionalização da agroecologia, entendendo-se que a mesma carrega em seu discurso a agroecologia como base de produção, sendo esta sustentável e compatível com a realidade dos agricultores locais e suas práticas de manejo ecológico dos recursos naturais para, através de ações locais de natureza socioeconômica, construir sistemas agroalimentares locais e gerar processos de transformação e sustentabilidade social entre produtores e consumidores (GUZMAN, 2013, p. 10).

Através de atividades de motivação e experimentação desenvolvidas pela cooperativa D'IRITUIA tem-se apresentado como instrumento de incentivo no processo de transição agroecológica e a abertura de novos mercados, como corporativos, sendo redes de restaurantes, empresas privadas, indústrias cosméticas, circuitos, feiras e entrega de cestas, e principalmente o institucional como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escola (PNAE), tendo como principais produtos cedidos as polpas, frutas in natura.

De certo que o acesso a programas como PAA e PNAE são de extrema importância, mas somente saber da existência deles não é capaz de movimentar e levar os agricultores a terem acesso ao mercado institucional. Mas é preciso também que atendam requisitos como Declaração de Aptidão ao Pronaf, no caso do município, emitido pela EMATER-PA.

Dentro dessa lógica o agricultor familiar que acessa o PAA se utiliza de estratégias para alcançar ao menos a quantidade equivalente aos valores mínimos, para venda institucional e garantir uma renda antes não acessada, como também colaborar com outros agricultores dentro

e além do seu ciclo familiar<sup>48</sup> para a venda de produtos, e ainda buscando manter a qualidade da produção que por algum motivo não obtiveram acesso.

No que se refere ao PNAE, os agricultores de Irituia ao formalizarem a Cooperativa D'Irituia tiveram como estratégia incentivar a revitalização da cooperativa COAPEMI. Entendemos que na existência de duas cooperativas no município, uma das duas, ou ambas poderiam fornecer para merenda escolar, não permitindo a compra de produtos agrícolas de fora do município. Desse modo dando oportunidade para os agricultores ligados às duas entidades e gerar renda dentro município. Outro fator fundamental dentro da compra institucional, sobretudo o PNAE, está ligado à tomada de decisão dos atores, que optam por não utilizar insumos químicos, visto a necessidade da merenda escolar ter a melhor qualidade possível. Cuidado que, acredita-se, indivíduos de fora do município não teriam, por não serem “suas” crianças.

O mercado institucional tem se mostrado o mais vantajoso para os agricultores. Como eles relatam, se trata de “uma compra segura” e “com preço justo”. Uma das modalidades que ainda é almejada por esses atores é a venda direta para os restaurantes universitários. No entanto, por volta de 2012, grupos de agricultores familiares de vários municípios tentaram ter acesso, mas devido à elevada demanda de produtos em curto período e à burocracia exigida, a mesma não foi alcançada.

O mercado institucional tem se apresentado como um dos elementos fundamentais para a reprodução social dos agricultores, sendo este um valor significativo na renda das famílias que acessam. Os dois municípios têm acessado o programa, mas é perceptível a diferença de valores que ambos recebem. Além da disparidade orçamentária que existe, há outro fator agravante para o município de Santa Luzia do Pará, é a inexistência de outra organização além da COOMAR capaz de concorrer à chamada; tão pouco uma ferramenta política local que seja capaz de reverter o quadro, sendo necessário passar para organizações exógenas ao município. Como já citado, a COAPEMI ressurge em Irituia justamente com o propósito de manter a concorrência da chamada dentro do município. Outra estratégia criada pelos agricultores é ter membros da família em ambas as cooperativas do município, com finalidade de sempre comercializar.

---

<sup>48</sup> Dentro do campesinato amazônico, assim como em outros contextos, o ciclo familiar ultrapassa a unidade familiar e seu núcleo com pai, mãe e filhos, mas se estende a padrinhos, afilhados, compadre e outros, mas por aqueles que nutrem um elevado grau de confiabilidade.



A diferença de verba destinada aos municípios implica dificuldade de autonomia financeira das famílias, que as obriga a criarem estratégias de acesso aos mercados como mostra o Quadro 9:

**Quadro 9** – Recursos financeiros liberados pelo FNDE para o PNAE (continua)

Ano	Santa Luzia do Pará	Irituia
2018	491.077	820.894
2017	328.153	775.096
2016	559.780	838.760
2015	612.280	903.520
2014	617.360	855.316
2013	564.324	695.240
2012	495.180	648.912
2011	410.520	632.880
2010	431.820	641.373
2009	---	425.387

Fonte: (FNDE,2019).

Verificados os valores destinados desde 2008 até os anos de 2018, foi perceptível a pouca alteração nos recursos destinados à merenda escolar no município de Santa Luzia do Pará, entendendo-se que isso ocorre pela falta de concorrência para o acesso à licitação da compra dos produtos dentro do município, mas também à falta de orientação e apoio por parte da Secretária de Agricultura local.

Em 2012 o Governo do Estado do Pará, por meio do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-BIO), passou a implantar ações que, além de não citar explicitamente em seus documentos a institucionalização de princípios agroecológicos, tem sido fundamental para a mudança de atitude nos atores locais. Isso só foi possível graças à característica que se repetiu em programas<sup>49</sup> citados anteriormente.

Desse modo, o IDEFLOR-BIO promoveu a implantação do Projeto Tijolo Verde que surge com a ação de “Produção e Restauração Florestal”, com a finalidade de solucionar a problemática de vastas áreas devastadas, em que anteriormente haviam sido áreas de floresta e capoeira grossa, derrubadas para atender fornalhas de grandes olarias e setor cerâmico de São Miguel do Guamá, município vizinho de Irituia. Os primeiros passos ocorreram a partir da:

Reunião de Sensibilização da Sociedade Local, Mobilização das Comunidades, Cadastro do Produtor e Visita Técnica ao lote de produtor rural, Oficina e Validação do Diagnóstico Participativo DRP e Capacitação implantação de SAFs Comerciais (Concluídas entre 2013 e 2015). A instalação de viveiros de produção de mudas e a capacitação para tal foram

<sup>49</sup> PRORENDA e PROAMBIENTE.

realizadas em 2016 e continuadas em 2017, incluindo neste exercício a implantação dos SAFs (IDEFLOR, 2017).

A implantação do projeto Tijolo Verde possibilitou a criação de sistemas agroflorestais, assim como a expansão de outros até o ano de 2015, e estima-se que pelo menos 11 agricultores da cooperativa foram beneficiados pelo projeto:

**Imagem 6** – Oficina de mudas realizada pelo IDEFLOR-BIO em abril de 2018



Fonte: Acervo da autora (2018).

A partir de 2012 cooperados da D'Irituia passam a buscar novas formas de comercialização, como as feiras, sendo estas uma das formas de comercialização mais característica da agricultura familiar, capaz de estabelecer o ponto de encontro e afetividades. A feira representa a construção de um circuito curto, a estruturação de sistemas agroalimentares que estabelece fatores de confiabilidade entre os atores e o trabalho daquele que produz.

Nesse sentido, a partir de 2012 a Cooperativa D'Irituia passou a participar da feira da agricultura familiar na Universidade Federal do Pará. A feira se iniciou com momentos experimentais, apenas na primeira sexta-feira de cada mês, atualmente a feira ocorre duas vezes ao mês e tem atraído clientela não só daqueles que estudam ou trabalham dentro da universidade, mas da comunidade como um todo, pessoas que residem nas proximidades ou que simplesmente percebem esse momento como sendo de grande importância.

Santa Luzia do Pará

Por volta de 2011-2013 os agricultores locais passaram a intensificar sua participação do mercado institucional através do PAA e PNAE. Ambos os programas possibilitaram aos agricultores repensar suas formas de produção, assim como o beneficiamento de produtos.

Este período foi o responsável por impulsionar a participação dos atores em cursos e oficinas como oficina de abelhas sem ferrão, curso de tecnologias para produção de culturas alimentares, voltado para a seleção de sementes, formas de cultivo, tração animal e outras tecnologias voltadas à produção.

Em 2013 houve a reabertura da loja da Rede Bragantina Café em Rede possibilitando um encurtamento dos circuitos de comercialização entre atores da rede e o grupo de consumidores da região metropolitana de Belém.

Apesar do distanciamento entre a gestão local e a realidade dos agricultores familiares, atores, sobretudo a agrônoma Nazaré Reis e Vincenzo Ghirardi, têm feito esse papel de mediadores<sup>50</sup>, representando os agricultores. Ambos têm buscado apoio de instituições para a realização de diferentes atividades. Nesse sentido, muitas delas ocorreram nesse período e ainda ocorrem devido a parcerias desenvolvidas com a EMBRAPA, Gerência de Micro Finanças de Agricultura Familiar do BAS, CEDENPA e a EMATER local.

Em 2015 agricultores participaram de diferentes eventos como o III Encontro Nacional Rede Comsol - Rio de Janeiro, Seminário Da Rede Comsol na Região Norte, Marcha Das Mulheres Negras Contra o Racismo, A Violência e Pelo Bem Viver - Brasília, A Escola ECRAMA, IX Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) - Belém. A participação dos agricultores em diferentes eventos tem cada vez mais contribuído para a valorização do seu trabalho, bem como de seu conhecimento tradicional, além de favorecer a troca de experiências com outros participantes.

Em 2015 a Rede Bragantina recebeu o Prêmio de Boas Práticas em Economia Solidária pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), recebendo R\$ 50.000 como prêmio, para que fosse investido em diferentes empreendimentos ligados à rede – na época a rede impactava diretamente 305 pessoas.

#### f) Ciclo VI: Estado atual da agroecologia 2017-2018

O Ciclo VI aponta as ações recentes expostas nos locais da pesquisa, sobretudo a articulação de atores locais para a participação de feiras e eventos, ampliação de parcerias ao que se refere a pesquisas, a ampliação de parcerias institucionais, participação de eventos,

---

<sup>50</sup> Santa Luzia do Pará contou com atores mediadores fundamentais para a institucionalização da agroecologia no município.

ampliação das práticas agrícolas sustentáveis, ampliação do debate e igualmente os riscos existentes no setor da agricultura familiar, impactando diretamente as ações de cunho agroecológico devido ao atual contexto.

#### Irituia

De acordo com o relatório do IDEFLOR-BIO do ano de 2017, através do Projeto Tijolo Verde, foi prevista a implantação de 15 ha de sistemas agroflorestais no município de Irituia. No entanto, o mesmo alcançou 50 ha, 300% a mais do previsto (IDEFLOR-BIO, 2017), envolvendo 75 famílias de agricultores familiares durante todo o período de implantação dos sistemas. As famílias participaram de forma ativa na construção dos viveiros de mudas, se apropriando de técnicas de adubação, espaçamento, uso de novos equipamentos como tubetes,<sup>51</sup> associando as suas práticas.

Através da ação de Produção e Restauração, o Projeto cumpriu sua última etapa em 2017 e está em processo contínuo de produção das mudas para a reposição e possibilidade de expansão, alcançou acima do previsto a meta programada para este exercício, ou seja, 300% a partir da implantação de 50 ha de SAFSA, implantação de 50 ha de SAF'S para a recuperação de áreas degradadas em propriedades do pequeno agricultor. Produção de aproximadamente 50.000 mudas de espécies florestais e frutíferas da região. (IDER-FLOR, 2017, p.90).

Grande parte das ações só têm ocorrido de forma promissora devido o envolvimento de parcerias como EMATER-Pará, Associações de Produtores Rurais Locais, Embrapa Amazônia Oriental que fornece insumos e materiais necessários para a realização das atividades, Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Pesca (SEDAP) e a Prefeitura Municipal de Irituia representada pela Secretaria Municipal de Agricultura.

Fala de uma agricultora sobre a importância dos sistemas agroflorestais:

No ramal dos SAFs, tem uma grande concentração de nossos cooperados, onde se encontram a maior parte deles. Embora nós tenhamos cooperados nos quatro cantos do município de Irituia, em cada um deles há uma certa peculiaridade, dependendo do tipo de solo, de como é a característica, mas a maioria planta como sobrevivência, persistência né? Através do Tijolo Verde é um processo de cooperação com outros órgãos EMBRAPA, EMATER, há uma cooperação muito grande e a gente faz isso através das mudas agroflorestais que são implantadas através das áreas degradadas, pra gente fazer isso e melhorar não só nosso município, mas a Amazônia como um todo” (Agricultora, professora, 53 anos, 8 de agosto de 2018).

<sup>51</sup> Tubetes são recipientes em forma de pequenos tubos de plástico, reutilizáveis. Os recipientes são usados para a produção de mudas em viveiros de forma rápida, econômica por conter uma quantidade reduzida de material.

Abaixo, na Imagem 7, vê-se uma área recuperada com mudas provenientes do projeto Tijolo Verde, *acacia magium* e outras espécies.

**Imagem 7** – Área recuperada pelo projeto Tijolo Verde



Fonte: Acervo da autora (2018).

O assessor do IDEFLOR-BIO aponta as relações estabelecidas no município e a importância de apresentar novas tecnologias na forma de produção dos agricultores familiares:

Hoje nós temos duas modalidades que nós trabalhamos dentro do município de Irituia, direcionada às comunidades rurais, acho que é um dos motivos do pessoal da penha estar aqui participando hoje e uma outra que nós chamamos de relação institucional direto com as prefeituras; o nosso braço no setor produtivo é a Secretaria de Agricultura, então este viveiro que nós instalamos aqui é para atingir a demanda da SEMAGRI, que hoje nos dão suporte aqui no projeto. Instalamos os viveiros e como nós acreditamos na importância da tecnologia de tubetes, porque é uma tecnologia que está aí e não é nova, mas muito pouco utilizada na agricultura familiar. Aqui no estado do Pará nós não temos registros do uso dessa tecnologia na agricultura familiar, mas para isso na época nós fomos buscar toda a informação e vários estudos, nós chegamos a uma formulação que era ideal, que nós achamos ao longo dos anos, há uma quebra de paradigma, mas ainda há muita desconfiança por parte dos agricultores, mas depois eles veem o resultado da economia, do esforço, o trabalho que é encher 1000 sacos e encher 1000 tubetes (Assessor do IDEFLOR-BIO, Irituia, 23 de maio de 2018).

Durante o campo, realizado nos meses de abril a julho de 2018, foi verificado que as atividades continuam em andamento, efetivando a construção de viveiros em diferentes comunidades do município, como na escola existente na sede do município “Escola Estadual de Ensino Fundamental Francisco Nunes”, com o intuito de chamar a atenção dos alunos e de

toda comunidade escolar para formas sustentáveis de atividades agrícolas no município e na segurança alimentar dos estudantes e assim auxiliar na merenda escolar.

O projeto Tijolo Verde, além de ter possibilitado parte da recuperação vegetativa do município, contribuiu também para ampliar a segurança alimentar das famílias envolvidas e fortalecer a economia local, pois os agricultores envolvidos que antes possuíam apenas roças de mandioca, passaram a diversificar sua produção e comercializar por meio de programas institucionais e através da cooperativa. Dentro do processo de comercialização a Cooperativa D'Irituia tem focalizado suas ações para alcançar a certificação orgânica via o Sistema Participativo de Garantia (SPG), para comercialização dos produtos desenvolvidos na cooperativa, sobretudo a farinha. Este processo representa um elemento importante para a institucionalização da agroecologia, o sistema de certificação já vinha sendo discutido entre os agricultores, contudo apenas em 2018 foram iniciadas oficinas para a construção do sistema.

A participação dos atores em eventos voltados à produção e troca de conhecimento tem também contribuído para o fortalecimento das organizações locais, assim como nas ações individuais, a exemplo da Caravana Agroecológica realizada no ano de 2017 que passou por pelo menos 7 municípios entre eles Irituia e Santa Luzia do Pará, onde agricultores, pesquisadores e estudantes puderam verificar experiências reais realizadas no Nordeste paraense, tal como discutir sobre o que vem sendo realizado e a relação das práticas produtivas, e também a organização política dos atores envolvidos.

#### Santa Luzia do Pará

Em 2018 verificou-se que o número de cooperados da COOMAR era de 56 sócios registrados pela OCB e 72 pela cooperativa. A partir da vivência do campo e da análise das entrevistas, é perceptível que a cooperativa sofre constantemente com oscilações em seu quadro de cooperados, onde o número de cooperados que se mantêm constantes são de sócios fundadores, ocasionando na não renovação das ideias. Essa oscilação tem ocorrido devido a mudanças no quadro de ação da cooperativa, antes voltada para a comercialização de produtos básicos da agricultura familiar como feijão, farinha e milho, para mais recentemente a comercialização de produtos do extrativismo para empresas cosméticas, antes inexplorados.

Recentemente durante os anos de 2017-2018 verificou-se que a Rede Bragantina tem caminhado para capacitação de atores e a busca pela aproximação de atores e instituições. A Rede Bragantina focou seus esforços em instrumentalizar seus associados por meio de cursos e participação de eventos a fim de fortalecer a rede de economia solidária, com cursos de

segurança alimentar e nutricional, boas práticas, hortas para aprimorarem suas produções, gestão financeira básica a fim de impulsionar os agricultores e artesões acessarem créditos.

Além de cursos, feiras e eventos realizados localmente, a rede tem buscado cada vez mais se aproximar do STTRs local, EMATER e dialogar com a gestão local com a finalidade de criar condições de expandirem ações que contribuam para o avanço da agroecologia no município.

Apesar de terem ocorrido esforços para gerar condições de fortalecimento e se chegar a um alto nível de institucionalização da Agroecologia, o atual ciclo que vem se construindo dentro das trajetórias é incerto, cada vez mais depende da autonomia e participação dos atores dentro de processos de ação coletiva, assim como sua busca e inserção em atividades políticas.

As trajetórias se fazem semelhantes sobretudo até final da década de 1990, onde ONGs internacionais, movimentos sociais e sindicais ativos conduziam as trajetórias tornando-as semelhantes. Contudo, elas foram tomando diferentes formas, entendendo-se que ambos direcionaram suas ações em diferentes sentidos, principalmente devido à implementação de programas federais, do mesmo modo que da ação da gestão local no caso de Irituia, conduzindo para o fortalecimento da organização social e o aprimoramento de práticas produtivas, mas de expansão de sistemas agroflorestais, recuperação ambiental. No caso de Santa Luzia do Pará, a trajetória foi conduzida para organização social e política dos atores, processos de ensino-aprendizagem e redes de comercialização solidária.

Durante os Ciclos III, IV e V a agricultura familiar recebeu a implementação de programas federais que vieram a beneficiar a populações rurais no Nordeste paraense, que passavam a ter Agroecologia como prática e movimento devido à sua organização social. No cenário político, tanto programas federais de incentivo ao desenvolvimento socioambiental, quanto compra institucional, este último se mantém até os dias atuais como os casos do PNAE e PAA. Contudo é perceptível o encaminhamento do desmanche das políticas públicas voltadas para a compra de produtos da agricultura familiar. Desde 2017 percebe-se a diminuição do número de acesso ao programa, sendo a média de 51 agricultores nos municípios entrevistados. Em 2017 (CONAB, 2018) a SEAD e o MDS repassaram à Conab um total R\$ 124.708.501,88; em 2018 foram destinados cerca R\$ 362,3 milhões.

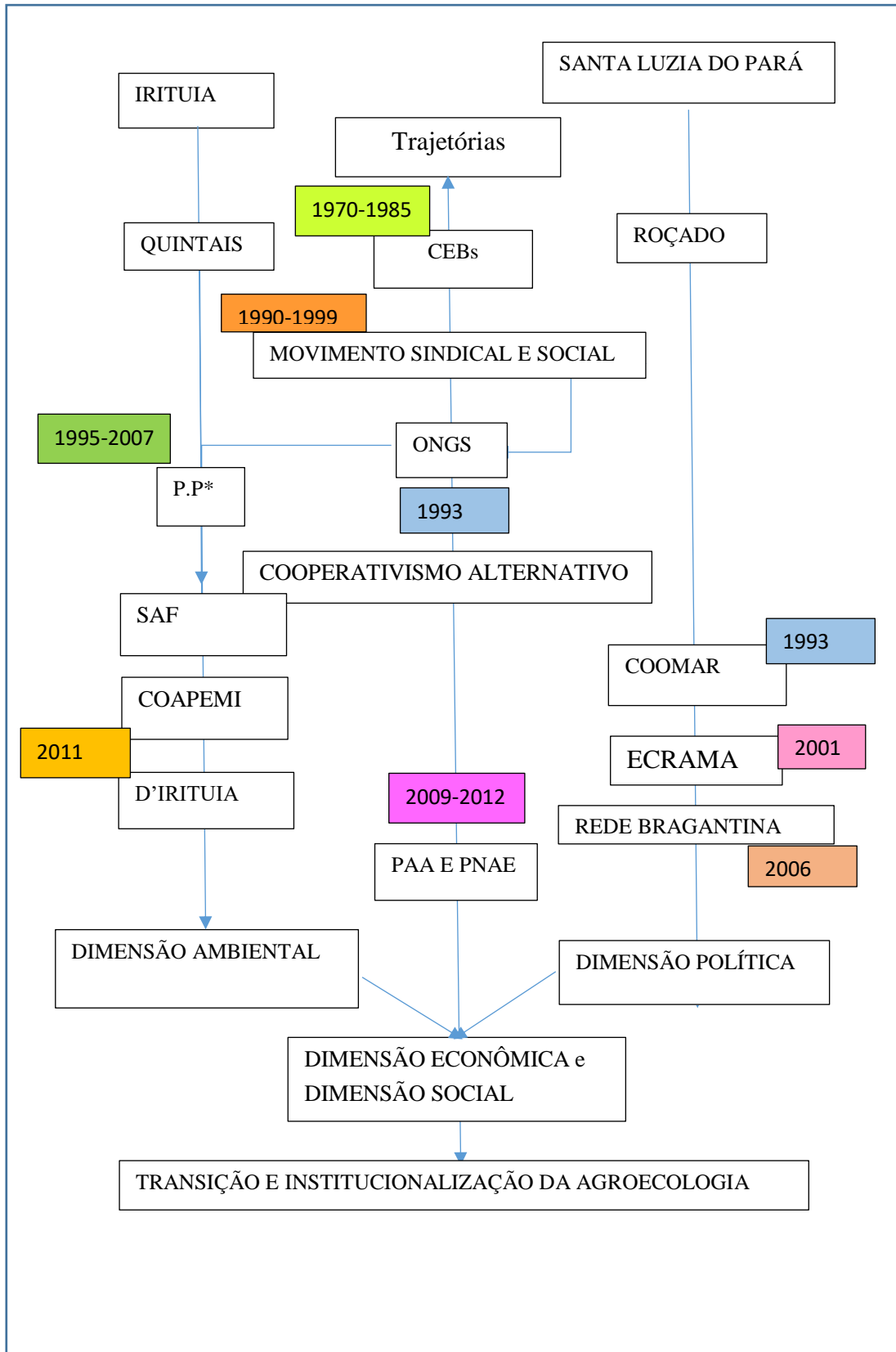
Atualmente em 2019 já é perceptível a diminuição no número de agricultores que irão acessar o programa e os cortes orçamentários no programa e em outros setores que interferem diretamente na agricultura familiar e, conseqüentemente, na Agroecologia. Entendendo-se a agroecologia também como um projeto de desenvolvimento para agricultura familiar. A

construção atual do Ciclo VI ainda se apresenta como incerto, no que diz respeito à construção de políticas públicas pelo governo federal.

Nesse sentido, a superação das dificuldades e fragilidades que se fazem presentes e as que possam surgir, cada vez mais tem dependido da autonomia e organização dos atores.



**Esquema 1** – Representação das trajetórias agroecológicas



Fonte: Elaborado pela autora.

## **5.1 Trajetórias individuais: Atores e suas diferentes formas de transição agroecológica**

Para exemplificar as trajetórias dos municípios de Irituia e Santa Luzia do Pará, buscou-se retratar a realidade de dois agricultores, o agricultor A de Irituia e agricultora B do município de Santa Luzia do Pará. A escolha dos atores se deu devido ao papel de mediadores, assumido por estes ao longo das trajetórias, participando das diferentes experiências apresentadas ao longo das trajetórias.

Atualmente apesar da idade avançada, os atores apresentados continuam sendo referências na trajetória da agroecologia em seus municípios, continuam como lideranças em suas comunidades, impulsionando os atores na ação coletiva. A trajetória do ator A se assemelha a de outros agricultores do município de Irituia e se difere de muitos outros. Os atores foram escolhidos devido à participação em diferentes experiências que compuseram os ciclos apresentados nas trajetórias – estas participações geraram resultados, seja na organização social e política, mudanças produtivas dentro dos agroecossistemas.

Verificar experiências individuais permite ilustrar de forma sintética que em diferentes casos as trajetórias ocorrem de forma linear e correlacionadas, devido à escolha e participação dos atores que não participaram apenas de uma experiência, mas sim de uma sequência de experiências e que permitiu o atual estado da agroecologia. Entendendo-se que as trajetórias são delineadas de acordo com as escolhas e ações dos atores que as conduzem, não sendo somente resultado de ações externas.

Dessa forma, as trajetórias a seguir demonstram as experiências, os resultados, e a dimensão da agroecologia alcançada, percebendo-se a contribuição das trajetórias individuais para a transição agroecológica nos municípios, da mesma maneira os ensinamentos evidenciados ao longo de suas trajetórias, exemplo da participação sindical, proliferação de práticas agroecológicas

Este agricultor se torna pertinente devido à sua participação nas diferentes etapas que permitiram a agroecologia chegar ao atual estado.

**Quadro 10** – Representação detalhada da trajetória agroecológica ator A

Ano	Experiência	Resultado	Dimensões
1960-1985 ↔	CEBs	Consolidação das comunidades católicas, mutirões, ações de ordem social	Social
1992 ↔	Movimento sindical	Fortalecimento do movimento, envolvimento político, Gritos da terra, tomada de decisão	Política
1993-1996 ↔	ONGS, cooperativismo alternativo	Primeira experiência com cooperativa, novos mercados, busca por autonomia	Social, econômica e técnico
1995-2007 ↔	PRORENDA/PROAMBIENTE	Expansão dos sítios, redução do corte e queima, qualificação e inovação produtiva	Técnico-produtivo e Ambiental
2007 ↔	Afastamento total do sindicato	Não participação de reuniões, não acesso a informações, enfraquecimento de ações	---
2011 →	PNAE	Mercado institucional, reabertura da cooperativa PNAE	Econômico

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O agricultor A esteve presente desde a consolidação das comunidades católicas no município em 1985, ao apontar que todo envolvimento das comunidades ligadas à Igreja, não só tinha caráter evangelizador das CEBs, mas também o envolvimento sindical.

Esse movimento hoje explica algumas das relações estabelecidas entre os atores, as ações locais e a própria relação com o território, demonstrando uma maior conexão entre outros municípios para o avanço do debate sobre aquisição de direitos e a própria sindicalização de homens e mulheres de Irituia.

Todo o envolvimento do ator A, o levou a ser presidente do sindicato em 1987, a favor de benefícios para agricultura familiar local. Em 1993 a participação de projetos agrícolas, cooperativismo alternativo e vários outros elementos.

O nosso sindicato tem 48 anos, fundado em 1971. Naquela época o nosso sindicato era a intenção criar uma secretaria de agricultura, mas a cidade era aqui (Irituia) e Mãe do Rio era ali, Mãe do Rio era uma vila, Vila 48 e tiraram a sede do sindicato de Irituia e levaram pra uma vila, chamada Vila 48. Isso passou por... me parece que passou 19 anos, e aí nos trabalhadores rurais de Irituia se associaram no sindicato, meio sem bem saber o que fazer... Naquela época o sindicalismo era atrelado aos patrões, patronal do governo do estado, do governo municipal. Não tinha autonomia e só a partir de 1985, com a criada de novas comunidades, com a chegada de novos padres que tiveram em Irituia é...1985. O finado padre Antônio Melo pernambucano, chegada do padre Luís Carra, que os envolvimento dos trabalhadores rurais no sindicato e esse padre veio pra cá e criou muitas comunidades, foram 253 comunidades, por aí mesmo. Antes era só Brasileira (comunidade hoje um extenso ramal), então

cada comunidade passou a colocar o nome dos igarapés e batizou muitos igarapés ele cuidou dessa parte (Antônio Melo). Com o Luís Carra, ele já veio com a questão social, esse padre já morreu, muito progressista. Ele falava bastante, bastante em agricultura familiar incentivou muito e praticamente todo esse povo que tá na frente hoje, todos vieram desse tempo, vieram da igreja. Ele quem nos incentivou diretamente pro sindicalismo aí nós nos associamos no sindicato em 1973, por uma questão de saúde, naquele tempo o sindicato só cuidava disso de assistencialismo eu me associei em 1972 por uma questão da saúde da minha mulher eu não sabia de muita coisa. Antes da gente se envolver com o sindicato o padre começou a dar esse incentivo, começamos a reunir, nós éramos 5 pessoas... nós fomos crescendo, chamando outros... a ideia do padre era trazer a chave do sindicato para nossa mão... aqui é dos trabalhadores rurais e nós só vamos sair com a chave no bolso agora. Batemos e debatemos... o sindicato passou a ser dos trabalhadores rurais e daí começou a luta (Agricultor-sindicalista, Irituia, 66 anos, 23/06/2018).

Assim como em outras trajetórias, o movimento sindical foi fundamental para fortalecer a organização social e política das comunidades, gerar lideranças e impulsionar os atores a participarem de várias outras experiências que os direcionaram para a Agroecologia. A atuação sindical também foi a responsável pela formalização da primeira experiência dos agricultores irituenses com o cooperativismo, assim como foi o caso do ator A.

Percebeu-se que com o tempo o envolvimento sindical do ator A foi declinando e suas atividades voltaram-se para dentro seu agroecossistema, com o surgimento de possibilidades de acesso ao mercado. Porém sublinha-se que o movimento sindical foi o primeiro passo para alcançar a dimensão política da agroecologia de coletiva no município a fim de:

Sensibilizar, motivar e mobilizar a participação ativa das pessoas, favorecer o acesso às informações, permitindo maior compreensão dos problemas e oportunidades, superar as práticas e políticas de exclusão e buscar o consenso nas decisões coletivas são elementos que compõem esta dimensão (MENDES, 2009, p. 55).

Apesar de ensaiar o afastamento do movimento, o ator A voltou suas ações para dentro da sua comunidade, reforçando suas relações e atividades. Principalmente após sua participação no PROAMBIENTE, reforçando a Dimensão ambiental da agroecologia.

Já entra a questão do meio ambiente, nessa época 1995-1996 eu participei de várias reuniões capacitações do PROAMBIENTE, reuniões de cursos de queimadas entendeu? Tinha a CONTAG que incentiva a gente no PROAMBIENTE, tinha todo esse povo que participava. Teve os trabalhos que nós fizemos e vários movimentos na região do Nordeste paraense, mas diretamente da FETAGRE regional a fase Capanema, eles conseguiram na época uma máquina que triturava capoeira ne? Uma máquina muito feia, mas também muito potente. Eu fui lá espiar, ela passava na capoeira grossa e deixava tudo triturado, essa máquina veio tudo pelo

PROAMBIENTE, teve vários trabalhos manuais, várias roças sem queima entendeu? A gente roçava e derrubava, plantava e derrubava no mesmo dia e depois uma área acolá e fizemos esse trabalho e outros. Tinha assistência técnica, fazia orientação pra gente, vinha na propriedade, fizeram o mapa das nossas terras. Foi uma coisa que deu certo, porém não tive muita vida. Porque assim o povo não acredita muito, ainda custa muito a acreditar que dá certo (Agricultor-sindicalista, Irituia, 66 anos, 23/06/2018).

Assim como o Ator A, diferentes atores do município participaram do programa apontado acima. O mesmo teve fundamental importância no município, pois possibilitou inúmeros avanços no que se refere a práticas sustentáveis, direcionando as práticas de conservação e recuperação ambiental, valorização dos saberes tradicionais, fortalecimento do trabalho coletivo, além de orientação técnica no que diz respeito às práticas agrícolas, alcançando as dimensões técnica e ambiental.

A relação com o programa possibilitou um grande investimento nos agroecossistemas de parte dos participantes, entendendo-se que as diferentes capacitações influenciaram diretamente na gestão da unidade familiar de forma sistêmica, considerando os elementos tanto internos quanto externos da unidade, contribuindo para uma transição agroecológica. A nova forma de gestão possibilitou o aumento de produção e diversificação, posteriormente conduzindo os agricultores e agricultoras a buscarem novos meios de comercialização como a institucional e através de cooperativas<sup>52</sup>.

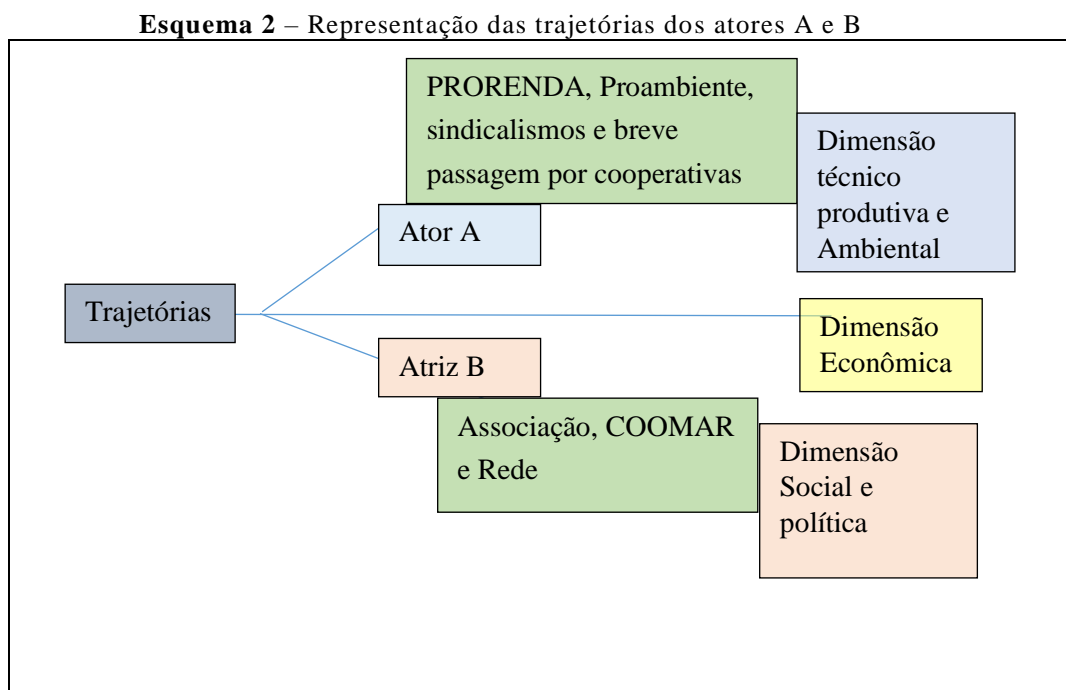
A trajetória do ator A se deu devido a seu envolvimento com o movimento sindical. E está presente em muitas trajetórias agroecológicas, em muitos casos é ele quem faz fortalecer a agroecologia e apontar para novas perspectivas. No entanto, percebemos que a falta do protagonismo local é presente e ainda se faz menção à relação antiga com outros municípios, o fato da Sede do Sindicato ter se iniciado no município vizinho e ainda hoje existir esse tipo de ligação tanto nas relações políticas quanto econômicas.

A sua participação no movimento sindical permitiu alcançar diferentes faces da Agroecologia e caminhar para uma transição social e produtiva, que foram semelhantes a de outros atores locais. Trajetórias como do ator A ilustram a importância do movimento sindical, para o avanço da Agroecologia, assim como da construção de relação entre atores do movimento sindical e diferentes instituições, proporcionando o protagonismo de agricultores familiares em seus territórios e no avanço de ações.

---

<sup>52</sup> A melhoria das práticas produtivas direcionou os agricultores a novas formas de comercialização e organização. No entanto, há muitos agricultores que resistem a participar de experiências de cooperativismo. Os mesmos chegam a comercializar para as cooperativas, mas resistem a se associarem formalmente, ou se afastam como foi o caso do agricultor A, pois muitos entendem que acabam por perder sua autonomia, identificando que esta foi conquistada ao longo do tempo devido as diferentes experiências de que participaram.

Dentro do exemplo demonstrado anteriormente, uma forte participação em diferentes pontos da trajetória do município, atualmente o ator desempenha o papel de liderança comunitária, assim como mantém foco no seu sistema produtivo.



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O papel do sindicalismo no passado conduz a refletir sobre o atual estado deste, pois a inserção de agricultores que participam do movimento agroecológico nos movimentos sindicais permite a construção de um plano de fortalecimento do debate da agroecologia e a sua instrumentalização no território. Entendendo-se que o sindicato representa uma instituição de peso na realidade rural e com um grande alcance de propagação de informação, que permite a conscientização dos atores, a tomada de decisão e autonomia. De modo que a organização/união dos atores nos movimentos sindicais frente ao debate agroecológico pode permitir a ocupação de espaço de alta representação no cenário político municipal e estadual.

Para exemplificar a trajetória de atores do município de Santa Luzia do Pará é ilustrada a trajetória da atriz B. Optei por demonstrar a trajetória da atriz B porque ela representa a realidade de dezenas de mulheres no município de Santa Luzia do Pará. Tal como muitos atores que participaram dos ciclos da trajetória da agroecologia do município, a atriz B pertence à área periurbana. A atriz em questão participou de atividades que se iniciaram na cidade e foram se expandindo para o meio rural, agrupando mulheres de diferentes comunidades.

Tal qual outros atores, a atriz B apresenta uma trajetória constante na Agroecologia, ela participou de associações de mulheres, cooperativa, rede de economia solidária e tem assumido o papel de mediadora ao direcionar jovens, principalmente mulheres da família, igreja e comunidade em geral a fazerem parte das atividades exercidas, e assim auxiliarem no processo de fortalecimento das gerações futuras.

**Quadro 11** – Representação detalhada da trajetória agroecológica da atriz B

Ano	Experiência	Resultado	Dimensões
1990 ↔	Pastoral da mulher	Trabalho coletivo, plantio diversificado sendo roçado e horta	Social e técnico produtivo
1996 ↔	Fundação da cooperativa COOMAR	Esposas de cooperados passaram a auxiliar nas atividades	Social
1999 ↔	MMNEPA	Esclarecimento sobre os direitos das mulheres, mobilização política, troca de saberes, organização social	Política
2006-2008 ↔	Busca por autonomia cursos SEBRAE	Deixa-se de ter apenas caráter social para gerar renda e autonomia	Econômica
2006 ↔	Formalização da AMOL	Passaram a ter o próprio CNPJ	Econômica
2007 ↔	Passaram a fazer parte da Rede Bragantina de Economia Solidária	Acesso à informação, participação de feiras e eventos, agregou valor ao produto	Econômica, social e política
2013 ↔	Amazônia Florescer, o Banco da Amazônia	Acesso a crédito, aprendizagem básicas sobre gestão dos recursos, aplicação do crédito orientado ao Artesanato e agricultura	Econômico e ambiental
2015 →	Participação na marcha das margaridas e IX Congresso Brasileiro de Agroecologia	Participação na marcha, troca de experiências, comercialização de produtos exposição da realidade enfrentada e auto-reconhecimento	Social e política

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A primeira experiência presente se deu por meio da Igreja Católica com a criação da pastoral da mulher no município. Onde muitas advindas do campo, com experiências na agricultura, passaram a se juntar para a realização coletiva de roçados e hortas para doação em bairros e comunidades. Além de participarem de momentos de formação acerca da importância da segurança alimentar para as famílias, essa foi a primeira experiência que acabou por proporcionar visibilidade ao trabalho dessas mulheres. A atriz B aponta:

A gente trabalha, cada um tem sua hortazinha, cada um no seu canto. Eu acho que tem tudo a ver com agroecologia, cada um trabalha um pouco... Rapaz faz muito tempo que eu ouvi falar em agroecologia, é porque nosso trabalho praticamente começou assim né? incentivando as mães, nós temos um terreno que nós produzimos de tudo, hoje que tá parado. Todas hortaliças que saia de lá era pras famílias que nós acompanhávamos em bairro carente aqui, foi o que deu muito certo (Artesã, 59 anos, 7 de abril de 2018).

Com a formalização da cooperativa, basicamente formada por homens em 1996, mulheres passaram a participar de atividades específicas destinadas às esposas de cooperados, como oficinas para a fabricação de sabão, artesanato, beneficiamento de produtos e vários outros elementos. No entanto, esse quadro vem se modificando. Essas mulheres têm cada vez mais se inserindo nas atividades ligadas à cooperativa.

Em 1999 as mulheres da pastoral passaram a integrar o MMNEPA, juntamente a mulheres de outros municípios, passando a tomar conhecimento de seus direitos e se posicionarem frente às opressões vivenciadas no cotidiano social e familiar – a participação tanto de mulheres do campo como na cidade. A participação das mulheres no movimento passou a dar autonomia a essas mulheres, fazendo com que elas passassem a se ver com outros olhos e a mostrar também aos outros a sua real importância através do diálogo e luta.

A partir de 2006 até 2008 as mulheres que antes faziam parte da pastoral da mulher passaram a se organizar, visando buscar independência financeira, passando a se qualificar e buscar orientação com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Com isto, em 2006 o grupo passou a ser a Associação da Mulher Luziense “Olímpia da Luz” (AMOL), formalizada focando suas ações em atividades de corte e costura, artesanato e sobretudo empoderamento da mulher por meio da geração de renda.

Em 2007, a associação passou a integrar a Rede Bragantina de Economia Solidária Artes e Sabores, mas anteriormente a atriz B já vinha colaborando com as atividades da rede e participando de discursões relacionadas à economia solidária e à necessidade de se trabalhar a partir de princípios agroecológicos. Apesar de a atriz em questão ser do meio urbano, esta interage intimamente com mulheres residentes em comunidades rurais.

Outro fator de fundamental importância para o avanço das atividades e incentivo a outras mulheres foi acesso ao crédito em 2013, pelo programa Amazônia Florescer. Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Governo Federal, o Banco da Amazônia. As artesãs se organizaram para que os créditos obtidos fossem conduzidos à associação e assim investido em melhorias. Toda essa experiência proporcionou além do acesso ao crédito, aprendizagem básica sobre gestão dos recursos, aplicação para o avanço do empreendimento.

Entre as diferentes experiências vividas pela atriz B durante sua trajetória, percebemos uma sequência de elementos pautados no avanço do senso social e político, passando à tomada de conhecimento de seus direitos e formas de se auto-representarem perante a sociedade, acessando as dimensões Política, Social e Econômica da Agroecologia.



Entende-se que a dimensão social da Agroecologia está intimamente ligada às dimensões econômica e ecológica, formando um tripé necessário para a sustentabilidade, tanto humana quanto ambiental. No entanto, a realidade de mulheres atuantes no território tem fortalecido a dimensão social, a partir de seu envolvimento e empoderamento político, tomando a frente de diferentes organizações locais.

Diante das duas trajetórias, percebe-se que os atores adquiriram uma vasta experiência no que tange à Agroecologia, tanto com relação às práticas produtivas quanto à questão organizacional dentro de seus territórios. Porém, há barreiras a serem superadas, principalmente referentes ao auto reconhecimento enquanto os responsáveis por mudanças significativas.

## **6 CAPÍTULO III – FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES: EXPECTATIVAS E ESTRATÉGIAS PARA O AVANÇO DA AGROECOLOGIA**

O capítulo a ser retratado tem como objetivo identificar as fragilidades e potencialidades das experiências ilustradas, para tirar ensinamentos sobre a consolidação da Agroecologia. Para isso, apresenta-se a síntese da oficina de intercâmbio entre o Polo Borborema e atores do Nordeste paraense, a qual possibilitou a apresentação da experiência de transição agroecológica do semiárido com o objetivo de tirar ensinamentos. Tomando como ponto de partida a percepção dos atores, as reflexões apresentadas permitiram analisar o atual estado de institucionalização da agroecologia no Nordeste paraense, mais especificamente, no tocante às fraquezas, potencialidades e perspectivas futuras, visando deste modo criar estratégias para alcançar processos de transição agroecológica.

### **6.1 Ensinamentos do Semiárido para o Nordeste Paraense: o avanço da transição agroecológica**

Um dos meios utilizados para acessar a percepção dos atores acerca de possíveis formas de transição agroecológica nos municípios foi a apresentação de uma terceira experiência. A apresentação de uma experiência já consolidada oferece condições de os atores locais identificarem elementos fundamentais para processos de transição agroecológica. Elementos que independem das condições ambientais ou práticas agrícolas específicas da região, mas permitem a reflexão dos atores sobre novas formas de articulação das instituições, os jogos de atores e avanço rumo ao alcance de seus interesses.

A experiência apresentada foi a do Polo da Borborema-PB no semiárido. A trajetória do mesmo não será apresentada nesta pesquisa com riqueza de detalhes, visto que há um vasto referencial bibliográfico e materiais de audiovisual que retratam tal trajetória. Contudo, serão retratados aqui elementos que os atores locais do Nordeste paraense identificaram como fundamentais para o avanço da transição agroecológica na Paraíba e que podem ser pensados para o Nordeste paraense.

Para isso, antes de tudo foi necessário que os atores que estão inseridos na experiência de Irituia e Santa Luzia tomassem conhecimento da trajetória do Polo da Borborema, localizada no estado da Paraíba, por intermédio da participação da oficina intitulada “Intercâmbio com a Experiência do Polo Sindical e das Associações da Agricultura Familiar da Borborema

(Paraíba)”. Realizada no período que se compreendeu do dia 23 ao 25 de outubro de 2018 pelo Dispositivo de Pesquisa na Amazônia (DP Amazônia<sup>53</sup>), a oficina teve como foco abrir para o debate: “Como Fortalecer a Transição Agroecológica nos Territórios Amazônicos?” Com isso, foi possível perceber que a Trajetória da Agroecologia do território da Paraíba possibilitou que os atores de Irituia e Santa Luzia do Pará identificassem elementos para o avanço em seus próprios territórios.

A oficina buscou demonstrar de forma concreta a Trajetória da Agroecologia do Polo da Borborema na Paraíba, juntamente ao papel da comissão técnica AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia<sup>54</sup>, e como esta tem trabalhado na construção do conhecimento agroecológico em redes de agricultores e, sobretudo, agricultoras experimentadoras, ressignificando o papel das mulheres e jovens, mobilização política e desenvolvimento de tecnologia social na região do semiárido.

A trajetória da experiência se iniciou em 1993, com três municípios e seus respectivos sindicatos Solânea, Remígio e Lagoa Seca, que passaram a criar estratégias inovadoras para alavancar a agricultura familiar local. O movimento sindical local vinha se renovando, rompendo com o domínio do poder local, lutando pela reforma agrária, pelos direitos trabalhistas, questões produtivas, acesso a mercado e melhores condições de vida no semiárido.

A primeira ação realizada foi a aplicação de um Diagnóstico Rápido Participativo em parceria com universidades locais, a fim de identificar a diversidade agrícola e ambiental da região, assim como suas diferentes problemáticas, para em seguida buscar alternativas para as diferentes necessidades, sobretudo a seca no semiárido.

A partir da identificação desses fatores se iniciou o processo de experimentação dos agricultores, envolvendo o uso de sementes, novas formas de criações, saúde e alimentação das famílias apresentadas; e como prioridade a construção coletiva do conhecimento da realidade da agricultura familiar local, bem como da luta pela democratização do acesso à água para beber e produzir, por meio de tecnologia social como as cisternas de placas.

Com o passar do tempo as ações desenvolvidas foram levando ao fortalecimento e agregando mais municípios ao Polo. Pode-se citar a ampliação dos processos de experimentação, banco de sementes crioulas e cisternas, ampliando a participação dos STTRS

---

<sup>53</sup> Dispositivos de Pesquisa na Amazônia desenvolvida em parceria de pesquisa e ensino, juntamente a diferentes instituições.

<sup>54</sup> A AS-PTA Agricultura familiar é uma associação que funciona de 1983 e atua para o fortalecimento da agricultura familiar, promovendo desenvolvimento sustentável.

vizinhos em atividades municipais. Muitas políticas públicas foram implementadas e até construídas com a contribuição desta experiência (P1MC e P1+2)<sup>55</sup>.

Atualmente a rede é composta por 15 municípios diretamente relacionados a seus sindicatos e cerca de 150 associações comunitárias e 1 organização regional de agricultores ecológicos. Dentro desta trajetória destaca-se a forma de fortalecimentos de agricultores e agricultoras por meio da capacitação técnica, metodológica, sócio-organizativa e políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável.

Ilustrada a trajetória do Polo da Borborema aos atores dos municípios do Nordeste paraense, percebe-se que há semelhança entre as três trajetórias em seu início. São elas: no auxílio de instituições não governamentais para o avanço da agricultura familiar, o estabelecimento de relações com os STTRS, a mobilização política e a autonomia dos atores. No entanto, é perceptível que as trajetórias foram se moldando devido à tomada de ação dos atores locais.

Percebe-se que algumas dessas ações têm se perdido ao longo do tempo e que necessitam de um impulso para retomada de auto reconhecimento, da articulação sindical e do incentivo aos diferentes atores para buscarem se inserir nos processos de transição agroecológica. Com isso procurou-se refletir sobre alguns pontos, a partir de alguns questionamentos, são eles:

- a) Quais ideias ou elementos vocês tiram das experiências do Polo da Borborema para apoiar as transições agroecológicas amazônicas locais?
  - b) O que falta para fortalecer essas transições?
  - c) Quais seriam as primeiras ações desenvolvidas (Organizacionais e não organizacionais)?
- 
- a) Sistematização e socialização das trajetórias e seus elementos

Durante a oficina foram demonstrados passos fundamentais da trajetória agroecológica na Borborema. Tal demonstração só foi possível devido ao método de sistematização das experiências realizadas pelos atores do polo. Essa sistematização é realizada para que os envolvidos consigam visualizar suas etapas, tirem ensinamentos para alinhar as suas ações futuras e facilitar os intercâmbios.

---

<sup>55</sup> Programa Um Milhão de Cisternas que se iniciou como um projeto da organização civil local e evoluiu para uma política pública.

#### b) Competência e poder organizacional

O Polo da Borborema, durante seus 21 anos de experiências de base agroecológica, mostrou grande competência e poder organizacional ao conseguir transpor suas demandas locais. Algumas destas demandas foram focalizadas na estruturação de bancos de sementes, acesso à água de qualidade para consumo e produção, segurança alimentar e nutricional. Capacidade também de ter criado um ator político, pois o polo é capaz de representar os agricultores. Assim, nessa sequência a trajetória do Polo da Borborema foi pautada na busca por articulação com o governo estadual, havendo a ampliação de tecnologias sociais, assim como contribuíram para a construção do Programa Fome Zero.

Dentro das realidades do Nordeste paraense é presente o distanciamento entre a esfera do poder público a nível municipal, estadual, entre as organizações sociais locais, havendo em muitos casos incompatibilidade dos projetos apresentados para as reais demandas da população rural. Neste aspecto é necessário criar condições para que os atores possam dialogar.

Proposição e fortalecimento de políticas públicas locais e regionais, como autonomia política dos atores envolvidos. Dessa maneira é fundamental que os atores locais ocupem cargos públicos, organizem-se e pressionem o governo local para que tenham suas demandas atendidas.

#### c) Movimento sindical

Os participantes identificaram que os sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais da região participaram e conduziram a trajetória agroecológica do Polo da Borborema. Essa participação garantiu levar atores mediadores a se articularem com a gestão local e atender às demandas do agricultor familiar local.

Tal articulação já ocorreu nos municípios de Irituia e Santa Luzia do Pará entre as décadas de 1980-1990. Mas, hoje percebe-se um desligamento entre as atividades desenvolvidas pelo STTRS e as demais instituições que se fazem presentes. Isso dificulta a ação coletiva mais ampla a desenvolver o lado político que os sindicatos têm. Desse modo, há emergência de uma efetiva participação do movimento sindical com intencionalidade nas pautas agroecológicas, como a participação e protagonismo de homens, mulheres e juventude, para a renovação das ideias e ampliação do debate e articulação com outros movimentos sociais e diferentes instituições.

#### d) Debate coletivo local

Outro elemento de extrema importância identificado foi o debate coletivo, da escala local até a escala macro, entendendo-se que os fatores externos como políticas públicas, condições econômicas e ambientais são determinantes e influenciam diretamente a realidade do campo. Nessa perspectiva, durante a construção desta pesquisa foi possível constatar que o debate local tem sido realizado, entretanto é necessário ir para além disto, para compreender como decisões tomadas em nível macro atingem diretamente a região.

#### e) Intercâmbios

A Valorização dos intercâmbios foi fundamental para a trajetória do Polo da Borborema, a troca entre agricultores<sup>56</sup>, sobretudo a troca de saberes entre agricultores da Paraíba e seus diferentes municípios, que impulsionou o fortalecimento dos laços organizativos entre agricultores, lideranças sindicais e AS-PTA. Os intercâmbios proporcionaram trocas de experiências e possibilitaram a aprendizagem coletiva. Os agricultores do Nordeste paraense têm acumulado diferentes experiências de intercâmbios entre si, contudo percebe-se que a prática deve ser intensificada e institucionalizada, como no caso da Borborema, tornando-se a execução dos intercâmbios indissociável das atividades exercidas.

#### f) Gênero

O Polo da Borborema tem acumulado um intenso avanço dentro da luta das mulheres durante a sua trajetória agroecológica. Essa trajetória tem garantido a inserção e participação da mulher nos espaços de debate, isto é, sindicatos, lideranças de organizações locais, associações e diferentes grupos. Estimulando mulheres agricultoras experimentadoras a dialogarem e trocarem saberes entre si, construindo uma rede de mulheres agroecológicas capaz de gerar experiências ricas de experimentação técnica e social e estimular intercâmbios e sistematização dessas ações.

---

<sup>56</sup> Exemplo de intercâmbio bem-sucedido no Polo da Borborema foi o intercâmbio Campesino Campesina realizado na Nicarágua em 1996, entre agricultores do polo, lideranças sindicais, técnicos da AS-PTA expostos para os participantes da oficina de intercâmbio. A experiência de intercâmbio na Nicarágua foi fundamental para impulsionar os participantes a difundirem seus conhecimentos, tal como aprimorar o intercâmbio como uma ferramenta metodológica de construção do conhecimento.

A autonomia das mulheres foi um dos pontos reconhecidos durante a trajetória da agroecologia e fundamental para o avanço da transição agroecológica. No município de Irituia percebe-se que as agricultoras têm buscado ocupar espaços de liderança e reconhecimento do próprio trabalho. Porém, ainda encontram entraves como ainda o pensamento dos companheiros dentro das instituições formais e não formais. As mesmas apresentam experiências agroecológicas no município, mas percebe-se que é necessário fortalecer e agrupar essas mulheres e seus projetos que estão dispersos pelo território.

Já no caso de Santa Luzia do Pará, o reconhecimento do papel da mulher na Agroecologia se encontra de modo bastante expressivo, principalmente para os que estão de fora, pois percebe-se que ao longo da trajetória as mulheres têm se auto-organizado, seja tanto pela AMOL, como por outras associações de comunidades rurais do município. As mulheres são as maiores responsáveis por processar e beneficiar os produtores da Rede Bragantina, sendo capazes de agregar um valor diferenciado ao acessar o mercado institucional e feiras diferenciadas. As mulheres também se destacam por terem se debruçado sobre a soberania alimentar como fonte de saúde, cultura, além de ato político em sociedade.

#### g) Fundos rotativos

Os fundos rotativos foram um dos elementos que mais se destacaram durante a oficina, de modo que a possibilidade para os agricultores do semiárido de terem acesso aos fundos rotativos foi o que permitiu acesso a melhores condições de vida. O recurso do fundo rotativo neste caso foi usado para a construção das primeiras cisternas, bem como a construção e reformas de cozinhas padronizadas para o beneficiamento das produções, sendo fundamental para as condições tanto de saúde das famílias quanto de produção. Apesar da cooperativa COOMAR e a D'Irituia apresentarem teoricamente sistemas semelhantes, foi levantada a funcionalidade dos fundos rotativos no Polo da Borborema, como de fato os fundos chegaram a atingir boa parte de seus associados de forma prática e rápida. Resultado da organização e comprometimento de todos os membros, havendo a contribuição de todos, sabendo-se que quanto mais membros pudessem acessar o recurso, mais fortalecida a unidade familiar beneficiada se tornaria, assim como a organização do grupo, sendo de consentimento de todos que o recurso volta para organização para beneficiar outra família.

### 6.1.1 O que falta para fortalecer essas transições?

#### a) A inserção do Jovens na agroecologia

Atualmente o Polo da Borborema tem trabalhado desde cedo a formação agroecológica, demonstrando a importância de princípios agroecológicos desde a infância, fazendo com que as crianças passem a se envolver nas atividades, a inserção da juventude na vida política e sindical, com incentivos de suas famílias, sempre numa perspectiva de dar condições do jovem viver no campo com qualidade.

Em Irituia vem-se trabalhando a importância de sistemas agroflorestais por meio do projeto REFLORAMAZ, assim como em algumas escolas a formação de hortas agroecológicas e viveiros por meio do incentivo da Secretaria de Agricultura local. Contudo, é preciso um maior envolvimento da comunidade escolar. Em Santa Luzia do Pará, a Escola ECRAMA realiza esse papel de formação, sobretudo através do curso Agroecologia e Cidadania, mas não chega a atingir o público infantil. Outro ponto destacado pelos agricultores é a qualificação continuada dos agricultores já envolvidos nos processos de transição agroecológica, entendendo-se que é indispensável inovar nas diferentes dimensões da Agroecologia para se alcançar a transição. A falta de integração dos jovens da Rede Bragantina após o término do curso condiciona a fragilidade da Agroecologia e a não renovação das ideias, pois não é suficiente construir competências, assim como contribuir nas lutas e conquistas.

#### b) Sistematização e difusão de bancos de sementes

Na região da Borborema, os agricultores e agricultoras que preservam suas sementes em local seguro, sendo estas passadas de geração em geração receberam o nome de guardiões das sementes e as sementes nomeadas de Sementes da Paixão.

Em 2017 a Rede Bragantina recebeu a nomeação de Guardiões das Sementes no X Congresso de Agroecologia Brasileira. A rede tem agrupado uma maior diversidade de sementes a fim de protegê-las e possibilitar a troca entre os agricultores. Já em Irituia foi identificado que isso é feito de forma individual ou apenas entre familiares e amigos, contudo os próprios agricultores percebem a necessidade de se fazer um banco coletivo a fim de beneficiar a todos agrupando sementes de qualidade, resistentes e maior variedade.



### 6.1.2 Quais seriam as primeiras ações a desenvolver para o avanço da transição agroecológica (Organizacionais e não organizacionais)?

#### a) Valorização e criação de metodologias de sistematização das experiências

Durante as trocas de experiência muito foi questionado sobre como o Polo da Borborema conseguiu avançar ao longo dos anos, de que forma conseguiu um intenso processo de sensibilização da sociedade civil. A resposta foi todo o processo de sistematização das experiências vividas que vem permitindo um maior entendimento da realidade, ao permitir tirar ensinamentos de ações anteriores, criar tecnologias e planejar ações futuras.

Foi possível identificar que a realidade possui fraquezas, mas também o atual estado da Agroecologia nos municípios e as prioridades elencadas pelos atores direcionam para uma clara necessidade e preocupação de avanço. É visível que muitos desses processos de avanço já se iniciaram, mas eles precisam ser visualizados pelos atores locais para serem valorizados e aprimorados.

#### b) A valorização de intercâmbios entre as redes regionais

A experiência dos atores locais com os atores representantes do Polo da Borborema despertou uma intensa troca entre os participantes e a valorização de intercâmbios entre as redes regionais, chegando à conclusão que as intensificações das práticas de intercâmbios são fundamentais. Estas práticas já vêm sendo realizadas, todavia, os atores identificam que é necessário ampliar suas escalas, não se deter apenas ao local. Eventos como esse apontam diferentes fatores para fortalecer a transição agroecológica, ao possibilitar a aprendizagem, troca de saberes, estreitar as relações entre os envolvidos e suas instituições podendo vir a auxiliar e apoiar os processos de transição e institucionalização.

Debates temáticos, considerando as dinâmicas locais e regionais, foram apontados como sendo fundamentais para o avanço dos processos de transição, entendendo-se que é preciso ampliar o debate a ponto de atores e instituições, que ainda não percebem as ações baseadas em princípios agroecológicos, passem a ver como possibilidade de desenvolvimento, assim como ampliar os conhecimentos e o nível de ação dos já envolvidos.

#### c) Feiras

As feiras municipais foram destacadas pelos atores participantes como elemento basilar para o fortalecimento da Agroecologia nos municípios e como sendo um dos primeiros pontos a ser fortalecido. O fortalecimento de feiras locais mais do que a comercialização dos produtos

agroecológicos, dentro do próprio município, representa a difusão das experiências realizadas. O papel da feira também se apresenta como a construção da ação coletiva e autonomia dos atores fortalecendo, verificando que o distanciamento entre poder político local e as ações agroecológicas forçam os agricultores a criarem estratégias para sua reprodução social, tal qual a feira se apresenta.

## **6.2 Percepções dos atores sobre o nível de Institucionalização e perspectivas futuras para a agroecologia**

Visto os elementos que os atores apontaram como fundamentais para avançar na transição agroecológica no caso de Polo da Borborema-PB, que poderiam ser pensados para a realidade do Nordeste paraense, buscou-se compreender o nível atual de institucionalização da Agroecologia e suas perspectivas para avançar em respectivos municípios de Irituia e Santa Luzia do Pará.

Com isso, a partir das entrevistas realizadas foram selecionados 6 atores<sup>57</sup> de cada realidade, que percebem a agroecologia como institucionalizada, incorporada nas ações desenvolvidas nos municípios e no discurso dos atores. Para tal, buscou-se classificar em nível baixo, médio, médio-alto e alto e quais são as possibilidades de avanço na visão desses atores.

O município de Irituia apresenta a dimensão técnico-produtiva e ambiental da agroecologia avançada, devido à realidade dos SAFs, que tem permitido aumento de produção, benefícios ambientais e vários outros, que acabam por fortalecer a Agroecologia, estando diretamente relacionada à institucionalização da agroecologia. Contudo, existem fragilidades a serem superadas que ultrapassam as questões produtivas e ambientais, resultando em diferentes percepções acerca do nível de institucionalização atual, assim como diferentes perspectivas para o avanço da agroecologia.

---

<sup>57</sup> Estes 6 atores correspondem a professores, secretários de agricultura e meio ambiente. Os atores foram selecionados a partir de um universo de 52 entrevistas, por acreditar-se que compreendem institucionalização como ferramenta de consolidação da agroecologia.

**Quadro 12** – Nível e institucionalização e perspectivas em Irituia

Nível	Nº atores	Discurso – Perspectivas
<b>Baixo</b>	1 Agricultora	Baixo. Se avançasse na troca de conhecimento melhorava. Tem pessoas que vê que aqui tem sua importância e para ele é um grande conhecimento nessa área toda. Tem gente que não é agricultor, vem numa área dessa aqui e pensa que é só desmatar, plantar, arrancar, rapa mandioca. Então, isso aqui é um trabalho importante você pode fazer outras coisas do que só roça, então do que você quiser colher é possível (agricultora, Irituia, 13 de novembro de 2018).
<b>Médio</b>	3 Agricultores e Secretária de agricultura	Médio. É uma questão de consciência. Eu não poderia te dar nível médio-alto. Porque muitas pessoas já trabalham com a agroecologia e nem sabiam. A agroecologia é como a casa, a terra cultivada onde moramos. Que nós devemos cuidar dela é um conjunto de termos. Não tem como ser agroecológico se eu pego e uso veneno. É um conjunto de coisas que vai superar um mal maior. Talvez já tenham pessoas que estejam dentro dessa agroecologia, mas não sabem o significado da agroecologia; pelo que a gente anda a agroecologia está num médio (Secretaria de agricultura, Irituia, 13 de novembro de 2018).
<b>Médio-alto</b>	1Agricultor	Médio-alto. Mas acho que tá faltando um incentivo, mostrar uma saída pro agricultor. Tinha que ter mais incentivo pra agricultura familiar, mais união, mais palestras. O município, se a gente for analisar é um município muito agrícola, porque tem muita gente trabalhando em sistema agroflorestal hoje. Tem a secretaria? Tem. Mas ela não vai da conta só, porque tem que ter EMATER, é um órgão forte, por que é do governo do estado e tem como fazer projeto (agricultor, Irituia, 13 de novembro de 2018).
<b>Alto</b>	1Agricultor-professor-cooperado	O nível se tu for ver as práticas agroecológicas que são feitas aqui mesmo sem as pessoas saberem o que é agroecologia já é alta. O que faltaria é a divulgação sobre essas práticas agroecológicas. Os cooperados já sabem o que eles estão fazendo, os mercados estão aí, mas falta é tornar isso economicamente viável. Mercado já não tem o que criar, as esferas existem, os canais existem. O que falta é acessar, não adianta vir aqui fazer outro levantamento, outro diagnóstico. Vamos acessar novos canais, os canais que vocês já conhecem. Para melhorar de vida, para os cooperados produzirem mais, para ampliar a ideia agroecológica a gente tá cobrando muito isso das instituições que estão se aproximando da gente, se não, não tem sentindo sabe? (13 de novembro de 2018).

Fonte: Elaborado pela autora. Trabalho de campo (2018).

Os atores entrevistados percebem a Agroecologia como institucionalizada no município, onde apontam que o seu avanço não consiste apenas no fortalecimento das práticas produtivas, mas que também estão ligadas aos processos de ensino-aprendizagem e ação coletiva. Eles percebem que há a necessidade de ampliar a troca de informações entre si, isto é, trata-se da ampliação de uma rede de contatos consistentes que possa de fato contribuir para o avanço das ações e conhecimentos dos indivíduos, questões motivacionais, acesso à assistência e políticas públicas direcionadas à agricultura.

Em Santa Luzia do Pará, o nível de institucionalização parece bem definido, tal como as reais necessidades para se avançar com relação à consolidação da Agroecologia. Dos 6 selecionados, 4 acreditam que o nível de institucionalização se encontra no nível médio e com

possibilidades de avanço definidas. No entanto, que necessitam ser trabalhadas como demonstra a tabela do discurso dos atores.

**Quadro 13** – Nível e institucionalização e perspectivas em Santa Luzia do Pará

Nível	Nº atores	Discurso – Perspectivas
<b>Baixo</b>	2 Técnico da EMATER, Secretário de meio ambiente	Baixo. Tudo pela agricultura familiar demora muito, até um selo de orgânico é difícil. Tratar a agricultura familiar ainda é muito delicado. Nós temos um atendimento diferenciado, hoje temos horta 100% agroecológica, sem usar um adubo ou veneno químico. Nós temos sistema agroflorestral totalmente agroecológico, mas tudo ainda em transição, mas tudo ainda em questão de análise. Para avanço nós sugerimos as hortas e propomos os intercâmbios... em castanhal e Ananindeua. Os meninos (alunos) da ECRAMA já vêm aplicando as técnicas em suas propriedades e a gente chega e verifica lá, já tem uma abertura maior, mas os demais não (engenheiro agrônomo, EMATER, Santa Luzia do Pará, 25 de abril de 2018).
<b>Médio</b>	4 Assessoria da Rede Bragantina. Egressos da escola Ecrama, Msc. em Agricultura familiar	Olha, posso classificar como médio, a partir de algumas visitas em algumas comunidades e a partir dos relatos dos estudantes da turma do ano passado e desse ano. Eu pude acompanhar dois módulos, porque em algumas comunidades sempre tem aquelas pessoas que resistem à agroecologia, tipo nem todo mundo trabalha com a agroecologia na sua propriedade. Eu acho que a escola ECRAMA e o grupo Rede Bragantina, por estar dentro de Santa Luzia, são as peças fundamentais para alcançar o nível alto. Tipo tentar ingressar mais estudantes na escola das comunidades do município. E a rede ela pode dialogar, mas também com as comunidades o sindicato dos trabalhadores rurais organiza feira em que os produtos sejam agroecológicos. Tipo assim tem a possibilidade de que os agricultores possam trabalhar mais com a agroecologia...e é uma maneira de estimular a agroecologia no município...eu acho q é isso (Egresso da ECRAMA e colaborador da rede, Atualmente Engenheiro de Pesca e integrante do Movimento Camponês Popular - MCP Santa Luzia do Pará, 9 de dezembro de 2018).
<b>Médio-alto</b>	-	
<b>Alto</b>	-	

Fonte: Elaborado pela autora. Trabalho de campo (2018).

Dos 6 entrevistados, 2 consideram a institucionalização da Agroecologia com nível baixo, pois a percebem apenas pelo viés da dimensão técnico-produtiva, pautando-se nas práticas apresentadas por manuais pré-estabelecidos e nas orientações pré-definidas por técnicos agrícolas. A percepção desses atores também reflete o papel que suas instituições têm exercido no município, o distanciamento ao que se refere ao processo de institucionalização da Agroecologia. Ao analisar como os atores a têm percebido nos municípios e até mesmo em suas instituições, identificando conflitos na compreensão entre a agricultura familiar e a agroecologia, entendendo-se que ambas podem estar relacionadas no contexto local, contudo

existe uma carência de políticas públicas de apoio à agricultura familiar que sejam direcionadas ao uso de ferramentas da Agroecologia.

Ao serem questionados sobre as perspectivas futuras, os atores apontaram ações fundamentais que contribuem para o avanço da Agroecologia como um todo, como o incentivo de intercâmbios focando nas trocas de experiências. A consolidação da Agroecologia cada vez mais depende da aproximação entre as instituições, como é o caso do STTRS local e o debate acerca da Agroecologia, que vem sendo realizado pela Rede Bragantina e a escola ECRAMA.

### **6.3 Fragilidades e potencialidades: proposições para um novo debate**

Foi verificado no decorrer da pesquisa que mesmo havendo quase três décadas de adoção de princípios agroecológicos e avanços, há desafios a serem superados, uma vez que ambas as realidades são resultado de uma sequência de decisões e ações, tanto externas quanto internas aos territórios. A sequência de experiências que compôs as trajetórias agroecológicas foi resultado do cenário político disponível ou indisponível, proporcionando aos envolvidos vivenciar processos de experimentação, seja por meio da introdução de inovações ao que se refere às práticas introduzidas, por meio de programas federais, quanto às ações organizativas autônomas dos atores locais, gerando formas de aprendizagem individual e coletiva.

Os caminhos que possibilitaram a tradução (ou transcodificação) (Lascoumes, 1997) da visão de agroecologia construída, historicamente, pelas redes de organizações sociais em um enfoque capaz de influenciar a formulação e implementação de políticas públicas, foram sendo traçados em um processo descontínuo e, em alguma medida, disperso, que atravessou diferentes arenas e espaços de interação social (NIEDERLE et al., 2019, p. 8).

A falta de integração entre os elementos disponíveis e a desarticulação de atores e instituições presentes nos territórios contribuiu para que ações de impacto positivo passassem a não ter o devido desdobramento. A falta de diálogo é uma fraqueza que nas duas experiências são sentidas na implementação de projetos e políticas públicas nos territórios, a compartimentação das ações exercidas por atores, a não articulação entre instituições que claramente poderiam trabalhar em sincronia para o avanço da agroecologia. Como exemplo desse não diálogo pode-se destacar as ações exercidas por instituições locais, como SEMA, SEMAGRI, STTRS, EMATER, ADEPARÁ que se concentram em atividades dispersas que poderiam dialogar entre si.

Apesar de perceber o avanço da Agroecologia por meio da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), foi verificada a desarticulação entre a assistência técnica local, que tem focado na expansão de um modelo produtivista, tecnológico e exógeno à realidade da Amazônia, distante de atividades com princípios agroecológicos. Nesse sentido, a possibilidade de estratégia futura para fortalecer a Agroecologia nos municípios é também a institucionalização de agricultores experimentadores e agentes de desenvolvimento formados pela ECRAMA, por parte das prefeituras, a fim de compensar a fragilidade e desarticulação da ATER com a agricultura familiar, que se utiliza da agroecologia.

Outro ponto fundamental para o avanço da Agroecologia é dar real funcionalidade aos conselhos municipais, contendo atores-chave de diferentes instituições locais, que precisam ser inseridos no debate da agroecologia, para criação de estratégias conjuntas para obter organização, informação e clareza de ideias para tomada de decisões futuras. As próprias representações locais percebem a necessidade de diálogo, sobretudo com o poder público local:

As comunidades que possuem seus sistemas tradicionais dos quais a agroecologia procura trazer esses saberes para a produção de novos saberes para as suas práticas né? Isso não é visto por eles. Então se isso pudesse estar sendo visto por eles em seminários e provocar um debate sobre o que realmente importa pra agroecologia, que vão além dos aspectos produtivos, pois tem o aspecto organizacional, tem a questão econômica que eu acredito que poderia dar o primeiro passo de contribuição (Coordenação da Rede Bragantina de Economia Solidária Artes e Sabores, Santa Luzia do Pará, 06 de dezembro de 2018).

As instituições apresentam diálogos diferenciados ao serem questionadas sobre Agroecologia e como os princípios vêm sendo realizados em ambos. Em Irituia o debate se encontra limitado aos participantes das cooperativas e a atores-chave como secretários e casos isolados de indivíduos anteriormente envolvidos em projetos. Já em Santa Luzia do Pará o debate se encontra mais aprofundado, no que concerne aos atores locais e à incorporação do discurso, englobando atores participantes e parceiros da Rede Bragantina, assim como alunos que passaram pela escola ECRAMA.

Esse diálogo ocorre de forma dissociada do poder local, carecendo de apoio em diferentes situações. Apesar desse distanciamento, tanto de ideias quanto de prioridades, percebe-se que os grupos têm buscado pressionar o poder local e também incluir atividades da agricultura familiar na agenda política local. Em Santa Luzia do Pará a rede tem feito um esforço para dialogar entre diferentes grupos e aproximar o poder local, assistência técnica, agricultores e STTR nas atividades:

Então eu acho que deveria ver e pensar em ações em poder ser mais... e esclarecer essa questão e difundir mais essa ideia da agroecologia, num primeiro momento, na base teórica. Não sei se é seminário, se é dia de campo ou algumas coisas assim, depois ver como na prática algumas ações que o agricultor possa se apropriar mais de tudo isso. E neste sentido a prefeitura demonstra um interesse, as secretarias apresentam mais um papel político, então não sei até que ponto ela poderia ser uma nossa parceira. De que maneira poderia contribuir. Tem a EMATER que é bem atuante aqui e o técnico que é bastante aberto que poderia contribuir e ser nosso aliado nesse sentido (Coordenador da escola Ecrama, Santa Luzia do Pará, 06 de dezembro de 2018).

Apesar de considerar os avanços a nível nacional como o caso na PNAPO e PLANAPO, ainda há uma carência de leis locais que garantam condições diferenciadas para produtores agroecológicos – por exemplo, a regularização de feiras da agricultura familiar e agroecológica dentro dos municípios, o que viria fortalecer a Agroecologia e tiraria a dependência comercial que muitos atores têm com os programas PAA e PNAE, que se apresentam em processos de desmanche.

A atuação de mulheres de Santa Luzia do Pará e Irituia é uma potencialidade, pois as mesmas são responsáveis pela produção e comercialização de produtos agroecológicos, e grande capacidade de articulação com outros grupos, como acontece com o MMNEPA, em muitos casos exercendo um papel regional significativo, mas que dentro de seus municípios ainda se apresentam isoladas ou pouco valorizadas.

A não renovação do corpo de atores se apresenta como uma fragilidade emergente, verificando que as lideranças e atores mediadores têm envelhecido e se afastado das atividades, cada vez mais necessitando do envolvimento dos jovens não só nas novas institucionalidades que vêm se organizando nos territórios, mas nas antigas organizações como as cooperativas e os STTRs, que necessitam renovar o quadro de atores e ideias. Para conseguir este envolvimento deve-se criar métodos de animação, para que estes jovens continuem ou passem a manter contato.

Em síntese, foi possível verificar que as maiores fragilidades estão atreladas à falta de debate e articulação e à não renovação dos atores. Desse modo há emergência na total inclusão dos jovens e mulheres e em corrigir a falta de proposição para metodologias de sistematização das ações. Esta última foi apontada pelos atores locais como necessária para o avanço das ações futuras e a compreensão da própria trajetória. Como foi realizada com o Polo da Borborema, onde os atores locais tomaram para si a tomada de decisão, sendo capazes de racionalizar e operacionalizar suas ações a partir de suas ideias e interesses e avançar com o fortalecimento

da institucionalização da Agroecologia nos municípios. Dessa forma, algumas das proposições apresentadas no decorrer deste capítulo se referiram principalmente ao diálogo entre os atores, à valorização dos saberes locais, à gestão social dos atores que vêm sendo realizada a partir da institucionalização da Agroecologia nos municípios ao longo de suas trajetórias, como estas têm avançado para a consolidação da Agroecologia.



## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa apontou o nível atual de consolidação da Agroecologia em duas experiências no Nordeste paraense, por meio de processos de institucionalização da agroecologia nos municípios de Irituia e Santa Luzia do Pará, analisados através de suas trajetórias. Para tal, foram verificados e analisados elementos que compuseram as trajetórias, que permitiram confirmar a hipótese de que analisar diferentes territórios permite encontrar diferentes formas de institucionalização e que a trajetória dos contextos sociais, econômicos, institucionais e políticos locais podem explicar a possibilidade e o nível de institucionalização da agroecologia nos territórios, o que se traduziu na pesquisa por processos de transição diferenciados.

Os processos de institucionalização da agroecologia estão ligados a diferentes experiências atreladas ao tempo e às mudanças ocorridas no decorrer de suas trajetórias. Estas mudanças envolvem todo o aprendizado que molda as ações dos atores ao longo do tempo e conseqüentemente seu estado atual de consolidação da Agroecologia. Com efeito, a Agroecologia tem sido institucionalizada a partir de elementos contidos em diferentes ciclos de sua trajetória, que foram incorporados a partir de uma racionalidade dos atores envolvidos, bem como seus interesses e a partir de suas escolhas, fazendo com que estes passassem a compartilhar ideias e institucionalizá-las.

Durante a trajetória de institucionalização da agroecologia apontou-se que o próprio processo de ocupação do Nordeste paraense, práticas produtivas, relações sociais e políticas estabelecidas ao longo das trajetórias, deram condições para o estado atual da agroecologia. Todavia, os níveis atuais estão ligados a contextos sociais, econômicos, institucionais e políticos, tanto em nível local quanto macro e que a análise de experiências como as de Irituia e Santa Luzia permite chegar a processos de consolidação e transições agroecológicas diferenciadas.

Até o Ciclo IV os municípios apresentaram trajetórias semelhantes. No entanto, estas foram se distanciando devido à escolha dos atores com a criação de novas institucionalidades e influências externas no que diz respeito a programas federais, projetos e organizações não governamentais.

No caso de Irituia, toda sua trajetória agroecológica foi conduzida a partir da difusão dos sistemas agroflorestais, passando da produção para o autoconsumo dos tradicionais quintais, a ampliação e criação de novos SAFs. O Ciclo IV foi o período que agrupou mais

experiências de cunho agroecológico, devido ao momento político favorável à agricultura familiar, que contribuiu para a implementação de programas federais voltados para desenvolvimento socioambiental através da agricultura familiar e compra institucional.

Em Irituia este ciclo alinhou as ações do governo federal, o governo Lula de 2003-2011 e a gestão local, representada no papel da Secretaria de Agricultura no município, marcando o período de maior fortalecimento da Agroecologia, tanto ao que se refere à questão produtiva em relação às SAFs, mas também o início do debate agroecológico, passando a tratar a Agroecologia como um modelo de produção e organização para a agricultura familiar, dando suporte à criação de novas institucionalidades como a criação de cooperativas.

O mesmo ciclo em Santa Luzia do Pará também foi marcado pela construção e fortalecimento da agroecologia, diferentemente de Irituia que recebeu diferentes incentivos federais e de instituições de pesquisa privada. Já Santa Luzia do Pará continuou sua trajetória com incentivos da Igreja, ONGs e outras organizações. Contudo, a ausência de ferramentas políticas marcou a trajetória do município pela busca de autonomia e a criação das próprias ferramentas, que impulsionaram a Agroecologia, resultando na criação de suas novas institucionalidades como a Rede Bragantina de Economia Solidária e ECRAMA, que passaram a levar a Agroecologia como base para um desenvolvimento sustentável.

As trajetórias permitiram identificar a Agroecologia institucionalizada nos municípios, devido a seus momentos fundamentais e à forma como esta tem-se traduzido em formas de regulamentação de suas organizações, por meio de acordos comuns, regras e estruturas de incentivo para restringir e condicionar a interação entre os atores, mas que também implicam diretamente nas ações desenvolvidas individualmente em seus agroecossistemas, prevendo o benefício da organização como um todo.

No entanto, foi identificado através das entrevistas que não existe um referencial comum sobre a Agroecologia nos municípios, é necessário construir o debate e homogeneizar o nível de entendimento. A compreensão dos termos e a existência de ações agroecológicas no município permitem avançar na sua consolidação e a continuidade de sua trajetória, sendo necessário avançar com o diálogo.

Apesar de Agricultores familiares e atores envolvidos com movimentos sociais, redes, cooperativas e instituições de ensino-pesquisa-extensão serem atualmente os responsáveis por difundir o debate agroecológico, é necessário criar formas de aproximar o STTRS local, que se apresenta distante do debate agroecológico e desarticulado das ações executadas nos municípios.

As ações ocorridas nos municípios e suas atuais potencialidades e fragilidades correspondem a uma sequência de elementos correlacionados e indissociáveis de eventos externos como contexto político e econômico. Porém, as ações internas aos municípios como a tomada de decisão dos atores é que vão determinar a intensidade dos impactos sofridos. Neste sentido, foi verificada a necessidade de superar fragilidades e fortalecer potencialidades já existentes.

As organizações locais devem fazer esforços para superar as fragilidades e promover o avanço do debate agroecológico, a renovação das lideranças, a inserção da mulher e da juventude, a ocupação do STTRs e remodelação do papel dos atores mediadores para promover a autonomia e tomada de decisões, não havendo concentração de poder, para que estes atores sejam capazes de articular organizações locais e instituições, sobretudo públicas que possam permitir ações com base em princípios da agroecologia.

A realização de intercâmbios é uma potencialidade a ser resgatada, pois permite gerar trocas entre agricultores, participantes do sindicato, grupos de mulheres e agentes de desenvolvimento local. Percebeu-se a necessidade de socializar experiências já consolidadas na Agroecologia através de intercâmbios. Essa socialização contribui para que atores que estão em processo de consolidação da Agroecologia possam construir coletivamente ferramentas, tecnologias sociais que contribuam para o avanço, além da realidade local.

A difusão de experiências e conhecimentos agroecológicos, tanto técnicos quanto organizativos, assumem um papel fundamental no processo de transição agroecológica e consolidação da agroecologia, passando diferentes dimensões da agroecologia que se fazem presentes nas trocas de experiências, permitindo a união de saberes das mais diversas áreas, gerando ensinamentos.

Essa exposição deve ser feita não só entre agricultores, mas também entre agricultores e instituições que se encontram afastadas, demonstrando o que se têm realizado. Desse modo, é fundamental pensar na Agroecologia como ciência criadora de tecnologias sociais, ferramentas de sistematização das experiências para montar estratégias de reivindicação, negociação, trocas e estabelecer diálogos, eliminando relações de dependência e construindo relações de cooperação.

Consolidar a Agroecologia nos últimos ciclos das trajetórias tem sido delineada e institucionalizada pelas novas institucionalidades criada por diferentes atores e a busca por novos mercados como feiras intermunicipais, comércio institucional, venda para indústria cosmética e processos de certificação que garantam circuitos de comercialização longo.

No atual contexto, percebe-se a desestruturação de políticas públicas e redução de recursos para investimentos na agricultura familiar e consequentemente na Agroecologia, como é o caso da redução máxima do Programa de Aquisição de Alimentos. Desta forma, diversificar as atividades é uma das formas de assegurar a reprodução social dos atores no campo. Pois, entende-se que a divergência com o atual contexto político pode direcionar os territórios a retrocessos no que diz respeito às questões econômicas, sociais e organizativas. Nesse sentido, toda e qualquer forma de fortalecimento está dependendo da organização dos atores, resgatando autonomia e assumindo a tomada de decisão, renovação dos atores e das ideias e busca por articulação para ocupação de espaço políticos, para que haja pressão para a criação de leis locais que assegurem a Agroecologia.

As trajetórias demonstram que já se alcançou elementos fundamentais para o fortalecimento da Agroecologia enquanto prática, mediante a apropriação de técnicas produtivas complexas. A institucionalização da agroecologia nestas trajetórias se construiu enquanto movimento social e político, a partir da intensa organização dos atores, articulação de mulheres na agroecologia dentro e fora de seus territórios, a construção de redes de comercialização e informação. Mas existem gargalos a serem superados e é preciso alcançar o fortalecimento da Agroecologia enquanto ação política baseada numa ação coletiva fortalecida. Concluindo-se que as experiências do Nordeste paraense têm como resultado ensinamentos para os próprios agricultores em seus respectivos municípios, assim como para outras realidades, entendendo-se que as fraquezas fazem parte de toda e qualquer trajetória, que são fatores que podem impulsionar a busca por melhorias e futuras potencialidades.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. Agroecologia: paradigma para tempos futuros ou resistência para o tempo presente? **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 6, n. 6, p. 29-40, 2002.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia** – a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998. 110 p.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.
- ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Mudanças climáticas e agricultura camponesa: impactos e respostas adaptativas. **Agriculturas**, v. 6, 2009.
- ANGEON, V.; OZIER-LAFONTAINE, H.; LESUEUER-JANNOYER, M.; LARADE, A. Agroecology theory, controversy and governance. In: OZIER-LAFONTAINE, H.; LESUEUER-JANNOYER, M. **Sustainable agriculture review**, v. 14, França: Springer, 2014, p. 1-22. Disponível em: <<https://goo.gl/88vcL6>>.
- AZEVEDO, H. P. **Transição agroecológica**: reflexões a partir de agroecossistemas de camponeses agroextrativistas na Amazônia numa perspectiva política. 2018 Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, 2018.
- BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar utilizando dados etnográficos. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo**, v. I, II. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BOFF, L. **Dignitas terrae**: ecologia – grito da terra, grito dos pobres. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995. 341p.

BECKER, H. S. **Observação social e estudos de casos sociais:** métodos de pesquisa em ciências sociais. Tradução Marco Estevão e Renato Aguiar. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 117-133.

BENSADON, L. S. **Tecendo projetos políticos:** a trajetória da Articulação Nacional de agroecologia. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

BONNAL, P. Referências e considerações para o estudo e atuação dos programas de desenvolvimento territorial (PRONAT e PTC) na perspectiva da redução da pobreza em Territórios rurais. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Orgs.). **Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil.** Brasília: IICA, 2013. (Série desenvolvimento rural sustentável, v.19)

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Caminhos da agricultura.** ANPPAS, 2002.

BRANDENBURG, A.; LAMINE, C.; DAROLT, M. institucionalização do movimento ecológico na agricultura: mercado e reorganização dos atores sociais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 21, n. 2, p. 221-247, 2013.

PICOLOTTO, E. L.; BRANDENBURG, A. Sindicalismo da agricultura familiar, modelos de desenvolvimento e o tema ambiental. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. de; VEZZANI, F. M. (Orgs.). **Agroecologia:** práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós Edições, 2013, p. 105-138.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Diagnóstico e planejamento de desenvolvimento do território rural do Nordeste paraense.** Capanema, 2006.

BRUMER, A.; ROSENFELD, C. L.; HOLZMAN, L.; SANTOS, T. S. A elaboração do projeto de pesquisa em Ciências Sociais. In: GUAZZELLI, C. A.; PINTO, C. R. J. B. (Org.). **Ciências Humanas:** pesquisa e método. Porto Alegre: UFRGS, 2008, p. 125-147.

CANAVESI, F. de C. (Org.). **Extensão Rural e agroecologia:** para um novo desenvolvimento rural necessário e possível. Camaragibe: Ed. Coordenador, 2015.

CANAVESI, F. de C.; MOURA, I. F. de. **Agroecologia e Extensão Rural Sustentável:** Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER/IICA, v.1, p. 166, 2004.

CANAVESI, F. de C.; MOURA, I. F. de; SOUZA, C. agroecologia nas políticas públicas e processos de segurança alimentar e nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, n. 23, p. 1019-1030, 2016.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural:** contribuições para a Promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007.

CAZELLA, A.; BONNAL, P.; MALUF, R. Olhares disciplinares sobre o território e desenvolvimento territorial. In: CAZELLA, A.; BONNAL, P.; MALUF, R. **Agricultura familiar:** multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 25-45.

COLLADO, A. C; GALLAR, D; CANDÓN, J. L. Agroecología política: la transición hacia sistemas agroalimentarios sustentables. **Revista de Economía Crítica**, n. 16, 2013.

DELGADO, N. G.; GRISA, C. Institucionalidades, governança e projetos territoriais na política de desenvolvimento rural no Brasil. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Orgs.). **Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil**. Brasília: IICA, 2013. (Série desenvolvimento rural sustentável, v.19)

DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. Gestão social e novas institucionalidades no âmbito da política de desenvolvimento territorial. In: DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. (Orgs.). **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011, p. 89-130. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 14)

DIAS, M. M. **As ONG's e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA).**

2004. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GLIESSMAN, S. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

GOMES, C. J. C., ASSIS, W. S. (Orgs.). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Brasília: Embrapa, 2013, p. 245. (Coleção transição agroecológica, 1)

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, 2012.

GRISA, C. Projetos estratégicos e ações para o desenvolvimento territorial: uma análise do PRONAT e do Programa Territórios da Cidadania. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Orgs.). **Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil**. Brasília: IICA, 2013. (Série desenvolvimento rural sustentável, v.19)

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural** [online], Brasília, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014.

GUERRA, G. C. M.; ICHIKAWA, E. Y. As representações sociais da agroecologia para a agricultura familiar – a visão de pesquisadores, extensionistas e produtores rurais. **Desenvolvimento em questão**, [S.l.], v. 11, n. 23, p. 40-73, jun. 2013. ISSN 2237-6453. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2013.23.40-73>.

HOMMA, A. K. O. **Amazônia: meio ambiente e desenvolvimento agrícola**. Brasília: Embrapa-SPI; Belém: Embrapa CPATU, 1998.

HURTIENNE, T. P. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 8, n. 1, p. 19-71, jun. 2005.



MANN, P. H. Etapas da investigação sociológica. In: MANN, P. H. **Investigação sociológica**. 2. ed. Tradução de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 40-61.

MATTOS, L.; BRONDÍZIO, E. S.; ROMEIRO, A.; ORAIR, R. Agricultura de pequena escala e suas implicações na transição agroecológica da Amazônia Brasileira. **Amazônica: Revista de Antropologia** (Online), v. 2, 2010, p. 220.

MEDEIROS, C. A. B. **Transição agroecológica**: construção participativa do conhecimento para a sustentabilidade – resultados de atividades. Brasília, DF: Embrapa, 2011.

MICHELAT, G. Sobre a utilização de entrevista não diretiva em sociologia. In: THIOLENT, M. (Org.). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987, p. 191-212.

MIRANDA, S. B. **Contribuição de quintais agroflorestais para segurança alimentar de agricultores familiares no Baixo Irituia, nordeste paraense**. 2004. 82 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas e desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

MIRANDA, S. B.; KATO, O. R.; SABLAYROLLES, M. das G. P. Importância das espécies alimentícias dos quintais agroflorestais para a segurança alimentar dos agricultores familiares do Baixo Irituia, nordeste paraense, Brasil. Congresso Latino-americano de Agroecología, 4., 2013, Lima. Potenciación agroecológica de la pequeña agricultura para la soberanía alimentaria y la resiliencia frente al cambio climático y la crisis económica. **Anais...** Lima: Universidad Nacional Agraria La Molina, 2013.

MOREIRA, R. M.; CARMO, M. S. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **II Congresso Brasileiro de Agroecologia**, São Paulo, 2004.

LONDRES, F.; PETERSEN, P.; MARTINS, G. Olhares agroecológicos: análise econômico-ecológica de agroecossistemas em sete territórios brasileiros. LONDRES, F.; PETERSEN, P.; MARTINS, G. (Org.). **Articulação Nacional de agroecologia** (Brasil). 1. ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017.

NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013, p. 23-68.

NIEDERLE, P. A.; SABOURIN, E.; SCHMIDT, C. J.; AVILA, M.; PETERSEN, P.; ASSIS, W. A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. **Redes** (Santa Cruz Do Sul. Impresso), v. 24, p. 270-291, 2019.

NORDER, L. A. C.; LAMINE, C.; BELLON, S.; BRANDENBURG, A. agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 1-20, 2016.

NORTH, D. C. **Transaction Costs, Institutions, and Economic Performance**. San Francisco: ICS Press, 1992.

OLIVEIRA, J. S. R. **Uso do território, experiências inovadoras e sustentabilidade: um estudo em unidades de produção familiares de agricultores/as na área de abrangência do programa PROAMBIENTE, nordeste paraense**. 2006. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares) - Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2006.

OLIVEIRA, J. S. R.; KATO, R. O.; CARDOSO, R.; OLIVEIRA, T. F.; QUEIROZ, J. **Agricultura Familiar e SAFs: Produção com conservação na Amazônia Oriental Brasileira, nordeste paraense**. 2007.

PERROT, et al. É. L'analyse des trajectoires des exploitations agricoles. **Exploitations agricoles: Pourquoi poursuivre la recherche sur les Rurale**, 228, jun./août, 1995.

PRESSLER, N. **Discursos e práticas de comunicação da cooperação técnica alemã relativos a projetos socioambientais na Amazônia**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

PETERSEN, P. F. **Arreglos Institucionales Para La Intensificación Agroecológica: una mirada al caso brasileño desde la agroecología política**. 2017. Tese (Doutorado) - Departamento

De Geografía, Historia Y Filosofía Laboratorio De Historia De Los Agroecosistemas, Universidad Pablo De Olavide, Sevilla, 2017.

PETERSEN, P. F.; MUSSOI, E. M.; SOGLIO, F. K. D. Institutionalization of the Agroecological Approach in Brazil: Advances and Challenges. **Journal of sustainable agriculture**, 2012.

PETERSEN, P; SILVEIRA, L. M da; FERNANDES, G. B; ALMEIDA, S. G de. **Método de análise econômico-ecológica de Agroecosistemas**. Articulação nacional de agroecologia (Brasil). 1. ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017.

PIRAUX, M.; BONNAL, P. Ações públicas territoriais e inovações sociais e institucionais: o caso do território da Borborema e da Articulação do Semiárido. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRRJ), v. 19, p. 62-87, 2011.

PIRAUX, M.; SILVEIRA, L.; DINIZ, P. C. O.; DUQUÉ, G. Transição agroecológica e inovação socioterritorial. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 20 (1): p. 5-29, 2012.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais**. Tradução de João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

REBELLO, F. K.; HOMMA, A. K. O. **História da colonização do Nordeste paraense: uma reflexão para o futuro da Amazônia**. Belém: EDUFRA, 2017, p. 153.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos Estudos CEBRAP**, 80, p.109-125, 2008.

ROCHA, M. T. **Contribuições da agroecologia para a transição paradigmática: o caso da caravana agroecológica e cultural do Rio de Janeiro**. 2017. Dissertação (Mestrado em Agricultura Orgânica) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SABOURIN, E. **Teoria da reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento**. Sociologias, 2011.

SABOURIN, E.; CARON, P.; TONNEAU J. P. Dinâmicas territoriais e trajetórias de desenvolvimento local: reflexões a partir de experiências no Nordeste brasileiro. **RAIZES**, Campina Grande, v. 24, n. 01 e 02, jan./dez., 2005.

SAMBUICHI, R. H. R. et al. **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ipea, 2017, 463 p.

SAMPAIO, C. A.; KATO, O. R.; NASCIMENTO-ESILVA, D. Sistema de corte e trituração da capoeira sem queima com alternativa de uso da terra, rumo à sustentabilidade florestal no nordeste paraense. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 41-53, 2008.

SCHMITT, C. J. A Transformação das “Ideias Agroecológicas” em Instrumentos de Políticas Públicas: dinâmicas de contestação e institucionalização de novas ideias nas políticas para a agricultura familiar. **Política & Sociedade**, supl. Edição Especial; Florianópolis, v. 15, 16-48, 2016.

SCHMITT, C. J.; GRISA, C. Agroecologia, Mercados e Políticas Públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. de; VEZZANI, F. M. (Orgs.). **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós Edições, 2013, p. 215-265.

SCHULTZ, G. Agroecologia, Agricultura Orgânica e institucionalização das Relações com o Mercado nas Organizações de Produtores no Sul Brasil. **Agrária** (São Paulo. Online), v. 7, p. 1-20, 2007.

SCOTT, W. R. The adolescence of institutional theory. **Administrative Science Quarterly**, v. 32, n. 4, p. 493-511, dec., 1987. DOI: 10.2307/2392880.

SEVILLA GUZMAN, E. El despliegue de la sociologia agraria hacia la agroecologia. **Cuaderno interdisciplinar de desarrollo sostenible, fundacion cajamar**, v. 10, p. 85-109, abr. 2013.

SILVA, P. C. G.; SABOURIN, E.; HUBERT, B. **Estudo de trajetórias de desenvolvimento local e construção do território no Nordeste semi-árido**. Embrapa semiárido, 1997, p. 1-22.

SOUSA, R. P. Agroecologia e Educação do Campo: Desafios da institucionalização no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 140, p. 631-648, jul. 2017.

VASCONCELOS, M. A. M.; PEDROSO, A. J. S.; BIRANI, S. M.; RESQUE, A. G. L.; LIMA, C. A. T.; KATO, O. R. Ferramentas metodológicas para transição agroecológica em unidades familiares do Pólo Rio Capim do programa PROAMBIENTE no Nordeste do Estado do Pará. **Cadernos de Agroecologia**, v. 10, n. 3, out. 2015.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, p. 503-515, December 2009.

## APÊNDICE

ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS		
Nome:	Idade:	Sexo (M) x (F)
Profissão:		
Município de origem:	Escolaridade:	
( ) Instituição atuante:	Território atuante:	Data:
Ano		

Analisar e comparar os processos de Institucionalização da Agroecologia de Irituia e Santa Luzia do Pará.

Identificar as Mudanças Significativas nos últimos anos e como estas estão relacionadas à agroecologia.

<p><u>Objetivo</u> <u>Variáveis</u></p>	<p><b>AGROECOLOGIA</b> O que você entende por agroecologia? Quais são as grandes ações de caráter agroecológico que são desenvolvidas no seu território? Representam as realidades locais? Iniciativas desenvolvidas na sua comunidade?</p> <p>Considera que sua instituição desenvolve práticas que incentivam a Agroecologia? (Onde? Envolve quem? Como? E a partir de quando?) Cursos experiências feiras encontros. Caracterizar a Diversidade Rural do Município Identificar as diferentes zonas homogêneas do ponto de vista da problemática da produção agropecuária.</p> <p>1. Principais atividades produtivas: Agricultura e pecuária (diversos cultivos, manejo das criações) Práticas e técnicas dos produtores, rendimentos (fatores de mudanças) Uso e valorização dos produtos Outras atividades Foi considerada a potencialidade produtiva? Foram identificadas inovações nas práticas agrícolas realizadas no território?</p> <p>2. Comercialização Comércio, transportes, mudanças nos preços de mercados, agroindústria, indústria, serviços, turismo, etc. Foi considerada a potencialidade econômica para a criação das atividades a serem desenvolvidas?</p>
---	--

<p><u>Objetivo</u></p> <p><u>Específico</u></p> <p><u>Problemática</u></p> <p><u>Variáveis</u></p>	<p>A experiência tem promovido a comercialização de produtos e acesso a novos mercados? (SIM) x (NÃO). Se sim, como?</p> <hr/> <p>3. Recursos naturais (novas formas uso)          água e recursos hídricos (evolução em quantidade e qualidade)          solos e vegetação (erosão, degradação, desmatamento, etc.)</p> <hr/> <p>4. Infraestrutura          Infraestruturas (hídricas, de comunicação, estradas, energia)          As maiores mudanças ocorreram</p> <hr/> <p>5. Formas de organização (dos produtores, sociopolítica, cultural, outras)          6. Relações com o exterior: intercâmbios (ou dentro da comunidade), comércio, polo de atração          Como tem se dado essa relação? Quem tem promovido?          7. Identificar outras pessoas-chave          Com conhecimento da evolução do debate acerca do uso de princípios ditos agroecológicos no local **          Atores impulsionaram o debate acerca da agroecologia e adoção de princípios agroecológicos (pesquisadores, religiosos, lideranças políticas)</p> <hr/> <p>8. Dentre as transformações ocorridas durante a trajetória quais considera ter sido fundamental para o sucesso ou fracasso para a Institucionalização?</p> <p>9. Em que nível de institucionalização você considera que a agroecologia está no município?</p> <p>10. Quais eram e quais são suas expectativas relacionadas à Agroecologia nas ações desenvolvidas? Quais são suas expectativas futuras?</p>
--	---

\* PP – Poder público; \*\* SC – Sociedade Civil.

#### OUTRAS CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

